

**COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO LACERDA BRAGA
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL**



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**GOIOERÊ – PR
2023**

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. Elementos Situacionais	5
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	7
1.2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO	8
1.2.1. Caracterização do Atendimento na Instituição	10
1.2.2. Organização do Espaço Físico, Humano e Pedagógico	12
1.2.3. Objetivos Gerais	13
1.3. Sistema de Avaliação	13
1.3.1. Instrumentos de Avaliação	14
1.3.2. Critérios de Avaliação	15
1.3.3. Registro de Avaliação	16
1.3.4. Recuperação de Estudos	16
1.3.5. CONSELHO DE CLASSE	17
1.4. Perfil da Comunidade Escolar	18
1.4.1. Dados do Questionário	19
1.5. Gestão Escolar	21
1.6. Instâncias Colegiadas	21
1.7. Ensino-Aprendizagem	23
1.8. Atendimento Educacional Especializado ao público-alvo da Educação Especial ...	24
1.9. Articulação entre as Etapas de Ensino	27
1.9.1. Transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio	28
1.10. Articulação entre diretor, pedagogos, professores e demais profissionais da instituição	30
1.11. Articulação da instituição de Ensino com os pais e/ou responsáveis legais	30
1.12. Formação Continuada dos Profissionais da Educação	30
1.13. Acompanhamento e realização da Hora-Atividade	31
1.14. Organização do Tempo e Espaço Pedagógico e Critérios de Organização das Turmas	31
1.15. Organização do Trabalho Pedagógico	32
1.16. Oferta de Estágio obrigatório e não obrigatório	37
1.17. Índices de Aproveitamento Escolar	37
1.18. Indicadores Internos e externos	38
1.19. Organização de aulas não presenciais	43
1.20. Formação Continuada para profissionais da Instituição de Ensino	44
2. ELEMENTOS CONCEITUAIS	44
2.1. Base Nacional Comum Curricular	44
2.2. Concepção de Mundo	45

2.3.	Concepção de Homem	46
2.4.	Concepção de Infância	47
2.5.	Concepção de Adolescência	48
2.6.	Concepção de Juventude	50
2.7.	Concepção de Adulto	50
2.8.	Concepção de Idoso	51
2.9.	Concepção de Sociedade	52
2.10.	Concepção de Educação	52
2.11.	Concepção de Currículo	53
2.12.	Concepção de Processo Ensino-Aprendizagem	54
2.13.	Concepção de Ensino Remoto e Híbrido	55
2.14.	Concepção de Estágio obrigatório e não obrigatório	56
2.15.	Concepção de Educação Inclusiva	56
2.16.	Concepção de Tecnologia	57
2.17.	Concepção de Avaliação da Aprendizagem	58
2.18.	Concepção de Formação Continuada	59
2.19.	Concepção de Clima Escolar	60
2.20.	Concepção de Educação Profissional	60
2.21.	Concepção de Letramento	61
2.22.	Concepção de Alfabetização	62
2.23.	Concepção de Conhecimento	63
2.24.	Concepção de Cultura	64
2.25.	Concepção de Diversidade	65
2.26.	Concepção de Trabalho	66
2.27.	Concepção de Gestão Escolar	68
3.	ELEMENTOS OPERACIONAIS	69
3.1.	Objetivos da Instituição de Ensino	70
3.1.2	Plano de ação	70
3.2.	Encaminhamentos e ações didático-pedagógicas permanentes	70
3.2.1	Organização das aulas não presenciais	70
3.2.2	Organização de Atendimento Educacional Especializado (AEE)	71
3.2.3	Gestão Escolar	74
3.2.4	Instâncias Colegiadas	74
3.2.5	Organização do Conselho de Classe	76
3.2.6	Organização da Avaliação (...) "Se liga: é tempo de aprender"	77
3.2.7	Adaptação de Estudos	79
3.2.8	Classificação e Reclassificação	79
3.2.9	Regime de Progressão Parcial/Dependência	79

3.2.10	Aproveitamento de Estudos.....	79
3.2.11	Revalidação e Equivalência de Estudos Realizados no Exterior.....	80
3.2.12	Articulação entre as Etapas de Ensino	80
3.2.13	Transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio	81
3.2.14	Superação a Evasão e Abandono Escolar	82
3.2.15	Articulação e engajamento com as famílias e comunidade	83
3.2.16	Acompanhamento do Estágio obrigatório e não obrigatório	83
3.2.17	Ações de organização da Escola Frente à Formação Continuada.....	83
3.2.18	Registro de Classe On-line.....	84
3.2.19	Organização de Um Clima Escolar.....	85
3.2.20	Avaliação de desempenho dos profissionais da educação	85
3.2.21	Programas e Proj. – Programa de Ativ. Complementar em Contra-turno.....	85
3.2.22	Hora-atividade.....	88
3.2	CALENDÁRIO	88
3.3	Proposta Pedagógica Curricular	90
3.4	Organização Curricular.....	91
3.5	MATRIZ CURRICULAR.....	91
3.6	Direção	98
3.7	Equipe Pedagógica	99
3.8	Intervenções Pedagógicas	99
3.9	Docentes.....	99
3.10	Secretaria e Apoio Administrativo	99
3.11	Agente Educacional I.....	99
3.12	Ações Propostas para a APMF	99
3.13	Ações Propostas pelo Conselho Escolar.	100
3.14	Ações Propostas pelo Grêmio Estudantil	100
3.15	As ações referentes à flexibilização do currículo	100
3.16	Linhas de Ações da Instituição	102
3.17	Outras Atividades	103
3.18	Cultura Afrodescendente.....	103
3.19	Proposta Pedagógica Curricular para o Ensino Fundamental - Anos Finais.....	104
3.20	Proposta Pedagógica Curricular para o Ensino Médio.....	106
4	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	109
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
6	ANEXOS	113
7	PROJETOS.....	114

APRESENTAÇÃO

Em Veiga 2000, pode-se ler que a palavra projeto é oriunda do termo em latim *projectum* que, no sentido etimológico, significa — algo lançado à frente.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi 2010, o Projeto Político Pedagógico é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os estudantes. Assim, o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga – Ensino Fundamental e Médio, tem como objetivo direcionar as propostas educacionais a serem desenvolvidas no decorrer dos próximos anos. Propostas que foram construídas juntamente com todo segmento escolar.

Amplas discussões e estudos nortearam a Construção do Projeto Político Pedagógico deste Colégio. Em sua construção foi contemplada a visão de mundo; de homem e de escola, a concepção de Educação: suas teorias e práticas; a contextualização da educação frente à realidade socioeconômica e cultural dos estudantes, bem como da instituição e dos órgãos colegiados.

O documento apresentado é uma produção coletiva realizada por meio de exposições-dialogadas com estudos de textos de fundamentação, reflexões individuais e coletivas sobre a prática pedagógica, discussões e produções escritas com os profissionais da educação: direção, professores, pedagogos, agentes I e II e a comunidade escolar.

1. Elementos Situacionais

Durante anos observam-se mudanças contínuas na Educação e consequentemente na Escola. Segundo Celso dos S. Vasconcellos (2000), as relações entre a escola e família tem se modificado muito nas últimas décadas. Neste período, tanto a escola quanto a família vêm sofrendo mudanças significativas, acompanhando a transformação da sociedade atual.

Desta forma, é possível observar que a parceria entre família e escola se encontra fragilizada, uma vez que as demandas sociais que vêm para a escola interferem de forma negativa no processo de ensino e aprendizagem.

Vasconcellos (2002), diz que hoje, se acusa a família pelos problemas educacionais, mas se esquece, no entanto, de perguntar por que isto está acontecendo com a família.

As mudanças no comportamento social, como a naturalização dos problemas sociais, da desigualdade, da marginalização têm refletido na organização familiar.

O que consequentemente desestrutura as famílias que por sua vez ficam sem condições de acompanhar ou se recusam a participar do processo de aprendizagem

e desenvolvimento dos filhos.

É necessário compreender que a educação é um processo que se inicia na gestação e contínua por toda a vida. E que a escola, como instituição, se responsabiliza pelo processo de escolarização que é um processo sistemático, organizado e intencional, mas que se encerra em um determinado momento. O que incube à família o compromisso integral pelo processo de desenvolvimento social.

É na escola que acontece o encontro de diferentes níveis sociais e é aos profissionais ali envolvidos que fica a tarefa de atender toda essa diversidade social e cultural, mediar conflitos e situações de indisciplina e até ato infracional que eventualmente possam ocorrer e ao mesmo tempo garantir o sucesso escolar. Alguns têm recursos tecnológicos avançados e outros não têm nem o que comer, gerando um abismo social no qual a instituição se limita administrar, necessitando da colaboração de outros equipamentos social, como o CREAS, o CRAS, CAPS, Assistência Social e o Conselho Tutelar.

Segundo Luiz Antônio Carvalho Franco (1985), o trabalho escolar, não pode realmente se efetivar sem esforço, dedicação e, principalmente, disciplina. A disciplina, todavia, não pode ser entendida como se tivesse uma finalidade educativa em si mesma.

Nesse sentido, ela não pode ser puramente exterior, baseada num conjunto de regras de conduta, normas disciplinares e hierárquicas rígidas. Ao contrário, a necessidade da disciplina aparece não por mero autoritarismo ou arbitrariedade dos responsáveis pela condição do trabalho escolar, mas como condição indispensável para conduzir uma prática pedagógica efetiva.

Este é o maior desafio da escola hoje, promover este entendimento, e garantir que alguns conflitos sociais possam ser amenizados. Ao professor, cabe ser o mediador e orientador promovendo assim um ambiente que favoreça a aprendizagem.

A dinâmica do Mercado do Trabalho, tem se tornado cada vez mais excludente à medida que as empresas procuram contratar os melhores qualificados e há pouco espaço para os que não possuem certo grau de escolaridade ou uma profissão qualificada. Dessa forma garantir condições favoráveis para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra com sucesso é o um desafio constante na rotina escolar.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Localização e Dependência administrativa

Instituição de Ensino: Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga-EFMP.

Código da Instituição: 00010

Endereço: Rua: Dr. Rosalvo G. de Mello Leitão, 1135

(greantoniolacerdabraga@escola.pr.gov.br)

Telefone: (44) 3522 1584 e 3522 2095

INEP: 41012062

Localização da Instituição: zona urbana

NRE: GOIOERÊ

Código do NRE: 13 Dependência

Administrativa: Estadual

Oferta de Ensino: Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissional

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Dualidade Administrativa: Escola Municipal José Jesus Cavalcanti EIF

1.2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO

O Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga - Ensino Fundamental, Médio e Profissional foi fundado no ano de 1978 sob o Decreto nº. 5127 de 14 de junho de 1978, na gestão do Prefeito Luiz Kamide e do então governador Ney Braga, por meio do Programa de Expansão e Melhoramento do Ensino de 2º grau, projeto Federal implantado nos anos 1970/1977.

A origem do nome Antônio Lacerda Braga se deve a homenagem póstuma ao pai do Governador em exercício na época, Ney Amintas de Barros Braga.

Atualmente, oferta o Ensino Fundamental (6º a 9º anos), o Ensino Médio (1ª a 3ª séries) e profissionalizante. Dentro de suas instalações funciona no período vespertino a Escola Municipal José Jesus Cavalcante, do Pré-Escolar ao 5º ano, Ensino Especial para deficientes Visuais. E no período da manhã a escola municipal oferta Sala de Recursos Multifuncional- Tipo I, uma turma de Pré II e uma turma de reforço escolar.

Foram atendidos pelo Colégio, desde sua criação, milhares de estudantes que hoje são profissionais que se destacam, exercendo várias profissões e alguns destes profissionais atuam no Colégio como docentes.

O Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga — Ensino Fundamental e Médio, oferta os anos finais do ensino Fundamental e o Ensino Médio contendo disciplinas da base nacional comum e parte diversificada conforme Matriz Escolar legislação vigente. No ano de 1978, de acordo com o Parecer 079 de 17/02/78, foi aprovado o Projeto de Implantação do Ensino de 2º. Grau, com habilitação Básica em Agropecuária, Básica em Construção Civil, Básica em Crédito e Finanças e Básica em Saúde.

Essas habilitações foram implantadas gradativamente a partir de 1978, sendo aprovadas pela Resolução 436/82, funcionando nos períodos diurno e noturno até o ano de 1987.

No ano de 1981, de acordo com a Resolução 763/81 foram aprovados e reconhecidos os cursos de Técnico em Edificações Parcial, Desenhista de Arquitetura, funcionando nos anos de 1981 a 1987.

No ano de 1982, de acordo com a Resolução 865/82 de 25.03.82, publicada no Diário Oficial nº 273 de 20.04.82, foi autorizada a implantação de 1ª a 4ª séries, funcionando nos anos de 1982 a 1993 quando foi municipalizada de acordo com a Resolução nº 5432/93.

A partir de 1982, com a implantação de 1ª a 4ª séries, o Estabelecimento passou a denominar-se Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga — Ensino de 1º e 2º graus.

Em 1983, de acordo com o Parecer 148 de 10/02/83 foi autorizada a

implantação do Curso Propedêutico, que a Ata da Resolução nº 4668 de 18.06.84 autoriza seu funcionamento, e em 1989 passou a chamar-se Educação Geral sendo reconhecido por meio da Resolução nº 2444/85.

De acordo com a Resolução 2087 de 06/06/83, o Colégio passou a denominar-se Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga — Ensino de 1º e 2º Graus, publicada em Diário Oficial nº 1568 de 30.06.83.

Em 1983, de acordo com a Resolução 4246 de 20/12/83, foi autorizado o funcionamento de 5ª a 8ª séries a partir do ano de 1984 e reconhecido pela Resolução nº. 666 de 14/03/90.

Em 1984, de acordo com a Resolução 8344 de 18/12/84, foi aprovado o Plano de Implantação do Curso Técnico em Contabilidade, publicado no Diário Oficial nº 1944, de 10/01/85.

Pelo parecer 389, de 02/05/89, foram aprovadas e reconhecidas as grades curriculares dos Cursos de Educação Geral – área de concentração – Construção Civil, Auxiliar de Contabilidade, por estarem de acordo com a Deliberação 041/88 CEE, que aprovou a Proposta de Reestruturação para o Ensino de 2º Grau Noturno e a Instrução de 01/89 – SUED – DESG, para vigorem com a implantação gradativa a partir de 1989.

Pela Resolução nº 3899/90, foi autorizado o funcionamento de um Centro de Atendimento Especializado, área de Deficiência Auditiva e pela Resolução 930/92, o funcionamento de um Centro de Atendimento Especializado, área de Deficiência Visual.

Por meio do Parecer 396/93, o Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga — Ensino de 1º e 2º Graus ficou autorizado a expedir Certificado de Auxiliar de Contabilidade, ao final da 3ª série e Diploma de Técnico em Contabilidade na conclusão de 4ª série.

Em 1998, foi solicitada a adequação da proposta curricular do curso de Educação Geral para o Ensino Médio, proposta está embasada na Lei nº 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio constante no Parecer 15/98, aprovado em 01/06/98. Por meio da Deliberação 003/98 de CEE e a Resolução 3120/98 de 11/09/98, o colégio passou a denominar-se Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga – Ensino Fundamental e Médio.

Pelo Parecer 128/99 de 02/07/99, resolução 3192/99, foi autorizado o funcionamento do Curso Profissional – Técnico em Informática, passando a denominar-se Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

De acordo com a Resolução nº 3666/98 de 29/10/98 ficam cessados definitivamente as atividades escolares de Habilitação — Técnico em Contabilidade do 2º Grau, deste Estabelecimento de Ensino, de forma

gradativa.

Resolução nº 3719/00 reconhece o Curso Técnico em Informática.

O Curso Técnico em Informática Integrado e Subsequente foi aprovado pela Resolução nº 5867/08.

O Curso Técnico Contabilidade Subsequente foi autorizado por meio da Resolução N°5428/11, de 01/12/2011 e do Parecer nº1003/11 – CEE, sendo reconhecido por meio da Resolução nº1805/13 –CEE.

Em 2013, num processo democrático, o coletivo escolar optou pelo Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), apresentado pelo MEC- Ministério de Educação e Cultura, aderido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná e considerado por esta instituição de ensino como um programa que veio para fortalecer o Ensino Médio Noturno.

Em 2014, na tentativa de dinamizar a Proposta Pedagógica utilizada pelos docentes, a Comunidade Escolar votou pela adesão ao Programa Ensino Médio Inovador, cuja Proposta é o redesenho curricular, com vista à formação integral no Ensino Médio.

Em 2015, foi autorizado o funcionamento de uma Sala de Recursos Multifuncionais – Área da Surdez, com 20 horas semanais, turno vespertino, conforme Resolução nº 3870, de 16/12/2015.

Em 01/01/2016, cessou as atividades relativas ao curso de Técnico em Contabilidade – Subsequente, conforme Resolução nº 5088, de 05/12/2018.

Em 2018, adequou a nomenclatura de: Colégio Estadual Antonio

Lacerda Braga — Ensino Fundamental, Médio e Profissional, para: Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga – Ensino Fundamental e Médio, conforme Resolução nº 5088, de 05/12/2018.

Em 2019, foi autorizado o funcionamento de uma Sala de Recursos Multifuncionais Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio, área de Altas Habilidades/Superdotação, com 20 horas semanais, no turno vespertino, conforme Resolução nº 2054, de 03/06/2019.

1.2.1. Caracterização do Atendimento na Instituição

O Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga, atualmente, funciona em dois períodos: no período da manhã são 15 (quinze) turmas atendidas, sendo 08 (oito) turmas do Ensino Fundamental, 05 (cinco) turmas do Ensino Médio Regular e 02 (duas) turmas do Ensino Médio Profissionalizante – Agronegócio perfazendo o total de quatrocentos e oitenta e oito (488) estudantes no período da manhã. No período vespertino é ofertado 01 (uma) turma do Ensino Fundamental - 6º ano com vinte e nove (29) estudantes e o atendimento na Sala de Recursos Multifuncional — Tipo I

com doze (12) estudantes, Sala de Recursos Multifuncional — Áreade Surdez com dez (10) estudantes e Sala de Recursos Multifuncional – Altas Habilidades/Superdotação com onze (11) estudantes, 02 (duas) turmas de Espanhol-CELEM, sendo 01 (uma) turma de 1ª série e 01(uma) turma de 2ª série.Há também 02 (duas) turmas do Programa Mais Aprendizagem, 01 (uma) turmade AETE – Basquete e 01 (uma) turma de EDUTECH.

As atividades ofertadas em contraturno têm o objetivo de ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, promovendo espaços alternativos de complementação curricular, de superar defasagens de conteúdo, dificuldades e oportunizar a socialização por meio de atividades esportivas.

No período matutino são atendidos, em sua maioria, crianças, adolescentes e jovens, sendo 80% deles residentes na zona urbana e 20% na zona rural.

A equipe Administrativa do Colégio é composta, atualmente, pela Diretora, com 40 horas de jornada de trabalho, pertencente ao QPM (Quadro Próprio do Magistério), um vice-diretor com 20 horas semanais, um secretário pertencente ao QFEB com carga horária de 40 horas semanais, 3 funcionários Apoio/técnico administrativo com 120 horas de trabalho semanais em sua totalidade, sendo que 01 funcionário de apoio técnico administrativo presta serviço na biblioteca, 04 auxiliares de serviços gerais, totalizando uma jornada de 160 horas semanais sendo 02 do QFEB.

No período da manhã estão supridos 03 professores-pedagogos, pertencentes ao QPM, com 20 horas semanais cada.

No período da tarde há professores supridos nas atividades acima mencionadas, professores em demanda especial e uma professora readaptada.

Quanto ao corpo docente, os professores que ministram aulas no colégio pertencem ao QPM, SCO2 e PSS totalizando 38 (trinta e oito) professores, sendo 14 do Quadro Próprio do Magistério — QPM e 24 professores com contrato temporário, por meio do Processo Seletivo Simplificado — PSS, além de 3 tradutores intérpretes de libras, sendo 1 QPM e 2 PSS, e 1 professora PAE de Apoio Educacional Especializado de Transtorno do Espectro Autista.

A carga horária do Ensino Fundamental, sextos e sétimos são de 40 semanas com 25 horas/aulas semanais, que totalizam 833 horas por ano. Oitavos e nonos 40 semanas com 27 aulas semanais totalizando 900 horas.

A carga horária do Ensino Médio 3º ano consta de 40 semanas, com 25 aulas semanais, totalizando 833 horas.

O Novo Ensino Médio 1º ano é de 40 semanas com 30 aulas semanais, totalizando 1000 horas. O 2º ano é de 40 semanas com 21 aulas semanais, totalizando 700 horas. No segundo ano tem-se o itinerante formativo de Linguagens e suas tecnologias e matemática de 40 semanas, com 9 aulas semanais totalizando 300 horas, cada uma.

No Novo Ensino Médio profissionalizante o 1º ano é de 40 semanas, com 24 aulas semanais com mais 3 aulas não presenciais, totalizando 900 horas. O 2º ano é de 40 semanas, com 20 horas aulas semanais, totalizando 667 horas. No primeiro ano do Novo Ensino Médio Profissionalizante tem o Itinerário Formativo, do Eixo Tecnológico de 40 semanas com 6 aulas semanais, totalizando 200 horas e no segundo ano com 40 semanas de 10 aulas presenciais, mais 2 aulas não presenciais, totalizando 400 horas.

As informações relativas aos estudos realizados serão registradas no Histórico Escolar, aprovado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O relatório final para registro de Conclusão do Curso será emitido pela Instituição de Ensino a partir da conclusão das disciplinas constantes na matriz curricular.

1.2.2. Organização do Espaço Físico, Humano e Pedagógico.

Para atender a demanda de estudantes matriculados, a instituição possui 15 salas, todas com Tv Educatron. Três salas de recursos multifuncionais com computadores para atendimento dos alunos e RCO; uma cantina; uma biblioteca e uma cozinha de uso compartilhado com a Escola Municipal José Jesus Cavalcante; um auditório; uma quadra poliesportiva coberta; uma quadra pequena e descoberta que necessita de reformas e adequações para acessibilidade; um campo de futebol; um refeitório com capacidade insuficiente para a demanda; uma sala para professores; uma secretaria; uma sala da direção; uma sala para equipe pedagógica; uma sala repartida com divisória para guardar materiais esportivos e acondicionar o leite do Programa Leite das Crianças; uma dispensa para alimentos e utensílios; três depósitos, sendo um para arquivar documentos, um para produtos de limpeza e manutenção e o terceiro para alojar equipamentos danificados. O colégio conta também vestiários e banheiros para professores, agentes I e II e estudantes.

O colégio conta com um laboratório de informática, com 20 computadores funcionando.

O laboratório de ciências está equipado com balanças, microscópicos elétricos, microscópios de espelho, lunetas elétricas, estufas, vidrarias e reagentes químicos diversos.

A biblioteca é um espaço pedagógico aos cuidados de um agente educacional II, possui acervo bibliográfico atualizado e está à disposição de toda comunidade escolar. Também é um espaço de cultura geral e lazer, mantendo em seu acervo livros didáticos, científicos, técnicos, de literatura, periódicos, entre outros. Neste espaço encontram-se instalados quatro computadores com acesso à internet para pesquisas.

Entre os principais recursos tecnológicos disponíveis para uso pedagógico da comunidade escolar encontram-se caixas de som, rádio, mesa de som, projetor multimídia, notebook, fones e microfones.

No Ensino Fundamental, Médio e profissionalizante são adotados como

material básico os livros ofertados pelo Programa Nacional do Livro Didático-PNLD, previamente indicados por meio de análise pedagógica dos professores e escolha unificada no Paraná pela Secretaria Estadual de Educação.

A estrutura do prédio configurar-se em desníveis e suas entradas são íngremes dificultando a mobilidade das pessoas com necessidades especiais que possuem acesso aos locais como refeitório, banheiros do estudante, pátio e quadras por via secundária e através de escadas, visto que não possuir rampas e o acesso principal a estes locais dá-se por escada em espiral.

1.2.3. Objetivos Gerais

A Equipe de Profissionais atuantes no Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga EFM tem como objetivo oferecer a todos os estudantes um ensino de boa qualidade, preparando, crianças, adolescentes e jovens para o pleno exercício da cidadania e a continuidade dos estudos no ensino técnico ou no Ensino Superior.

Oferecer ao estudante a possibilidade de valorizar sua identidade cultural instigando-os a transformar sua realidade, envolvendo-os no processo de construção de uma sociedade democrática.

Elaborar com toda a comunidade escolar propostas e alternativas que priorizem o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

Promover o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais reconhecendo as diferenças, procurando diminuir as dificuldades para sua aprendizagem.

Oportunizar ao estudante, de se ver, de se sentir e agir como sujeito e não como objeto de sua educação e tendo um compromisso com sua realidade e nela intervir cada vez mais com ações efetivas.

1.3. Sistema de Avaliação

A avaliação se constitui em um ato de investigar e analisar para intervir. A avaliação como parte do processo de ensino e aprendizagem precisa ser definida de maneira a contribuir, assim consideramos que diagnóstica, contínua e formativa são as que mais se enquadram nesta perspectiva de formação. Em linhas gerais, este conceito e forma de avaliação se constituem num constante avaliar, acompanhar, considerar os avanços do estudante, intervir, repensando o encaminhamento com vistas à aprendizagem, entre outras palavras criar situações para problematizar o conteúdo e instigar os estudantes. As intervenções acima, são previstas no Plano de Trabalho Docente do Professor, no Plano de Ação anexado a este documento, bem como discutidas nas reuniões pedagógicas, Semana Pedagógica, na reunião de pais, colegiados e em convocações de pais para casos específicos.

Para realizar essa tarefa, o professor poderá construir os mais variados

instrumentos, com a condição de que eles sejam bem elaborados e adequados às suas finalidades. Produzir bons e adequados instrumentos para coletar dados na avaliação da aprendizagem dos nossos educandos, requer objetividade e planejamento, isto implica em escolher os instrumentos adequados que ofereçam desafios, situações-problema a serem resolvidas.

Além destas características, é importante que sejam contextualizadas, coerentes com as expectativas de ensino e aprendizagem; possibilitem a identificação de conhecimentos do estudante e as estratégias por ele empregadas; possibilitem que o estudante reflita, elabore hipóteses, expresse seu pensamento; permitam que aprenda com as tentativas; exponham o que se pretende e que possam revelar o que e como se pretende avaliar.

Desta forma, os instrumentos de avaliação se constituirão em uma ferramenta de aprendizagem, pois irá auxiliar o professor a avaliar o processo não só de aprendizagem como também o de ensino.

1.3.1. Instrumentos de Avaliação

As avaliações poderão ser realizadas por meio de instrumentos diversificados tais como:

- Atividade de Leitura Compreensiva de Textos;
- Pesquisa Bibliográfica e midiática;
- Produção de Texto;
- Palestra/Apresentação Oral;
- Atividades Experimentais;
- Projeto de Pesquisa de Campo;
- Relatório;
- Seminário;
- Debate;
- Atividades com Textos Literários;
- Atividades a partir de Recursos Audiovisuais;
- Trabalho em Individual/Grupo;
- Questões discursivas;
- Questões objetivas;
- Teatro;
- Dança;
- Paródia;
- Confecção de Maquete;
- Atividade de Compreensão oral (LEM);
- Desenhos/Quadrinhos
- Formulários no google drive
- Avaliações online no Classroom

Além dos instrumentos acima relacionados, as atividades propostas em sala de

aula realizadas no caderno, serão avaliadas pelos professores e estes poderão atribuir nota, conforme o estabelecido no coletivo escolar e no regimento. Além destes instrumentos, os professores também poderão avaliar a confecção de cartazes e murais, em uma mostra de trabalhos, seja em sala ou no pátio do colégio, além da participação em apresentações artísticas de música, dança, dublagem, teatro, entre outros.

É importante lembrar que todas as disciplinas que compõem a Matriz Curricular, possuem uma dimensão teórica e dimensão prática, desta forma os instrumentos de avaliação serão aplicados conforme a particularidade de cada componente curricular, ou seja, estas dimensões são indissociáveis e indispensáveis ao processo de ensino e aprendizagem. Exemplo disso são os componentes curriculares de Ciências, Biologia, Química, Física entre outras que necessitam de atividades práticas no encaminhamento metodológico para consolidar o processo de ensino e aprendizagem.

Na disciplina de Educação Física, para realizar a dimensão prática, os estudantes precisam estar devidamente uniformizados, ou seja, necessitam trajar roupas que permitam maior mobilidade, com tênis adequado à prática de esporte, que diminua os impactos e evite possíveis lesões. Tendo em vista que a prática de uma atividade física é fundamental para o desenvolvimento físico e social, promovendo a socialização e hábitos saudáveis.

Nas aulas de Educação Física o estudante será avaliado por meio de atividades teóricas e atividades práticas, propostas pelo professor e descrita no seu Plano de Trabalho Docente.

1.3.2. Critérios de Avaliação

Os critérios de avaliação devem ser definidos pela intenção que orienta o ensino e explicitar os propósitos e a dimensão do que se avalia. Assim, os critérios são elementos de grande importância no processo avaliativo, pois articulam todas as etapas da ação pedagógica. (DCEs, 2008).

Nesse contexto os critérios e os instrumentos de avaliação devem ser objetivos, pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico- metodológicas. É a partir dos critérios que é possível definir o peso (valor) de cada atividade. O grau de complexidade e exigência.

Ao remetermo-nos aos critérios de avaliação, estes são compreendidos como um referencial que gera parâmetros que devem ser previamente estabelecidos e descritos na Proposta Pedagógica Curricular e no Plano de Trabalho Docente, para que sejam conhecidos pelos estudantes, favorecendo a transparência, a orientação do trabalho discente e a corresponsabilidade no processo de aprendizagem. Os critérios de avaliação devem ser previamente elaborados pelo professor a partir dos conteúdos estruturantes e específicos, propostos no Plano de Trabalho Docente,

apresentados aos discentes, e, se necessário, adequá-los às necessidades educativas apresentadas no decorrer do processo (CGE/2008).

1.3.3. Registro de Avaliação

- A avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero);
- A média trimestral é obtida por meio da regra somatória de cálculos sendo definida por meio de ata antes do início do período letivo.
- Para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero);
- Para prosseguimento dos estudos para a ano/ série seguinte, o estudante deverá atingir após a recuperação de estudos, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro.
- É vedada a avaliação em que os estudantes são submetidos a uma só oportunidade de aferição;
- A média anual para os estudantes do Ensino Fundamental e Médio que ocorrerá ao final do ano letivo será aplicada a seguinte fórmula:
- **$MA = ((1^{\circ}T + 2^{\circ}T + 3^{\circ}T) : 3) \geq 6,0$ (seis vírgula zero)**
- Durante o Trimestre em cada componente curricular é necessário utilizar no mínimo dois instrumentos diversificado de avaliação e de reavaliação.

1.3.4. Recuperação de Estudos

A proposta de recuperação de estudos deverá indicar as áreas de estudo e os conteúdos da disciplina em que o aproveitamento do aluno foi considerado insuficiente.

A avaliação não deve ser entendida como forma de julgar o sucesso ou o fracasso do aluno. Ela é o meio pelo qual se torna possível verificar se o processo de ensino aprendizagem está sendo satisfatório ou se necessita sofrer alterações, a fim de alcançar os objetivos pré-estabelecidos.

Ao observar durante o processo de avaliação, as dificuldades apresentadas, serão realizadas atividades no sentido de retomar os conteúdos não assimilados.

A avaliação é um elemento significativo no processo ensino- aprendizagem, envolvendo a prática pedagógica do professor, o desempenho do estudante e os princípios que norteiam o trabalho escolar. A recuperação de estudos precisa ser concebida por um conjunto de ações que possibilitem identificar os avanços e dificuldades apresentados pelos estudantes, levando-os a buscarem caminhos para solucioná-las. É um elemento que visa o aperfeiçoamento do processo ensino- aprendizagem.

A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pelos quais estudantes com aproveitamento insuficiente, recebam

condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

A recuperação de estudos deverá constituir na retomada de conteúdos nos quais estão inseridos conhecimentos importantes para aquisição de outros com eles relacionados.

A recuperação de estudos será durante o período letivo, concomitantemente às atividades regulares do estudante, à medida que forem constatadas dificuldades na aprendizagem.

Após a recuperação de estudos, a avaliação em que os estudantes demonstraram a aquisição dos conteúdos deverá conservar o maior resultado e não ser somada e dividida.

Terão direito a recuperação todos os educandos que não atingiram a nota máxima da avaliação, referente aos conteúdos que foram avaliados.

Após todas essas intervenções trimestrais serão oportunizados uma recuperação de estudos e reavaliação final, compreendendo as últimas semanas do período letivo. Atualmente essa Ação denomina-se Se Liga é Tempo de Aprender Mais! Que se constitui em semanas de intensificação de atividades e avaliações diferenciadas que visam a retomada, a recuperação de dificuldade assinaladas durante o período letivo.

1.3.5. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, presente na organização da escola, com atuação restrita a cada classe, tendo como objetivo avaliar o processo ensino aprendizagem na relação professor-estudante e os procedimentos adequados a cada caso. O Conselho de Classe é realizado trimestralmente ou sempre que necessário, sendo no mínimo três, durante o ano letivo.

Participam do Conselho: os Professores, a Direção, Equipe Pedagógica e quando necessário pais e estudantes em situações que demanda intervenções imediatas; devendo debater e analisar todas as informações sobre a aprendizagem, a individualidade do estudante e o domínio dos conteúdos necessários devem ser assegurados nas decisões sobre o processo de avaliação. O Conselho delibera sobre as condições de aprendizagem se o estudante será retido ou não, no Conselho deve-se também avaliar a prática educativa da escola, diagnosticando as razões das dificuldades e sugerir mudanças necessárias dos encaminhamentos pedagógicos para superar as dificuldades encontradas.

O conselho de classe é organizado nesta instituição de Ensino no momento: Pré conselho com observações registradas pelos docentes em um formulário próprio denominado Registro de Classe, o Conselho de Classe como organização presencial ou via chamada de vídeo em casos excepcionais, e o pós conselho que se constituem

ações junto à comunidade escolar culminando na Reunião de Pais e convocações em casos específicos.

1.4. Perfil da Comunidade Escolar

Por meio de um link disponibilizados via google drive os estudantes responderam um questionário sócioeconômico, com objetivo de conhecermos e atendermos as necessidades educacionais dos estudantes matriculados na instituição. Com as informações obtidas foi possível verificar que as mães dos estudantes ou responsáveis possuem maior grau de escolaridade. Que um grande percentual de estudantes reside na zona urbana, porém muitos residem em bairros afastados ou na zona rural o que dificultam o deslocamento e participação em projetos no período da tarde inclusive de reforço escolar. Alguns se deslocam a pé, por residirem nas proximidades, outros de carro próprio, de van e um percentual de transporte público.

Quanto a condição econômica há um número considerável de pessoas desempregadas e que vivem abaixo de um salário mínimo e um número expressivo de famílias que se concentram com a renda de 1 a 2 salários mínimos e de 2 a 5 salários mínimos. Quanto as características sociais e culturais, grande parte dos estudantes se auto declararam brancos e pardos e um número se declararam, afro descendente, indígenas.

Sobre o acesso à internet, metade dos estudantes que responderam aos questionários disseram possuir acesso tanto ao celular quanto a um computador e a outra metade somente tem acesso por meio do celular e um número reduzido respondeu que não tem acesso ou não tem o aparelho, alguns tem o aparelho e dados móveis. Diferente do início da pandemia onde o percentual era de trinta a quarenta por cento sem acesso ou sem equipamento. Muitas famílias se viram obrigadas a adquirir equipamentos para terem acesso ao ensino remoto. E um número considerável solicitou atividades impressas para que os estudantes continuassem os estudos uma vez que não dominavam a tecnologia ou por não ter um equipamento com condições de uso e por fim pela razão primeira de não terem acesso ou qualquer tipo de equipamento.

A realização da atividade impressa garantiu o acesso, mas não necessariamente o sucesso escolar, pois a falta de interação entre professor e estudante comprometeu a aprendizagem.

Outro fator importante para considerarmos na pandemia se ocorreu no ensino médio e em alguns anos do ensino fundamental onde alguns adolescentes migraram para empregos informais com o objetivo de prover ou complementar a renda familiar, momento que alguns pais perderam o emprego.

1.4.1. Dados do Questionário

A) Grau de Escolaridade dos Pais

Grau de escolaridade	Mãe	Pai
Ens. Fundamental 1º ao 5º ano	6, 3%	5, 6%
Ens. Fundamental 6º ao 9º ano	13, 4%	19%
Ensino Médio	29, 6%	31%
Ensino Superior	14, 8%	7%
Pós-graduado	14, 1%	5, 6%

B) Local de Residência

Zona Rural	86, 6%
Zona Urbana	13, 4%

C) Tempo de Residência no Local

Menos de 1 ano	11, 3%
Entre 1 e 5 anos	28, 2%
Mais de cinco anos	60, 6%

D) Cor/raça/etnia

Branco (a)	46, 5%
Pardo (a)	45, 1%
Negro (a)	4, 2%
Amarela	3, 5%
Indígena	0, 7%

E) Profissão dos Pais ou Responsáveis

Os estudantes citaram as mais variadas profissões: professores, vendedores, comerciantes, empresários, policiais, funcionários públicos, pedreiros, agricultores, domésticas, tratoristas, caminhoneiros, funileiro, costureira, cabeleireira, frentista entre outras. Porém existem muitos pais desempregados, como se vê no quadro abaixo e com renda inferior a um salário mínimo ou sem renda alguma, o que reflete na aprendizagem.

F) Condições socioeconômicas da Família

Empregados	88, 7%
Desempregados	11, 3%
Até um salário mínimo	8, 5%

De 1 a 2 salários mínimos	48, 6%
De 2 a 5 salários mínimos	34, 5%
De 5 a 10 salários mínimos	7%
Sem renda	1, 4%

G) Participação dos pais ou responsáveis na vida escolar dos estudantes

Participação dos pais na vida escolar do aluno	%
Comparece nas reuniões bimestrais	63%
Acompanha as atividades no caderno	41, 5%
Contribui com os estudos antes das avaliações	42, 3%
Incentiva, faz elogios	71, 1%
Acompanha a frequência Escolar	66, 2%
Acompanhava as meets (aulas remotas)	39, 4%

H) Localização do Bairro que reside

Jardim Curitiba	12, 7%
Canada	7%
Cidade Alta	4, 9%
Morumbi	4, 2%
Europa	0, 7%
Candeias	8, 5%
Jaracatiá	8, 5%
Outros /Bairros distantes e Zona Rural	54, 5%

I) Transporte que utiliza

A pé	23, 2%
Transporte público	17, 6%
Carro	28, 9%
Bicicleta	15, 5%
Moto	7, 7%
VAN	6, 3%
Circular	0, 7%

J) De quais formas tem acesso à internet

Celular e computador	50, 7%
Celular com Wi-Fi	47, 2%
Celular com dados móveis	0, 7%
Computador via Wi-Fi	0, 7%
Possui celular mas não tem internet	0, 7%

1.5. Gestão Escolar

Os mecanismos de gestão se constituem em meios que a direção da instituição de Ensino se utiliza para garantir um canal de comunicação direto com os integrantes da Comunidade Escolar: estudantes, professores, funcionários, pais e responsáveis. É a partir do contato direto com cada indivíduo que a direção terá condições de garantir a gestão democrática na Escola, avaliando seu trabalho e o trabalho de cada indivíduo, com vistas ao sucesso do processo de Ensino e aprendizagem.

Os mecanismos de gestão, podem ser organizados a partir da participação dos integrantes das instâncias colegiadas: Conselho escolar, APMF, Grêmio Estudantil, Conselho de Classe entre momentos que haja possibilidade de mobilizar a comunidade escolar para garantir a participação de cada um.

As reuniões de pais, organizadas no início do ano e trimestralmente, também se tornam momentos importantes para a articulação destes mecanismos. A Hora Atividade, os Conselhos de Classe, as Reuniões Pedagógicas, bem como outros momentos previstos no Calendário Escolar se constituem espaços de discussão e avaliação do processo democrático.

As instâncias colegiadas são parceiras na gestão escolar.

1.6. Instâncias Colegiadas

A) APMF

A APMF, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres, Alunos e Funcionários da instituição de Ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, ou seja não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo determinado e tem como metas centrais, entre tantas atribuições, algumas são de extrema importância: acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar da instituição de Ensino, para deferimento ou não observará as disposições legais e regulamentares vigentes, inclusive Resoluções emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

A utilização dos recursos aprovados pela APMF deve impactar diretamente na relação ensino-aprendizagem. Além disso, após a APMF proporcionar os recursos para determinadas ações da escola, esta deve estar atenta se eles realmente serão utilizados com vistas à melhoria do processo pedagógico.

B) CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação.

Dentro de suas funções faz um acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhorias, garantindo o cumprimento das normas do estabelecidas no regimento escolar bem como, a qualidade social da instituição escolar devendo ainda fazer o acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações e deliberar sobre assuntos que envolvam a conservação e melhoria do prédio escolar e do terreno pertencente a comunidade escolar.

O Conselho Escolar é concebido, enquanto um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar, numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção da instituição de Ensino. O Conselho Escolar abrange toda a comunidade escolar e tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida.

Deve ainda o Conselho Escolar criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração do Projeto Político- Pedagógico bem como do Regimento Escolar, incluindo suas formas de funcionamento aprovados pela comunidade escolar. Garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem bem como deliberar sobre casos de indisciplina e ato infracional cometidos dentro do espaço escolar pelo estudante ou funcionários, professores e direção.

C) GRÊMIO ESTUDANTIL

Como um órgão de representação dos estudantes dentro da Unidade Escolar, o Grêmio Estudantil possibilita a exposição de ideias, reivindicações e anseios de maneira organizada e democrática. Sua atuação no colégio deve ser incentivada, visto que é um veículo de formação para a cidadania e espaço de desenvolvimento social.

O Grêmio é uma excelente oportunidade de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

Um dos principais objetivos do Grêmio Estudantil é mobilizar os estudantes a participarem de atividades culturais, esportivas e científicas, organizando apresentações, danças, dublagem, campeonatos, palestras, projetos e discussões, organizando espaços que promovam a cidadania e o protagonismo contribuindo com a disciplina e com a aprendizagem juntamente com professores, equipe pedagógica e direção.

Outra atividade ou projeto que o grêmio poderá desempenhar é a conservação do espaço escolar, promovendo campanhas de conscientização, quanto o lixo jogado no chão, a coleta seletiva nas residências, e campanhas sobre os desafios socioeducacionais bem como a campanhas de vacinação e em tempo de pandemia, a importância de cumprir protocolos de Biossegurança.

Ele tem o papel de integrar os estudantes com toda a comunidade escolar.

1.7. Ensino-Aprendizagem

O processo ensino-aprendizagem ocorre de forma contínua por meio da mediação do educador, efetiva-se quando o sujeito se apropria de conhecimentos que possibilitem a compreensão do meio em que vive. O conhecimento é fruto de uma relação entre o sujeito, o professor, como mediador e o conteúdo – o objeto do conhecimento.

Fazem parte desse processo:

A) Plano de Trabalho Docente

Este documento é elaborado pelo professor com a intenção de organizar o processo de ensino e aprendizagem. É amparado legalmente pela Lei 9394/96, art. 13, inciso II.

O Plano de Trabalho Docente deve estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico e com a legislação vigente para a Educação Nacional. É

no Plano de Trabalho Docente que se registra o planejamento, a execução e o resultado, sistematizando as decisões tomadas pelo professor.

B) Avaliação escolar

Entende-se que a avaliação é parte integrante e intrínseca aos processos de ensino e de aprendizagem, ela terá a função diagnóstica, formativa e somativa, indicando as dificuldades e os avanços do estudante, por meio de sua participação nas atividades em grupos ou individual que se dará em um processo contínuo e permanente oferecendo ao professor e aos estudantes reflexões sobre o que está sendo trabalhado e norteará caminhos para que se possa buscar alternativas de ensino.

A avaliação não deve ter como objetivo central promover ou reter o estudante, mas deve ser um instrumento que integre o processo ensino aprendizagem e, a cada realização, redirecione os objetivos e as estratégias desse processo.

É contra indicada como único instrumento para decidir sobre aprovação e reprovação do estudante. Ou seu uso somente para definir a progressão vertical do estudante. A decisão de aprovação ou retenção do estudante requer do coletivo da Escola uma análise das possibilidades que a instituição pode oferecer para garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

Outra função da avaliação é a de orientar a ação pedagógica e não apenas constatar em que nível de aprendizagem que o estudante se encontra.

Ela será realizada por meio de diferentes instrumentos de avaliação, ou seja, pela observação contínua e registro de todas as demonstrações de aprendizagens evidenciadas pelos estudantes.

Sendo amplo e complexo o processo de avaliação, o professor necessita compreender que só poderá levar em consideração a real evolução do estudante fazendo análise da aprendizagem em momentos diferenciados considerando os avanços ao longo do processo.

A avaliação deve ser compreendida como conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o estudante aprendeu.

Deve funcionar, por um lado como instrumento que possibilite ao professor analisar criticamente sua prática educativa, e, por outro, como instrumento que apresente ao estudante a possibilidade de saber sobre seus avanços, dificuldades e possibilidades.

É um processo pelo qual o professor pode acompanhar as manifestações de aprendizagem dos estudantes, examinar a validade de sua prática pedagógica, e ainda, a sua própria atuação docente.

Para que a avaliação contribua de forma positiva e eficaz para a tomada de decisões, necessário se faz, entre outras coisas, que ela seja planejada e realizada durante todo o processo educativo, de modo a permitir que falhas de comunicação ou técnicas de avaliação não assimiladas ou adequadas para o ano e série, possam gerar eventuais dificuldades de aprendizagem.

C) Registro da prática pedagógica

O hábito de registrar o cotidiano pedagógico é uma ferramenta ideal para desenvolver experiências criativas de reflexão sobre a ação e a prática.

O educador tem em mãos um interessante instrumento para repensar a importância de seu papel em sala de aula, considerando de que forma sua prática pedagógica e contribuir para o sucesso escolar.

Portanto, o uso do registro da prática pedagógica pode ser entendido como o espaço narrativo do pensamento do educador, isto é, como documento da expressão e da elaboração de seus pensamentos e ações. Um instrumento simbólico que contribui para o desenvolvimento da reflexão crítica. Neste colégio, o registro da prática pedagógica dá-se de forma online e impressa.

1.8. Atendimento Educacional Especializado ao público-alvo da Educação Especial

O Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga — Ensino Fundamental e Médio oferta o atendimento à estudantes com deficiência, priorizando ações educacionais, ajustes necessários e adequados, oportunizando o acesso, a permanência e o sucesso destes no espaço escolar.

No Art. 2º da Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, institui que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual,

em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Diante disso, os profissionais da instituição buscam eliminar barreiras e utilizar práticas pedagógicas voltadas à diferenciação curricular, conforme específica as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos do Estado do Paraná, 2006:

Quando se fala de adaptações curriculares está se falando sobretudo, em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação docente e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno [...] fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que é, ao que o aluno ou aluna deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos saiam beneficiados (MEC, 1992 apud MANJÓN, 1995, p. 82).

Assim, a referida instituição atende a diferentes grupos de estudantes, desde aqueles que apresentam: A) Deficiência e que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; B) Àqueles com transtornos globais do desenvolvimento que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, incluindo-se nessa definição estudantes com autismo clássico; C) Os transtornos funcionais específicos que são aqueles que apresentam transtorno de aprendizagem, como disgrafia, disortografia, dislexia, discalculia ou transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, entre outros; D) Altas habilidades/superdotação que são os que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com uma ou mais áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Dentre esses, destacamos os estudantes surdos, que dentro do enfrentamento das barreiras de comunicação, são amparados através de uma educação bilíngue, proposta que utiliza duas línguas: 1) a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para suprir as lacunas que a oralidade não preenche em seu processo de desenvolvimento da linguagem e conhecimento de mundo; 2) e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita. Salientamos que a LIBRAS é a primeira língua dos surdos e a segunda é a Língua Portuguesa, ambas fazem parte da interação sociocultural e científica da comunidade surda brasileira.

Ademais, o estabelecimento já nomeado, visa uma educação equitativa e inclusiva, ofertando serviços de apoios especializados, adiante discurridos, e profissionais especializados. Ressaltamos algumas fragilidades existentes na formação continuada dos professores do ensino comum e equipe pedagógica para atuar no atendimento ao público-alvo da Educação Especial.

Sabemos que todas as ações educacionais, em todos os níveis, etapase

modalidades de educação devem ser efetivadas com acessibilidade plena, com a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, urbanísticas, arquitetônicas, tecnológicas, linguísticas, comunicacionais, informacionais e nos transportes, as quais possam restringir ou impedir o pleno acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes. Assim, essa instituição visa ofertar apoios e serviços especializados pedagógicos diferenciados, garantindo, dessa forma, que haja inclusão educacional responsável, assegurando o direito à igualdade com equidade de oportunidades e resguardando as singularidades das pessoas com deficiências.

Segundo Deliberação nº 02/2016, que dispõe sobre as normas para a modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, estabelece:

Art. 13. Para o Atendimento Educacional Especializado a mantenedora deverá providenciar, de acordo com a demanda: I – acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, nos sistemas de comunicação e informação, nos transportes e nos demais serviços, conforme normas técnicas vigentes; II – professores e equipe técnico- pedagógica habilitados e especializados; III – intérprete ou tradutor, conforme as necessidades especiais de seus estudantes; IV – profissionais de apoio escolar para as atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante; V – adequação de número de educandos por turma, com critérios definidos pela mantenedora e expresso em seu Projeto Político-Pedagógico; VI – flexibilização e adaptação curricular, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino; VII – oferta de educação bilíngue, aos estudantes surdos em Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, e na modalidade escrita de Língua Portuguesa, como segundalíngua; VIII – acessibilidade em Braille, Sorobã e demais tecnologias assistivas aos educandos cegos, quando houver necessidade; IX– atendimento pedagógico domiciliar; X — atendimento pedagógico hospitalar; XI – professores Itinerantes (PARANÁ, 2016).

Adiante, discorreremos os serviços e apoios ofertados em nosso colégio, visando atender a área específica de cada estudante com deficiência:

=> Sala de Recursos Multifuncionais: espaço organizado com material didático, profissionais da educação especializados e de apoio aos estudantes e professores, recursos pedagógicos, tecnológicos, de acessibilidade, objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado. Visa à complementação curricular e pedagógica da área da deficiência intelectual, deficiência física neuro motora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos, surdez (professor ouvinte bilíngue, professor surdo bilíngue) e deficiência visual (aprendizagem da leitura e da escrita no sistema Braille, Sorobã, atividades da vida autônoma e social, orientação e mobilidade), e altas habilidades/superdotação.

=> Tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa-TILS: é o profissional

bilíngue que oferece suporte pedagógico à escolarização de estudantes surdos matriculados na Educação Básica, da rede regular de ensino, por meio da mediação linguística entre aluno (s) surdo (s) e demais membros da comunidade escolar, de modo a assegurar o desenvolvimento da proposta de educação bilíngue (Libras/Língua Portuguesa).

=> Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista: A sigla PAEE significa Professor de Atendimento Educacional Especializado. Profissional com habilitação comprovada para atuar nas instituições de ensino da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, para atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, com comprovada necessidade relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização. Atende cada estudante em suas características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem, acompanhando a evolução de suas potencialidades, com vistas ao progresso global (cognitivo, emocional e social) do mesmo.

Atualmente, temos três (3) estudantes na área de surdez sendo que são atendidos por três (3) Tradutores e Intérpretes de Libras, cada um suprido com 21 horas/aula semanais, sendo dois (2) para o ensino Fundamental e um (1) para o Ensino Médio; Um (1) Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. E em contraturno, funcionam três (3) Salas de Recursos Multifuncionais: Tipo I, Surdez, e Altas habilidades/Superdotação.

1.9. Articulação entre as Etapas de Ensino

A transição do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental, é um momento crucial mesmo se tratando do mesmo nível de ensino, pois requer uma reorganização pedagógica para atender as demandas dessa nova fase de estudos. Uma das mudanças que geralmente ocorrem é o aumento dos componentes curriculares e de professores.

Quanto às questões de encaminhamento metodológico há diferenças também, uma vez que atualmente nessa nova etapa do ensino fundamental, anos finais, foram implementadas a utilização de plataformas para avaliar a aprendizagem exigindo habilidades tecnológicas.

Para que os estudantes superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável estudos entre as mudanças introduzidas e a continuidade das aprendizagens, considerando medidas para assegurar a eles um percurso contínuo de aprendizagem entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior interação entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB Nº 11/2010:

— os alunos ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finaisII (BRASIL, 2010).

Com o objetivo de atender essa demanda específica, algumas ações que o coletivo do Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga EFMP realiza logo no início do ano letivo, para esse processo de transição:

- Reunião com os pais ou responsáveis e os novos estudantes para conversar sobre as normas e funcionamento do colégio e conhecer as expectativas dos familiares em relação à instituição de ensino;
- Apresentação dos professores e seus respectivos componentes curriculares;
- Proporcionar um ambiente escolar favorável aos novos estudantes com apresentando os espaços escolares e funcionários;
- Promover uma integração entre os estudantes e professores;
- Fixar uma agenda de provas (impressa) na sala de aula para melhor organização dos estudantes;
- Organizar grupo de WhatsApp para estabelecer um vínculo entre família e escola, criando um canal de comunicação;
- Acompanhamento semanal da frequência e realização das atividades tanto online como impressa, ou caderno informando as famílias sobre dificuldades apresentadas.

Portanto, realizar as necessárias adaptações e articulações no 6º ano, para apoiar os estudantes nesse processo de transição, pode evitar ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes melhores condições de sucesso.

1.9.1. Transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio

A mudança do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é considerada por educadores e especialistas no assunto como a mais marcante e profunda das transições escolares pelas quais um estudante passa ao longo de sua vida escolar.

O aumento da carga horária e do número de componentes e professores, além do início de uma certa apreensão acerca do vestibular e das escolhas profissionais futuras, somadas às inquietudes e descobertas profundas típicas da adolescência, podem gerar sentimentos bastante intensos, como ansiedade. Existe também um outro aspecto a se considerar, que é o início da transição da adolescência para a vida adulta.

A adolescência não é, nem de longe, uma fase tranquila. Afinal, é nesse momento em que se vivencia mudanças bastante intensas. É na adolescência geralmente que busca a formação de identidade, da personalidade e a sua maneira de relacionar-se com o mundo e com os demais, se auto afirmando como sujeito. Questões como autonomia, responsabilidade pelas próprias escolhas e pela própria

vida, disciplina e alcance de metas pessoais começam a surgir.

Com tantas novas demandas a serem administradas e compreendidas, muitos adolescentes, em meio a esse turbilhão de sensações e sentimentos, podem sentir-se confuso, priorizando outros aspectos da vida que não a escola, especialmente se os jovens não contarem com uma boa rede de apoio na escola e na família.

Além da escola apoiar, e orientar os estudantes durante a transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. A família, especialmente os pais, têm um papel extremamente importante nessa fase.

Dentro do contexto escolar, é importante que os professores, pedagogos e direção estejam sempre em contato com esses estudantes, acompanhando-os em relação a novas mudanças, realizando as mudanças necessárias. Fazendo-os perceber que todos estão realmente interessados e disponíveis para dialogar e apoiar.

É importante rodas de conversas sobre o vestibular e as escolhas profissionais, dialogando sobre as expectativas em relação a estes temas.

Dessa maneira, a escola estará contribuindo de forma efetiva para que a transição escolar do Ensino Fundamental para Ensino Médio ocorra naturalmente para os adolescentes. Com apoio da escola, comunidade escolar e família, eles se tornarão adultos muito mais confiantes.

Ações da transição do Ensino Fundamental e Médio:

- Proporcionar um ambiente escolar favorável aos novos estudantes apresentando os espaços escolares e funcionários;
- Reunião extraordinária no início do ano letivo para apresentar aos responsáveis e os novos estudantes as
- normas e funcionamento do colégio e conhecer as expectativas dos familiares em relação a instituição de ensino;
- Apresentação dos professores e seus respectivos componentes curriculares;
- Promover uma integração entre os estudantes e professores por meio de atividades diferenciadas;
- Fixar uma agenda de provas (impressa) na sala de aula para melhor organização dos estudantes;
- Organizar grupo de WhatsApp com o celular da instituição para estabelecer um vínculo entre família e escola, criando um canal virtual de comunicação;
- Acompanhamento semanal da frequência e realização das atividades tanto online como impressa, ou caderno informando as famílias sobre dificuldade apresentadas;
- Organizar o horário de aula evitando a fragmentação ou acúmulo de aulas do

mesmo componente curricular;

- Evitar o agendamento de mais de uma avaliação por dia, utilizar a agenda de provas para se orientar.

1.10. Articulação entre diretor, pedagogos, professores e demais profissionais da instituição.

A articulação entre os diretores é realizada por meio de reuniões, contatavia e-mail, aplicativos de mensagens, redes sociais, cursos, seminários, entre outros meios. Os diretores articulam seu trabalho a partir de discussões e análises feitas em conjunto, esta parceria se inicia a partir da organização escolar, nos eventos de cada instituição, assim como o fluxo de transferência de estudantes entre instituições, além de outras situações que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

Entre os pedagogos, professores e demais profissionais da educação, a articulação não se diferencia, além das parcerias realizadas os pedagogos, professores e os agentes educacionais I e II se organizam na própria instituição de Ensino, durante a formação continuada, na hora atividade, entre outros momentos viabilizando consolidar o processo de ensino e aprendizagem com sucesso.

1.11. Articulação da instituição de Ensino com os pais e/ou responsáveis legais.

A articulação entre a família e a Escola se inicia a partir da matrícula do estudante na secretaria, os responsáveis legais recebem parte das informações necessárias, datas, horários, regras gerais. Estas informações são complementadas com as orientações da equipe pedagógica, dos professores e demais funcionários ao longo do período letivo.

Além desta dinâmica, a articulação ocorre durante a realização das reuniões de pais, das instâncias colegiadas, dos veículos de comunicação, aplicativos, redes sociais, por meio de convocações, até por meio do conselho tutelar caso seja necessário.

1.12. Formação Continuada dos Profissionais da Educação

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná oferece a todos os profissionais da rede (professores, pedagogos, diretores, agentes educacionais) cursos de formação continuada nas modalidades presencial, em que o cursista precisa estar presente no local onde acontecerá a formação, semipresencial (presencial e on-line) e a distância (on-line).

Os profissionais de educação desta instituição de ensino são informados, convidados e oportunizados a participar dos cursos ofertados pela mantenedora e outras instituições públicas.

Nesta instituição, um curso que conta com a participação efetiva de vários

profissionais da educação e estudantes é a Equipe Multidisciplinar.

Equipes Multidisciplinares são instâncias de trabalho escolar, oficialmente legitimada pelo Artigo 26A da LDB, Lei n.º 9394/96, pela Deliberação n.º 04/06 CEE/PR, pela Instrução n.º 017/06 Sued/Seed, pela Resolução n.º 3399/10 Sued/Seed e a Instrução n.º 010/10 Sued/Seed.

São momentos que oportunizam debates e estratégias de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei n.º 10.639/03 e da Lei n.º 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná.

Na perspectiva da construção de uma educação de qualidade, da consolidação da política educacional e da construção de uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial, as Equipes Multidisciplinares têm como prerrogativa articular os segmentos profissionais da educação, instâncias colegiadas e comunidade escolar.

1.13. Acompanhamento e realização da Hora-Atividade

A hora-atividade é o direito do professor de ter reservado um período de 1/3 de sua carga horária para as atividades pedagógicas, como preparação das aulas e correção de provas, a fim de que não utilize seu tempo de descanso para essas atividades.

O acompanhamento é realizado pela equipe diretiva, composta pelo pedagogo e direção, que juntamente com o professor delineia as ações, a partir da análise dos resultados de aprendizagem e frequência.

Nesta instituição, o professor tem garantido o seu horário para hora- atividade, bem como uma sala destinada a essa finalidade.

1.14. Organização do Tempo e Espaço Pedagógico e Critérios de Organização das Turmas

O Colégio Antônio Lacerda Braga funciona no período matutino e vespertino. No período da manhã conta com 15 salas de aulas em atividade regular. Sendo 08 salas de 7º ao 9º ano e 05 salas para o Ensino Médio e 02 para o curso profissionalizante. No período da tarde funciona 01 sala de 6º ano e as salas de atividades de ampliação de jornada escolar: AETE e as salas de atendimento às modalidades especiais: Multifuncional I e área de surdez, turmas do Programa Mais Aprendizagem, CELEM de Espanhol.

O colégio conta com biblioteca e um profissional para atendimento dos estudantes. Conta também com um laboratório de informática e um laboratório de

Ciências.

A equipe pedagógica é composta por quatro pedagogas com 20 horas. Sendo três no período da manhã e uma no período da tarde, mais uma professora readaptada.

Os estudantes das turmas do ensino fundamental e médio são matriculados de acordo com a legislação em vigor, porém há a necessidade de considerar o número de mínimo de matrículas por turma onde encontra-se estudantes inclusos, atestado por laudo, seja ele deficiência intelectual, Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista, ou mesmo os transtornos funcionais específicos pois todos exigem adaptações e flexibilização curricular para atender as demandas específicas.

1.15. Organização do Trabalho Pedagógico

O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teóricas e práticas desenvolvidas pelos profissionais da Instituição de Ensino dentro da gestão democrática, a partir da participação das ações do Conselho Escolar, direção, Conselho de Classe, Equipe pedagógica, Equipe docente, agente educacional I e II, APMF e Grêmios Estudantil.

A organização democrática na escola fundamenta-se no processo de participação e corresponsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico.

Ao longo do trimestre, o desempenho escolar dos estudantes é acompanhado e registrado pelos docentes, equipe pedagógica e direção, para a realização de intervenções necessárias, conforme previsto no regimento escolar. Os relatos de conflitos que ocorrem em salas de aulas são registrados em ficha individual pela equipe pedagógica. Os envolvidos são ouvidos e, posteriormente, são devidamente orientados e quando há necessidade os pais e/ou responsáveis legais são convocados para tomar ciência dos fatos. Quando as medidas cabíveis aplicadas pelos professores se esgotam no âmbito escolar ou não surtem efeitos desejados, a família é convocada para discutir medidas disciplinares que poderão ser aplicadas dentro do contexto escolar. Em casos que extrapolam a competência da instituição de ensino como os casos de ato infracional, o Conselho Tutelar é acionado.

As reuniões de pais são realizadas trimestralmente no período noturno fora do expediente de trabalho para maior participação dos pais, a decisão de organizá-las foi previamente discutida e aprovada pela comunidade escolar. Os estudantes recebem o convite da reunião via aplicativo de mensagem em tempo hábil para a família se organizar. A cada trimestre a direção agenda a reunião para um dia da semana diferente, procurando obter a participação de todos, durante a pandemia as reuniões ocorreram via aplicativo de chamada de vídeo. E o rendimento escolar foi acompanhado por meio aplicativo Escola Paraná. Neste Colégio, as terças-feiras,

após a reunião de pais ficou definida como um dia específico para entrega de boletim escolar e atendimento aos pais que não tiveram condições de comparecer no período noturno. Além destes dias, os pais também poderão ser atendidos durante a hora atividade dos professores, desde que agendem horário antecipadamente com a Equipe Pedagógica.

No dia da reunião, a direção faz um relatório sobre questões relevantes ocorridas ao longo do trimestre, expondo aos presentes que em seguida são convidados a discutir os problemas apontando sugestões. Após esta explanação, os pais recebem os Boletins Escolares com as observações registradas no Pré-Conselho Online pelos professores de cada disciplina.

Um dos temas que vem sendo sempre discutido nas reuniões de pais é o uso de aparelhos celulares pelos estudantes em sala de aula sem a devida autorização, esta prática vem trazendo prejuízos para o processo de ensino e aprendizagem e interferindo no cotidiano e na dinâmica escolar. Conforme previsto no Regimento Escolar no artigo Art. 194 incisos IV- XIII respectivamente é proibido: trazer para o estabelecimento de ensino material de natureza estranha ao estudo; utilizar-se de aparelhos eletrônicos na sala de aula que não estejam vinculados ao processo de ensino e aprendizagem. Estes incisos foram

embasados na Lei 18118 - 24 de junho de 2014, conforme redação a seguir:

Súmula: Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Proíbe o uso de qualquer tipo de aparelhos/equipamentos eletrônicos durante o horário de aulas nos estabelecimentos de educação de ensino fundamental e médio no Estado do Paraná.

Parágrafo único. A utilização dos aparelhos/equipamentos mencionados no caput deste artigo será permitida desde que para fins pedagógicos, sob orientação e supervisão do profissional de ensino. **Fonte:**

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=123359>

Além destas orientações, é na primeira reunião de pais e mestres que se define se os estudantes deverão comparecer devidamente uniformizados, pois além da praticidade e economia vista pelos responsáveis, auxilia na identificação dentro e fora dos espaços escolares.

Quanto às demais intervenções pedagógicas referentes ao comportamento do educando em sala, é necessário lembrar que estão previstas em regimento uma relação de medidas que poderão ser realizadas dependendo de cada situação. Estas medidas podem ser encontradas nos artigos 195 e 196 do Regimento Escolar.

Quanto à natureza de cada medida, é preciso ter claro que todas elas sejam

pedagógicas, disciplinares ou educativas, visando assegurar o processo de ensino e aprendizagem. Todas as medidas precisam ser amplamente discutidas e aplicadas, dependendo de cada situação, aplica-se determinada medida. Algumas medidas precisam ser discutidas com os responsáveis e com o Conselho Escolar para serem aplicadas.

As ações disciplinares precisam ser essencialmente educativas, sem ferir o direito do estudante de acesso ao conhecimento e sem constrangê-lo. Além das medidas disciplinares elencadas no Artigo 195 do Regimento Escolar desta instituição, é necessário discorrer sobre quais medidas educativas poderiam ser tomadas, entre elas podemos citar: a advertência verbal ou escrita, a mudança de lugar na sala, a mudança de turma. Toda e qualquer medida tomada será comunicada aos responsáveis.

A organização das aulas não presenciais durante a pandemia seguiu as orientações da mantenedora de necessidades da comunidade escolar, foi realizado um levantamento sobre o número de famílias que possuíam acesso à internet e equipamentos necessários celulares, computadores. Às famílias que não tinham condições de acesso foi ofertado material impresso por meio das trilhas de aprendizagem e para as famílias que informaram ter acesso foram primeiramente disponibilizadas as aulas do canal do Youtube e pela tv com a grade de horário. Posteriormente os professores interagiam na plataforma de estudos e ministram aulas remotas via aplicativo de chamada de forma escalonada.

E no ano letivo de 2020 as aulas remotas foram ministradas sistematicamente conforme o horário de aulas da instituição e para aqueles estudantes sem acesso as atividades impressas foram disponibilizadas até o primeiro trimestre.

Após o primeiro semestre e com calendário de vacina em processo aos poucos o ensino passou a ser ofertado de forma híbrida, sendo parte presencial e parte remoto. O ensino híbrido foram organizados em conformidade com o protocolo de Biossegurança. E em alguns momentos houve a necessidade de suspender o ensino presencial em decorrência de casos positivos de Covid 19 entre os estudantes.

Em turmas onde havia um número expressivo de estudantes matriculados foi necessário organizar o atendimento por meio de revezamento. Atualmente todos os estudantes retornaram ao ensino presencial.

Nesta instituição de Ensino, definimos coletivamente, por meio do Projeto Político pedagógico, algumas ações que contribuem para a Organização do Trabalho Pedagógico, também estabelecemos ao longo do nosso processo de formação continuada ações complementares com a finalidade de efetivar o processo de ensino e aprendizagem com sucesso, segue adiante um roteiro que resume as orientações, estas informações são enviadas a todos os professores que assumem aulas.

Informações/Recados/Convocações:

- Via e-mail da secretaria
 - Via aplicativos de mensagens/ Grupo de Transmissão
 - Ata redigida/Assinada para convocações
 - Deixar endereço de e-mail e telefones de contato na secretaria (atualizados)
 - e-mail da Equipe Pedagógica – pedagogaslacerda@gmail.com
 - Email da Secretaria greantoniobragra@escola.pr.gov.br
 - e-mail da biblioteca para imprimir atividades
impressoesp2@gmail.com
 - Contato do colégio: (44) 3522 1584/ 3522 2095
- PLANEJAMENTO
- (Plano de Trabalho Docente, Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular e Regimento Escolar/Estudos e Planejamento, Reuniões Pedagógicas, Conselho de Classe, Reuniões de Pais e mestres, Hora Atividade (material pedagógico), Projetor Multimídia, RCO)
 - Elaborar, organizar e adequar o Plano de Trabalho Docente conforme a legislação em Vigor.
 - Prever o uso de materiais Pedagógicos no Campo Recursos (Sulfite para impressão de avaliações) cartolina, Calculadoras, transferidor, régua, papel crepom, Color Set, Papel laminado, Papel dobradura, TNT, Papel Craft, Papel Paraná, Tinta Guache, cola quente, entre outros para que possamos justificar a compra (Fundo Rotativo e PDDE). E Registrar no PTD se vai realizar viagens, visitas técnicas dentro ou fora do município.
 - PTD (Plano de Trabalho Docente) Adequar e entregar dentro do prazo Estabelecido pela Equipe Pedagógica.
 - Participação na Elaboração da Proposta Curricular, do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar é indispensável a contribuição do professor.
 - Reuniões Pais e Mestre é um momento de apresentarmos os resultados não só do estudante como do nosso trabalho também, elas são realizadas no período noturno e ou via MEET, para que possamos atender a comunidade local fora do horário de expediente. Portanto, a participação dos professores torna-se indispensável.
 - Estudos e Planejamento: Participar conforme inscrição ou se possível fazer acordo com a direção para participar de todas as instituições que ministra aulas;
 - Conselho de Classe, (Pré- Conselho é online): por meio de um link do google drive o professor registra o perfil do estudante (a Equipe Pedagógica envia orientações específicas), a planilha é liberada com um mês, em média, antes do final de cada trimestre. Conselho de Classe presencial conforme Calendário Escolar. Pós Conselho é realizado em sala pela Equipe Pedagógica e pelos professores e também nas reuniões
 - de pais;
 - Identificação de estudantes: Link com fotos será disponibilizado (lista nominal impressa);

- Hora Atividade: cumprir conforme orientações da mantenedora;
- RCO- Manter atualizados e atender as solicitações da equipe que são enviados no e-mail ou no grupo de aplicativo de mensagens;
- Laboratório de Informática/Projeto Multimídia, Caixa de Som/Auditório/Laboratório de Química e Física; Agendar na Equipe Pedagógica com antecedência; Material Pedagógico: Giz, Caneta para quadro branco (recarga), papel Cartolina, tinta Guache, papel Crepom, EVA, Calculadora, Régua, Papel Craft, Sulfite entre outros materiais SERÁ ENTREGUE APENAS PARA O PROFESSOR (A).

DESENVOLVIMENTO:

OBS.: Seguir as orientações do Protocolo de Biossegurança de retorno às aulas presenciais deste colégio.

- Entrada de estudantes: Portão, prazo de tolerância até 10 min, depois desse prazo, o estudante entra e se apresenta na Equipe Pedagógica e ou na Direção e recebe um passe para entrar na sala, após registro a família é informada;
- Avaliações: Após o término o estudante permanecerá na sala;
- Trabalhos: Em grupo, ou dupla apenas no horário de aula, orientamos não estender essas atividades para casa evitando transtornos. Em contraturno apenas com a presença do professor (a);
- Sinal: Não bate na mudança de aula, apenas no início da aula e no final do turno;
- Viagens, visitas técnicas: Comunicar a direção e a Equipe Pedagógica com antecedência, para que possamos solicitar transporte e recolher autorizações. (Prever no Plano de Trabalho Docente);
- Som: Regular o som da TV Multimídia ou caixa de som, evitando transtornos, (para não atrapalhar outras turmas);
- Estudantes gazeando aula: Comunicar a Equipe Pedagógica e direção e registrar no Campo Observação individual no RCO, não deixar estudante fora da sala sem comunicar a equipe diretiva;
- Estudante (a): Atrasado (a) após o intervalo: Registrar no RCO e liberar a entrada na 1ª vez, mas na 2ª vez comunicar a Equipe Pedagógica para possíveis intervenções; (não deixar estudantes fora da sala sem comunicar);
- Grupos de aplicativos de mensagens: não enviar dados de estudantes nos grupos, apenas no particular. Criar grupos oficiais com os professores administradores;
- Atestados: Comunicar à direção o estado de saúde (via telefone) enviar cópia atestado médico a e-mail ou cadastrar no sistema próprio dentro do prazo estipulado;
- Consultas de Rotina: Sempre que possível, agendar no dia sem vínculo ou Hora Atividade;
- Convocações de pais/responsáveis: Não escrever no caderno do estudante a convocação para os pais, por favor, comunique a necessidade à Equipe

Pedagógica para convocarmos o responsável para que possamos atender melhor e acompanhar por meio de intervenções;

- Estudantes infrequentes: Por favor, comunique a falta de 5 dias consecutivos e 7 dias alternados em 60 dias;
- Líder de Sala e Vice Líder: Será realizado eleições entre estudante da turma para eleger o líder e vice;
- Professor/Tutor de turma: Será realizado eleições/adesão para eleger o tutor;
- REGISTRO:
- Regra de cálculo: definida na Semana de Estudos e Planejamento. (Recomendamos Avaliações com Questões Objetivas e Discursivas;
- Instrumentos de Avaliações: Diversificar conforme o Projeto Político Pedagógico e Regimento. **Quando possível: Encaminhar para Equipe Pedagógica para análise antes da aplicação;
- Estudantes inclusos: Avaliar conforme recomendações médicas e pedagógicas;
- 1ª Avaliação: Ensino Fundamental e Médio –Registrar (no RCO) conforme orientações da equipe pedagógica que possamos informar os pais/responsáveis;
- Agenda de avaliações: Será afixada na parede de cada sala.

OBS: Por favor não forneça número de telefone de colega de trabalho para pais de estudantes sem autorização, e evite responder aos pais/responsáveis sobre rendimento e comportamento do estudante fora do ambiente escolar.

Oriente a família a procurar o professor (a) no Colégio por meio de agendamento.

1.16. -Oferta de Estágio obrigatório e não obrigatório

O estágio configura-se como uma prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo pela instituição de ensino, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos previstos no Projeto Político-Pedagógico e descritos no Plano de Estágio quando o estágio for obrigatório no curso profissionalizante. Esta instituição de ensino oferta estágio não obrigatório aos estudantes do Ensino Médio.

1.17. Índices de Aproveitamento Escolar

O aproveitamento escolar refere-se à avaliação do conhecimento adquirido no âmbito escolar. São considerados estudantes com bom aproveitamento escolar todos os que obtenham rendimentos satisfatórios de acordo com seu potencial.

O aproveitamento escolar é um diagnóstico das condições do estudante aprender, que expressa o que este tem potencial ao longo do processo formativo. Vários são os fatores que incidem sobre o rendimento escolar. Desde a dificuldade própria de algumas disciplinas, até à grande quantidade de exames que podem coincidir nas mesmas datas.

Outras questões estão diretamente relacionadas com os aspectos emocionais, fisiológicos, social e econômico. Além dos distúrbios de aprendizagem e dificuldades de aprendizagem, que dificultam a compreensão dos conhecimentos lecionados pelo docente e acabam por afetar o rendimento escolar nas avaliações.

1.18. Indicadores Internos e externos

A) Evasão Escolar/abandono

A evasão escolar é um dos fatores que tem preocupado demasiadamente professores, pedagogos, direção e a Secretaria de Educação. No mundo moderno globalizado e informatizado não basta ter acesso à escola, é necessário que o educando permaneça e tenha êxito em sua vida escolar.

O índice de evasão escolar era até algum tempo uma realidade apenas do período noturno. Contudo, é possível observar que esta realidade passou a ser observada no período matutino, onde muitos dos estudantes têm apresentado dificuldade de frequentar a escola principalmente após o retorno presencial nesse período de pandemia, onde alguns sentem-se desmotivados pela perda de familiar, de emprego dos pais, por problemas emocionais ou pelo quadro de comorbidade que apresentam. Comparecer pontualmente, também tem se tornado um desafio diário. Muitos alegam problemas climáticos e de transporte escolar, por residirem na zona rural. Outros, porém, passam a maior parte do tempo acessando as redes sociais e deixam de dormir no horário adequado. Além destas justificativas, muitos apresentam apatia e desinteresse pelos estudos, o que gera preocupação dos educadores, gestores e sociedade.

Apesar da família sempre ser informada e convocada, muitas vezes, é necessário acionar o Conselho Tutelar, Assistente Social e outros profissionais, pois muitos pais ou responsáveis já não conseguem reverter este quadro de abandono intelectual.

Observando as tabelas abaixo, é possível verificar que os dados do rendimento escolar, ainda precisam ser superados.

Ensino/Série	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
	Total de Aprovados	Aprovados por Conselho de Classe		
Ensino Fundamental 9 anos				
6° Ano	96, 23%	0%	3, 77%	0%
7° Ano	96, 7%	2, 27%	2, 2%	1, 1%
8° Ano	97, 53%	1, 27%	2, 47%	0%

Taxa de Aprovação				
Ensino/Série	Total de Aprovados	Aprovados por Conselho de Classe	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
9º Ano	94, 12%	6, 25%	4, 41%	1, 47%
Total do Ensino	96, 25%	2, 48%	3, 07%	0, 68%
Ensino Médio				
2ª Série	97, 1%	0%	0%	2, 09%
3ª Série	86, 11%	0%	0%	13, 89%
Total do Ensino	93, 33%	0%	0%	6, 67%
Novo Ensino Médio				
1ª Série	79, 17%	5, 26%	12, 5%	8, 33%
Total do Ensino	79, 17%	5, 26%	12, 5%	8, 33%
NEM Profissional / NEM EPT IF TEC AGRONEG-ET RN				
1ª Série	97, 14%	2, 94%	2, 86%	0%
Total do Ensino	97, 14%	2, 94%	2, 86%	0%

Indica dores	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Aprovação											
Ensino Funda mental - Anos Finais	86, 5%	86, 3%	92, 6%	92, 4%	88, 2%	90, 4%	96, 85%	98, 44%	99, 65%	98, 66%	96, 25
Ensino Médio	72, 7%	76, 2%	83, 3%	78, 2%	79, 6%	87, 4%	83, 9%	90%	97, 44%	92, 64%	93, 33
Novo Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79, 17
NEM Profissi onal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97, 14
Reprovação											

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ensino Fundamental - Anos Finais	13, 5%	12, 2%	6, 9%	7, 6%	10, 9%	9, 6%	3, 15%	1, 17%	0%	0%	3, 07%
Ensino Médio	25, 0%	16, 6%	11, 3%	15, 9%	19, 0%	11, 8%	16, 10%	8, 18%	0, 85%	0, 61%	0%
Novo Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12, 5%
NEM Profissional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2, 86%
Abandono											
Ensino Fundamental - Anos Finais	0, 0%	1, 5%	0, 5%	0, 0%	0, 9%	0, 0%	0%	0, 39%	0, 35%	1, 34%	0, 68%
Ensino Médio	2, 3%	7, 2%	5, 4%	5, 9%	1, 4%	0, 8%	0%	1, 82%	2%	6, 75%	6, 67%
Novo Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8, 33%
NEM Profissional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%

B) DADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

A avaliação externa fornece informações para que gestores da escola e professores possam realizar um diagnóstico nas áreas em que atuam e planejar ações educativas mais eficientes.

● Prova Paraná Mais

A Prova Paraná é um sistema próprio de avaliação do Estado do Paraná tem como objetivo disponibilizar informações relevantes quanto ao desenvolvimento dos estudantes, descrevendo os conhecimentos desenvolvidos em Língua Portuguesa e Matemática.

- **IDEB**

É o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a quantidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Código da Escola
01.012.002

Nome do Município -
GOIOERE

Nome da Escola
ANTONIO L BRAGA, C E-EF M PROFIS - 9953

IDEB

2019	
IDEB FUNDAMENTAL 2019	IDEB ENS. MÉDIO 2019
5.3	5.2

2021	
IDEB FUNDAMENTAL -	IDEB ENS. MÉDIO
5	4.5

SAEB - NOTA PADRONIZADA - APRENDIZAGEM

2019 - FUNDAMENTAL	
L. PORTUGUESA -	MATEMÁTICA
5.06	5.79

2021 - FUNDAMENTAL	
L. PORTUGUESA -	MATEMÁTICA
4.9	5.1

2019 - MÉDIO	
L. PORTUGUESA -	MATEMÁTICA
5.56	5.65

2021 - MÉDIO	
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA
4.8	4.51

PROVA PARANÁ MAIS - 2022 - NOTA PADRONIZADA

5º ANO	
MATEMÁTICA -	L. PORTUGUESA
-	-

9º ANO	
MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA
5.42	5.15

3º ANO	
MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA
4.23	4.14

PROVA PARANÁ - 2022

1ª EDIÇÃO	% de Participação 96.89	% de Acertos 38.8
2ª EDIÇÃO	% de Participação 98.01	% de Acertos 39.58
3ª EDIÇÃO	% de Participação 96.76	% de Acertos 43.89

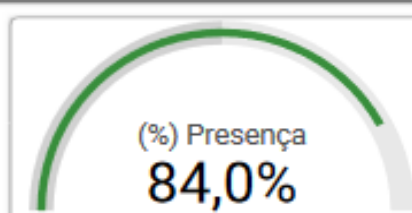
RENDIMENTO - 2022

APROVADO -	REPROVADO	REP. FREQÜÊNCIA	ABANDONO	SEM RESULTADO
457	6	12	-	-

Fonte: SGPB - 11/01/2023

MÉDIA DE FREQUÊNCIA - 2022

Total Alunos
492



Fonte: Super BI - 2022 - Acesso Jan/2023

C) Relação entre idade e série de 2022

Em relação aos índices da taxa de Distorção de Idade/ano eles ainda se apresentam preocupantes. A meta é aproximar a idade ao ano, elevar os índices de aprovação, dinamizar o atendimento na Sala de Recursos Multifuncional —Tipo I para atender os estudantes inclusos e encaminhar os que apresentam dificuldades para o Programa Mais Aprendizagem.

Taxa de Distorção Idade/Série - Ano 2022		Fonte: SERE/ABC
	Taxa de Distorção	
FUNDAMENTAL 9 ANOS - TOTAL	9,20%	
6º ANO	13,20%	
7º ANO	14,20%	
8º ANO	4,90%	
9º ANO	4,40%	
ENSINO MEDIO - TOTAL	14,10%	
1ª SÉRIE	16,10%	
2ª SÉRIE	8,60%	
3ª SÉRIE	16,60%	

1.19. Organização de aulas não presenciais

As Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNPs) correspondem a processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos para além dos tempos e espaços da sala de aula, mediados por tecnologias digitais de informação e comunicação, desenvolvidas numa relação dialógica entre docentes e estudantes, considerando o distanciamento social em função da Covid-19.

Atividades Pedagógicas não Presenciais são orientadas pelos seguintes princípios:

- Manutenção do vínculo com os estudantes e mitigação dos prejuízos aos processos de aprendizagem decorrentes da pandemia, garantido condições de acesso a todos os estudantes que manifestarem interesse em delas participar.
- Qualidade do processo de ensino e aprendizagem e observância aos preceitos do Projeto Pedagógico Institucional e da Missão do IFRS.
- Preservação da integridade e da saúde da comunidade do IFRS, em aspectos físicos e socioemocionais.
- Caráter optativo aos estudantes, sem prejuízo à continuidade dos componentes em que se encontram matriculados, de forma presencial.
- Desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas, de acordo com as necessidades educacionais dos estudantes.
- Autonomia e flexibilidade dos campi e de suas comunidades para a definição das estratégias pedagógicas a serem utilizadas.
- Excepcionalidade e temporalidade limitada ao contexto da pandemia para as atividades pedagógicas não presenciais constantes neste regulamento.

Para fins de planejamento e execução, as Atividades Pedagógicas não

Presenciais deverão possuir equivalência aos conteúdos programáticos dos componentes curriculares, conforme projetos pedagógicos dos cursos, tanto em termos de conteúdo, quanto de carga horária.

Em outras palavras, as APNPs representam uma oferta especial de componentes curriculares, que possam ser aproveitados e integralizados pelos estudantes. Dessa forma, Atividades Pedagógicas não Presenciais poderão ser consideradas como efetivo trabalho escolar, e a carga horária desenvolvida poderá ser utilizada para a substituição de carga horária presencial, conforme a legislação vigente.

1.20. Formação Continuada para profissionais da Instituição de Ensino

Atualmente a informação e o conhecimento são compartilhados de maneira muito rápida - de certa forma quase instantânea -, de modo que se manter atualizado é requisito indispensável para qualquer profissional. Ainda assim, é válido ressaltar que a informação só se torna conhecimento de fato quando é associada a algum sentido. Isso significa que cabe à escola possibilitar a construção do conhecimento dos alunos, já que os livros e a internet, por exemplo, disponibilizam, sobretudo, apenas informações.

A formação continuada tem muito a oferecer nesse processo, porque ajuda o professor a melhorar cada vez mais suas práticas pedagógicas e com isso apoiar os alunos na construção de conhecimentos, e não apenas no acúmulo de informações. A formação continuada de professores tem sido entendida hoje como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores.

Ela é realizada após a formação inicial e tem como objetivo assegurar um ensino de qualidade cada vez maior aos alunos. O estado tem oferecido diversos cursos de formação gratuitos e online para aprimoramento do conhecimento, entre eles, o Formadores em ação.

2. ELEMENTOS CONCEITUAIS

2.1. Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular é um documento organizado a partir de inúmeros debates e diálogos, cujo objetivo era instituir uma unidade curricular que garantisse os conteúdos mínimos que precisam ser trabalhados ao longo da educação básica. Busca também melhorar a qualidade do ensino, pois define níveis de desenvolvimento que os estudantes têm direito em sua formação.

A primeira versão da Base Nacional Curricular foi publicada em 2015. Em 2017 ocorreu a homologação da Educação Infantil e Ensino Fundamental e no ano de 2018 foi aprovada a do ensino médio.

Na Base Nacional Comum Curricular propõe dez competências gerais que precisam ser trabalhadas da educação infantil, ensino fundamental e médio. É um documento que estabelece as principais diretrizes da educação básica brasileira. Ela institui que a educação deve promover o desenvolvimento integral dos estudantes, com vista a uma formação que possibilite contribuir com a formação de uma sociedade igualitária, ética e sustentável.

O objetivo dessas mudanças é que a escola além de promover a aprendizagem dos conteúdos curriculares, também colabore na formação de

um estudante que possa lidar com questões do âmbito emocional, cultural, tecnológico, socioambiental, econômico.

As Competências gerais que no referencial Curricular Paranaense é denominado direitos de aprendizagem são o Conhecimento, o Pensamento científico, crítico e criativo, Repertório Cultural, Comunicação, Cultura digital,

Trabalho e projeto de vida, Argumentação, Autoconhecimento e autocuidado, Empatia e cooperação e Responsabilidade e cidadania.

2.2. Concepção de Mundo

O Mundo representa o espaço geopolítico no qual se constrói a existência humana sob determinadas possibilidades e potencialidades, construídas historicamente pelos seres humanos face às suas relações com as condições naturais desse espaço e pelas relações pessoais e sociais.

Duarte, (2015) analisa e estabelece a relação da educação escolar com concepção de mundo a partir da perspectiva da pedagogia histórico-crítica, na qual nos fundamentamos para a escolha e implementação das atividades pedagógicas em nosso colégio.

Para Duarte (2015), essa pedagogia adota o materialismo histórico dialético como as mais desenvolvidas e crítica concepção de mundo e defende que os conteúdos escolares e as formas de seu ensino podem se constituir em importantes contribuições para formar e disseminar a concepção de mundo. Assim, o Professor ao selecionar e organizar seus conteúdos para a socialização dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, de forma contextualizada e dialética, contribui para que o aluno construa sua concepção de mundo.

Nessa visão, concordamos com Duarte (2015) quando nos afirma que — A concepção de mundo, ou visão de mundo, é constituída por conhecimentos e posicionamentos valorativos acerca da vida, da sociedade, da natureza, das pessoas (incluindo-se a autoimagem) e das relações entre todos esses aspectos.

A visão de Duarte de concepção de mundo reafirma a importância do processo educativo para que o aluno seja autônomo intelectual e moralmente, e de ser capaz de interpretar as condições histórico-culturais em que vive, impondo suas ações e

pensamentos.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferido na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só de quem constata o que ocorre, mas também de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. (Freire, 2000, p. 85).

O mundo globalizado apresenta-se de forma paradoxal, derruba fronteiras, provocando a sensação de que todos pertencem a uma sociedade com características únicas, mas não apaga as diferenças sociais, econômicas e culturais.

Tais diferenças persistem e tendem a se agravar promovendo o rompimento da cultura, agravando ainda mais a crise do ensino, por isso a escola exerce um papel fundamental na formação do cidadão crítico. É este cidadão que poderá compreender analisar, criticar e atuar na sociedade.

O homem consciente e crítico é que terá condições de compreender na sua totalidade social os fenômenos sociais, produto de condicionamentos diversos e diferentes manifestações culturais como expressão de povos, etnias, nacionalidades e segmentos sociais.

O mundo enquanto uma dimensão histórica - cultural e, portanto, inacabado, encontra-se em uma relação permanente com o ser humano, igualmente inacabado, que transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação.

O que importa, portanto, à educação é a problematização do mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das ideias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da ciência, enfim o mundo da cultura e da história que, resultando de relações ser humano-mundo, desafia o próprio ser humano a constantemente rever suas ações sobre a realidade na perspectiva de humanizá-la.

É preciso desenvolver no estudante uma posição de engajamento, compromisso e participação que o sensibilize para a sua dimensão humana.

2.3. Concepção de Homem

O ser humano é um ser de práxis, da ação e da reflexão, portanto um sujeito cognoscente. Um ser inacabado e único, curioso em relação ao mundo, sua plenitude ocorre na própria intersubjetividade, na comunicação entre os sujeitos a propósito do objeto a ser conhecido.

Sonhamos com uma escola pública capaz, que se vá construindo aos poucos num espaço de criatividade. Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e aprenda com seriedade, mas que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine a pensar certo. (Freire, 2000 a, p.24).

A escola tem uma efetiva participação na medida em que incluem, em seus conteúdos curriculares a dimensão humanística, técnico-científica e político-social, colabora quando se preocupa em desenvolver no aluno uma liderança mais criativa e solidária, inserindo este aluno no mundo real e complexo, fazendo-o compreender que as mudanças estruturais também necessitam da participação dele transmitindo informações e orientações no processo construtivista e fará deste plano a base essencial também para o desenvolvimento das tecnologias e consequentemente colocará o educando em contato com o mundo moderno globalizado.

2.4. Concepção de Infância

A palavra infância é oriunda do latim “infantia”, significa „incapacidade de falar”. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não tinha condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carregava consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, regulando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era um ser anônimo, sem um espaço determinado na sociedade. (CORDEIRO; COELHO, 2007, p. 884).

As concepções constituem a base para o fazer cotidiano na Instituição Escolar, pois existe um dinamismo na fundamentação que decorre das próprias experiências práticas, assim como a dos avanços do conhecimento científico.

Não existe uma concepção única de infância, há uma diversidade de concepções que influenciam a forma como cada sociedade, comunidade ou grupo se relaciona com suas crianças, o que torna importante a busca de uma maior compreensão dessas concepções.

Para Kramer (1999, p. 244), a noção de infância tal como é hoje, é um conceito relativamente novo. A autora aponta que podemos localizar no século XVIII o início da ideia de infância como a idade profundamente singular a ser respeitada em suas diferenças. Afirma, portanto, que a noção de infância e sua conceituação não são um fato natural que sempre existiu; são na verdade, para a autora, — produto de evolução da história das sociedades, e o olhar sobre a criança e sua valorização na sociedade não ocorreram sempre da mesma maneira, mas, sim, de acordo com a organização de cada sociedade e as estruturas econômicas e sociais em vigor.

A infância hoje é entendida como um tempo na formação do ser humano, diferente da idade adulta, estando entre os direitos fundamentais deste período o direito de brincar. Esta fase é intensa, pois se torna um momento de experimentar o mundo, de se expressar e comunicar, de revelar suas curiosidades. Para as crianças se desenvolverem e aprenderem sobre o mundo em que vivem, elas precisam interagir física, afetiva, social, intelectual e culturalmente na vida familiar e comunitária em que estão inseridas. A criança sente, pensa e fala com o corpo, com as mãos, por meio de brincadeiras, invenções, fantasias, alegrias e tristezas, passando da experiência sentida, imediata, para a experiência representativa, na qual ela testa

hipóteses e elabora conceitos e teorias.

A aquisição de conhecimentos, desenvolvimento e aprendizagem são processos que se articulam intimamente na constituição do ser humano.

No cotidiano da criança, desde o início, tudo é fonte de curiosidade e exploração. A partir das trocas, do brincar, das inter-relações que elas estabelecem com o meio, das interações com outras crianças, elas aprendem e se desenvolvem. Agem ativamente em seu entorno, observam, selecionando informações, analisando-as, relacionando-as e lhes dando diferentes sentidos. Ampliando a diversidade de relações, amplia-se o universo de experiências e suas possibilidades de entenderem e transformarem seu mundo; de aprenderem a respeito de si e das pessoas, e de construírem suas identidades pessoais.

Assim, as interações constituem o espaço do conhecimento, da produção da história pessoal, do grupo e da cultura.

A linguagem é fundamental nesse processo. Por ser de natureza social, contribui para a formação da criança na sua interação com o outro, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento. Nas situações de interação, além de conhecer as particularidades dos outros, a criança vai conhecendo as suas próprias.

É nas brincadeiras que a criança reflete a sua realidade, adquire e desenvolve conhecimentos, desenvolve o pensamento, por meio da análise e síntese das situações; mesmo quando brinca sozinha, age fisicamente e interage verbalmente; reflete sobre a realidade, transformando-a ativamente, criando, inventando; combina realidade e fantasia, introduzindo na brincadeira a ficção; lida e resolve contradições internas ao próprio jogo, às suas necessidades e possibilidades, em função das regras nele implícitas.

O brincar infantil é um processo de atividade intelectual que precede o conhecimento da realidade pela criança. É um meio para conhecer o que a rodeia, uma forma de comprovar, atribuindo, de modo efetivo, significados aos conhecimentos adquiridos.

Para concluir, o fator que promove a aprendizagem, o desenvolvimento da criança na infância, são experiências diferenciadas, criativas, que permitam as muitas manifestações das crianças, sejam elas corporais, verbais, artísticas, gráficas, lúdicas e culturais. As crianças devem ser o centro do trabalho educativo considerando as necessidades, os interesses, aliando aspectos do contexto sociocultural em que estão inseridas.

2.5. Concepção de Adolescência

A adolescência é a idade da certeza. Os adolescentes não desconfiam de suas ideias e opiniões. Acreditam piamente naquilo que seus

pensamentos lhes dizem. Daí a conclusão lógica de que todos os que têm ideias diferentes das suas, só podem estar errados. Explica-se, assim, a sua dificuldade em lidar com opiniões discordantes. „Sei muito bem o que estou fazendo ‘: essa é a resposta padrão que eles usam para se destacar de uma advertência sobre um curso problemático de ação. (ALVES, 2007. Sobre o tempo e a eternidade, pag. 34).

A palavra — adolescência vem da palavra latina — *adolesco*, que significa crescer. É uma fase cheia de questionamentos e instabilidade, que se caracteriza por uma intensa busca de — si mesmo e da própria identidade, os padrões estabelecidos são questionados, bem como criticadas todas as escolhas de vida feita pelos pais, buscando assim a liberdade e autoafirmação.

Os teóricos da adolescência (Piaget – 1897, Berger – 2003 e outros) há muito têm concordado que a transição da segunda infância para a idade adulta é acompanhada pelo desenvolvimento de uma nova qualidade da mente, caracterizada pela forma de pensar sistemática, lógica e hipotética.

A adolescência corresponde ao período em que o ser humano sofre mudanças orgânicas, cognitivas, sociais e afetivas. As mudanças sofridas pelo adolescente têm consequências ao nível do seu relacionamento interpessoal, familiar, escolar e social.

A adolescência surge como um período de grandes mudanças físicas que alteram a sua imagem corporal e intelectual começando a possibilitar a formação do conhecimento de si próprio e a prepará-lo para tomar decisões. Porém, este período de desenvolvimento é bastante complexo porque passa por

um confronto de forças interiores e exteriores que afetam o autoconhecimento,

tais como o contexto socioeconômico e cultural e a importância da família e dos seus pares que influenciam as expectativas dos jovens em relação ao futuro.

É, também, durante este período que o adolescente realiza um percurso, muitas vezes difícil, em que procura a sua identidade. Durante esse percurso o jovem encontra-se em busca de uma uniformidade capaz de lhe proporcionar segurança e autoestima. Razão pela qual a companhia dos pais é, nesta fase, preterida relativamente à companhia dos amigos assim como é, igualmente, durante este período que parece ocorrer a identificação com o espírito de grupo.

Durante o período da adolescência, o jovem sente necessidade de contestar os valores que lhe foram incutidos pela família numa tentativa de se afirmar enquanto indivíduo com existência e características próprias.

Nesta fase, o autoritarismo dos pais, muitas vezes, tem que ser substituído por uma atitude de negociação com os filhos relativamente às tomadas de decisão. Quanto maior for o grau de afetividade existente entre a criança e a figura de autoridade maior será o nível de aceitação das regras impostas, no entanto, no período da adolescência o jovem tende a rejeitar o que lhe foi anteriormente incutido.

O jovem que teve a oportunidade de ter uma referência de autoridade positiva na infância, tem mais facilidade em integrar-se socialmente, ou seja, em acatar as regras necessárias para viver em sociedade.

O jovem e o adolescente aspiram à existência de um mundo perfeito, relativamente aos valores morais e altruísta, o que não raras vezes origina revolta por descobrir que a sociedade não se pauta pelos valores que defende.

2.6. Concepção de Juventude

A juventude é o período de vida que normalmente ocorre entre a infância e idade adulta. De acordo com as disposições estabelecidas pelas agências das Nações Unidas, para determinar exatamente quando o período de anos no qual a juventude acontece, pode se dizer que ocorre entre 15 e 25, sendo, portanto, uma das etapas mais importantes da vida de intrinsecamente definir a pessoa, seus interesses, seus projetos e suas relações com o mundo ao seu redor.

Sempre foi muito complexo tentar definir as idades e fases do homem com termos definitivos ou parâmetros preestabelecidos. Isto pode ser apreciado de forma mais acentuada no caso do conceito de juventude, já que tais elementos variam em cada caso presente, por se tratar de uma fase de busca de identidade, com certa desesperança ou desespero implícito, uma grande quantidade de energia e de entrada para o mundo social independente.

No entanto, existem alguns elementos que podem ajudar a entender melhor sobre o que é a juventude. Como já foi dito, a juventude é o tempo de vida quando se começa a estabelecer sua identidade, a identidade que irá acompanhá-lo mais ou menos pelo resto de sua vida. Aqui entram não apenas as formas de se mover, se comportar ou agir, mas também todas as projeções, expectativas e sonhos que o indivíduo pode começar a moldá-las para sua vida futura.

Nesta fase as funções vitais atingem a sua plenitude e máximo desenvolvimento. É a idade de ouro da vida, onde a energia e vitalidade são a característica principal, mas também a mais exigente na preparação para a entrada no mundo adulto, tentando encontrar a própria identidade, mas nem todo mundo acha a possibilidade de inclusão em um mundo cada vez mais competitivo.

A juventude é lembrada por muitos dos indivíduos como uma das etapas mais bonitas e interessantes da vida, mesmo com todos os seus contras. Isso é especialmente verdade porque a juventude marca o tempo das amizades, da construção e dos relacionamentos duradouros, a definição da nossa própria identidade, tomando posições sobre certos fatos e, finalmente, a aquisição de certos níveis de maturidade emocional, intelectual e social.

2.7. Concepção de Adulto

Do ponto de vista biológico, adulto é aquele que atingiu o máximo do seu

crescimento e a plenitude das suas funções biológicas.

Adulto compreende o período de transição entre a adolescência e a velhice. Esta fase é a mais ativa e produtiva, principalmente para o ser humano.

Um adulto é um ser humano que é considerado pelos restantes como tendo atingido uma idade que lhe permite contrair ações legais, como assinar contratos, casar, votar, tornar-se militar, conduzir automóveis, viajar sozinho, entre outras. A definição legal de entrada na idade adulta varia entre os 18 e os 21 anos, dependendo da região em causa.

2.8. Conceção de Idoso

A política nacional do idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, e o estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de outubro de 2003, define idoso como pessoas com 60 anos ou mais. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002), define o idoso a partir da idade cronológica, portanto, idosa é aquela pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos.

Segundo Mendes et al (2005), envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada.

Dias (2007), relata que envelhecer é um processo multifatorial, ou seja, cada indivíduo tem sua maneira própria de envelhecer. Sendo assim, o processo de envelhecimento é um conjunto de fatores que vai além do fato de ter mais de 60 anos, deve-se levar em consideração também as condições biológicas, que está intimamente relacionada com a idade cronológica, traduzindo-se por um declínio harmônico de todo conjunto orgânico, tornando-se mais acelerado quanto maior a idade.

Na escola é possível afirmar que os professores de algum modo sempre se preocuparam em abordar temas sociais, visando à formação cidadã dos alunos. Contudo, se faz necessária perante a legislação em vigor, reorganizar a proposta de ensino, bem como os Planos de Trabalho Docente com vistas a trabalhar o tema de maneira mais específico.

Assim, a proposta é trabalhar buscando interdisciplinaridade, baseando-se nos subsídios dos documentos orientadores do currículo, fazendo deste, a contextualização com os alunos. Deve-se destacar a violência física e psicológica, abandono, negligência, abuso econômico-financeiro e a violência auto infligida e auto negligenciada.

Por meio dos temas citados acima, se faz necessário promover ações que conscientize os alunos da necessidade de valorizar o idoso, pois ele é a fonte do passado, presente e futuro, de acordo com sua sabedoria. Preparando-se, assim, o aluno para a sua vida senil e para convivência com as pessoas idosas, formando uma

consciência cidadã.

2.9. Concepção de Sociedade

A concepção da sociedade é fundamental para o estudo das relações que são estabelecidos entre os indivíduos que partilham valores, cultura, território e história.

Uma sociedade é uma estrutura ampla, na qual os sujeitos estabelecem relações, quase sempre, impessoais, mas que possuem um aspecto de coletividade.

A compreensão da amplitude de relações que é abarcada pela concepção de sociedade é importante para entender outra característica do processo que ela determina: sua dinamicidade.

As sociedades são marcadas por uma grande diversidade de sujeitos que partilham características em comum. Nós somos integrantes de uma sociedade complexa.

A sociedade é a interligação entre seres, que dependem uns dos outros na realização de funções. É um conjunto de pessoas sujeitas a uma organização social, leis institucionais regulatórias da vida dos cidadãos, que favorecem as relações mútuas à interação, constituído, deste modo, uma comunidade.

A ausência da concepção de sociedade torna esta sociedade sem objetivos e regras, perda de identidade, provocado pelas intensas transformações ocorrentes do mundo social moderno.

A modernidade com seus intensos processos de mudanças, não fornecem novos valores que preencham os anteriores, ocasionando uma espécie de vazio, de significado no cotidiano de muitos indivíduos.

2.10. Concepção de Educação

Educação é o processo de ensinar e aprender. De forma ampla, pode-se definir educação como o meio fundamental para que os hábitos, costumes, comportamentos e valores de uma sociedade sejam transferidos de geração em geração, de acordo com a evolução da coletividade como um todo.

A educação engloba a aplicação de métodos de ensino que tem como objetivo assegurar a formação e o desenvolvimento pessoal e profissional de determinada pessoa.

No sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte. A educação vai se formando por meio de situações presenciais e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida.

O conceito de educação engloba o nível de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um indivíduo e a sua capacidade de socialização.

No sentido técnico, a educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo.

Educação (do latim *educations*) no sentido formal é todo o processo contínuo de formação e ensino aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos de ensino, sejam eles públicos ou privados.

No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a educação divide-se em dois níveis, a educação básica e o ensino superior. A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação nacional remete para o grupo de órgãos que fazem a gestão de ensino público e fiscalização do ensino particular.

2.11. Concepção de Currículo

Segundo Moreira (2006), currículo são as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio às relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos estudantes. Corresponde, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos planejados e desenvolvidos com propósitos educativos.

Pode-se dizer que currículo é o verdadeiro espaço escolar. Além de ser o espaço de conhecimento, é também o espaço do debate, das relações sociais e humanas, do trabalho e da convivência. Para além dos muros da escola, o currículo compreende conhecimento, ideias, valores, hábitos, cultura, ideia de mundo e de sociedade. Currículo escolar é preciso ser entendido como os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, as experiências de aprendizagem escolares vivenciadas pelos alunos, bem como os planos pedagógicos elaborados pelos profissionais da educação.

Considera-se que o currículo é a efetiva prática do que foi planejado, esse processo entre o planejamento e a vivência é o espaço que permeia a construção do conhecimento gerando um saber significativo.

Libâneo (2004), considera — o currículo oculto, como práticas que não estão prescritas, mas é existente e está presente no planejamento. Sendo assim, se resume em práticas, atitudes, comportamento, gestão e percepções geradas no meio social e escolar. E o currículo real é um planejamento prescrito, envolvendo a Secretaria da Educação, Ministério da Educação e Cultura.

Neste contexto, a prática pedagógica é norteada pelo currículo oculto e pelo currículo real, pois os professores fazem o Plano de Trabalho Docente norteado pelo Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Diretrizes Curriculares e considera neste plano a vivência do aluno, ou seja, o conhecimento prévio.

O currículo tem como objetivo buscar corroborar com o processo de ensino e

aprendizagem, auxiliando o professor em sua prática docente.

2.12. Concepção de Processo Ensino-Aprendizagem

O processo ensino-aprendizagem deve partir da preparação do indivíduo, para a vida que acontece como um todo, assegurando-lhe não apenas saber pedagógico, mas também o saber profissional, sendo assim, para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada à formação humana, é necessário que o processo ensino-aprendizagem, crie raízes e seja coerente com o seu papel de socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação de sua identidade cultural, seja coerente com o exercício de uma cidadania democrática, reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça.

Entendida a educação como apropriação da cultura humana produzida historicamente e a escola como instituição que provê a educação sistematizada, sobressai à importância das medidas visando à realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, em especial da escola pública básica, voltada ao atendimento das camadas trabalhadoras. É pela educação que o ser humano atualiza-se enquanto sujeito histórico, em termos do saber produzido pelo homem em sua progressiva diferenciação do restante da natureza (Paro, 2003, p. 7).

A escolarização precisa ser coerente com as concepções de homem, mundo e sociedade anteriormente anunciada. A manipulação do homem para que simplesmente saiba fazer determinada função, sem reflexão deve ser combatido, pois saber fazer sem reflexão, sem o resgate de valores e atitudes sugere a existência de uma realidade sem evolução, o que significa subtrair do homem a sua possibilidade de ser criativo, inovador, com direito de transformar o já existente para algo bem melhor, encontrando soluções para eventuais problemas e saber tomar decisões frente às diversas situações que terão que ser enfrentadas.

Nesta sociedade em que os homens privilegiam alguns princípios e ideias em detrimento de outros que inclui verdadeiramente, os desafios são constantes, é preciso refletir e repensar a prática pedagógica

Portanto, o processo de conscientização sempre se realiza em contextos sociais, políticos e econômicas, permeados por contradições. No limiar do marco histórico-temporal deste fim de século, um movimento crítico e tenso, de grave potencialização de conflitos. Entre atônitos e preocupados, depara-se com um mundo globalizado e hegemônico, capaz de desenvolver processos socializadores distintos e determinados, que propiciam, ao mesmo tempo, a satisfação de alguns com seu avanço tecnológico, sedutores bens de mercado e a frustração de muitos, excluídos até mesmo do acesso a seus direitos vitais.

Imersas neste cenário, perfilam-se situações complexas e inconclusas que se

contrapõem às iniciativas conciliatórias e despertam problemas de difícil contorno, dos quais se pode destacar, dentre outros, a valorização dos anseios de mercado em detrimento das demandas da sociedade civil; o crescimento desmesurado da especulação financeira, gerando brutal diminuição da atividade produtiva e a elevação do desemprego; a convivência próxima e diária, no âmbito de uma sociedade de consumo, entre pobreza e opulência; a impotência das campanhas pela paz frente ao gigantismo de uma indústria bélica que municia aviolência criminal, além do descrédito dos partidos e instâncias políticas junto à população, principalmente entre os mais jovens.

O papel da educação/escola deve voltar-se para a formação do ser humano para a formação integral, preparando o educando para ser cidadão consciente e construtor do pensamento crítico, capaz de interagir no meio que vive, proporcionando o acesso à informação e comunicação tecnológica de acordo com as necessidades e acompanhamento de uma educação integrada e participativa.

Entendemos que a qualificação profissional se constitui hoje uma forma indispensável para transformar o trabalho numa esfera de inclusão, sendo assim um direito de cidadania. Embora o aumento do grau de qualificação médio da força de trabalho seja a tendência desta fase do capitalismo global, no Brasil, por exemplo, a estrutura ocupacional ainda é bastante estratificada e, com uma grande parcela, composta por trabalhadores pouco qualificados e instruídos.

É preciso definir ações educacionais inseridas neste contexto, pois defendemos a ideia de que a escola não é o lugar para domesticar ninguém, mas é um espaço especial para a construção da cidadania. A educação é o eixo fundamental de uma sociedade e ela norteará o futuro desta sociedade.

2.13. Concepção de Ensino Remoto e Híbrido

A deflagração de uma pandemia em contornos mundiais forjou a necessidade de repensar o ensino, a impossibilidade de se reunir e de isolar a população trouxe serias complicações no espaço escolar. Mas com a contribuição da tecnologia a continuidade dos estudos tornou possível uma modalidade específica da educação a distância já utilizada há algum tempo, o ensino remoto.

O ensino remoto é uma ramificação da educação a distância, mas com regras próprias como é o caso das aulas em tempo real com a participação de professores e estudantes em um espaço virtual.

No estado do Paraná ocorreu por diferentes formatos, por meio das atividades impressas para os estudantes que não tinha recursos tecnológicos, pelas plataformas de ensino e via aplicativos de chamadas que permitiam a interação dos estudantes simultaneamente. Com a diminuição de casos de Covid 19 e com a vacinação em curso, surgiu uma nova orientação e assim o Ensino Híbrido se instalou. O conceito de ensino híbrido já denota a necessidade de uma mistura, na educação essa mistura

contou com a continuidade das aulas remotas e o ensino presencial que ocorreu de forma gradativa.

2.14. Concepção de Estágio obrigatório e não obrigatório

O estágio configura-se como uma prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo pela instituição de ensino, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos previstos no Projeto Político-Pedagógico e descritos no Plano de Estágio quando o estágio for obrigatório no curso profissionalizante.

O estágio não obrigatório configura-se como uma prática profissional supervisionada, assumida pela instituição de ensino/mantenedora, facultativa ao estudante ou obrigatório em curso profissionalizante, realizada em empresas e outras organizações públicas e particulares, atendendo à legislação específica vigente.

O estágio não obrigatório, incluído no Projeto Político-Pedagógico, como atividade opcional para o estudante, terá carga horária acrescida à carga horária regular e obrigatória no Histórico Escolar.

O Termo de Compromisso para a realização de estágio é firmado entre a instituição ensino, o estudante ou seu representante ou assistente legal e parte concedente, observado o Termo de Convênio, previamente firmado entre a instituição de ensino e a parte concedente.

A jornada de estágio não ultrapassará 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes com necessidades especiais e 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do Ensino Médio.

O estágio não obrigatório não interfere na aprovação ou na reprovação do estudante e não é computado como componente curricular, porém realização do estágio obrigatório em curso profissionalizante é requisito aprovação.

A duração do estágio não obrigatório, contratado com a mesma instituição concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência. Já a duração do estágio obrigatório será cumprida conforme a matriz curricular do Curso Profissionalizante.

O estágio não obrigatório e obrigatório será desenvolvido com a mediação de docente especificamente designado para essa função, o qual será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades e coordenador de curso no ensino profissionalizante.

2.15. Concepção de Educação Inclusiva

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas,

contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

2.16. Concepção de Tecnologia

A história da tecnologia é quase tão antiga quanto a história da humanidade, e se segue desde quando os seres humanos começaram a usar ferramentas de caça e de proteção. A história da tecnologia tem consequentemente, embutida a cronologia do uso dos recursos naturais, porque, para serem criadas, todas as ferramentas necessitaram, antes de qualquer coisa, do uso de um recurso natural adequado. A história da tecnologia segue uma progressão das ferramentas simples e das fontes de energia simples às ferramentas complexas e das fontes de energia complexas. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tecnologia>).

O termo tecnologia tem sua origem nos termos gregos, (do grego *τεχνη* — "técnica, arte, ofício" e *λογία* — "estudo") que implicam no uso da ciência como ferramenta para o aperfeiçoamento das técnicas de utilização. Este termo, à primeira vista pode se remeter a um conceito distante da realidade de muitos indivíduos. Contudo, é necessário lembrar que a tecnologia indica a técnica utilizada para comer, escrever, entre outros afazeres do cotidiano. Assim, o talheres, o copo, o martelo entre outros utensílios que foram inventados em uma determinada época, atualmente podem ser enquadrados como recursos tecnológicos.

Na história da humanidade, a descoberta do fogo oportunizou inúmeras descobertas, entre elas o aperfeiçoamento dos instrumentos de caça, a conservação de alimentos e até um recurso para a preservação da espécie. Hoje, a tecnologia tem se tornado cada vez mais presente no dia a dia, inclusive alterando hábitos e costumes.

Outra descoberta importante para humanidade foi a linguagem (fala), o que viabilizou a comunicação entre os homens, e que mais tarde pode acontecer por meio da escrita. Nos meios de comunicação, por exemplo, muitas pessoas já não utilizam os métodos convencionais, antes as pessoas tinham que se deslocar até um determinado local para estabelecerem um diálogo, mas com o tempo passaram a realizar esta atividade por meio de cartas que necessitam de um tempo até a notícia chegar à fonte. Atualmente, é possível realizar qualquer tipo de comunicação em tempo real a outro espaço, o espaço virtual.

A tecnologia está presente a todo instante na vida de cada pessoa, seja nas atividades mais simples, seja nas mais complexas, ela está em todos os setores e classes sociais. Contudo no processo de ensino aprendizagem, esta presença tem se apresentado de maneira tímida, há muitos educadores que ainda enxergam o uso da tecnologia como obrigação, e nem sempre como necessidade. Muitos utilizam-na em

seu dia a dia para obter conforto. No entanto, em sala de aula, ainda demonstram resistência.

Por outro lado, é possível observar os alunos, que chegam até a escola com sede de tecnologia, uma vez que em seu dia a dia, já se encontram mergulhados neste universo tecnológico, em especial ao universo virtual. Estão vivendo numa geração instantânea, onde tudo que se leva tempo é rotulado como ruim e assim, confundem informação com conhecimento. O que seria contraditório, uma vez que a informação obedece a um processo cumulativo e a origem do conhecimento deriva-se justamente de um processo seletivo.

Deste modo, intensificar a presença da tecnologia na educação, não indica a substituição do papel do professor enquanto mediador do processo ensino aprendizagem. Muito menos implica em facilitar a aprendizagem para o aluno, pois a ideia seria contraditória. O desafio que se apresenta está justamente em tornar a presença da tecnologia em sala de aula, como ferramenta, como recurso que viabilize a efetivação do processo de ensino — aprendizagem, com vistas a não desvirtuar o processo.

2.17. Concepção de Avaliação da Aprendizagem

Segundo Luckesi (2002), a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino-aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho.

Para Luckesi (2002), a avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. A verificação é uma ação que — congelar o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica da ação.

A avaliação, segundo Haydt (2000), Sant'anna (2001), Luckesi (2002), apresenta-se em três modalidades. Dentre as referidas modalidades está a avaliação somativa ou classificatória.

Segundo Haydt (2000), a avaliação somativa tem como função classificar os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados. O objetivo da avaliação somativa é classificar o aluno para determinar se ele será aprovado ou reprovado e está vinculada à noção de medir.

Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo por base um sistema de unidades convencionais. Na nossa vida diária estamos constantemente usando unidades de medidas, unidades de tempo. O resultado de uma medida é expresso em números. Daí a sua objetividade e exatidão. A medida se refere sempre ao aspecto quantitativo do fenômeno a ser descrito. (HAYDT 2000, p. 9).

Dentre as concepções de avaliação além da somativa e/ou classificatória, há

também outras duas modalidades que são denominadas de avaliação formativa e a outra, de avaliação diagnóstica.

A avaliação formativa é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Localiza a deficiência na organização do ensino- aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo e assegurar o alcance dos objetivos.

Formativa tem como função informar o aluno e o professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades; melhorar o ensino e a aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino- aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação (leitura, explicações, exercícios) (SANT'ANNA, 2001, p. 34).

A avaliação diagnóstica é constituída por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para selecionar dificuldades encontradas.

A avaliação é um instrumento diagnóstico do processo ensino e aprendizagem. A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou o padrão pela qual baseia-se o modelo educacional. Não há como fugir da necessidade da avaliação do conhecimento, muito embora se passe, com efeito, torná-la eficaz naquilo a que se propõe: a melhora de todo o processo educativo.

Dentro do Processo Ensino Aprendizagem do Colégio Antônio Lacerda Braga, todas as concepções de avaliações descritas são utilizadas: a diagnóstica(sondagem diária se o estudante realiza as atividades propostas em sala e de casa, se está com o material didático necessário às aulas), formativa (informa ao professor e ao estudante sobre os resultados obtidos e os conteúdos que se faz necessário rever e trabalhar) e a somativa (uma vez que o sistema de ensino cobra resultados em nota ao final do processo para aprovar ou reprovar o educando).

2.18. Concepção de Formação Continuada

A formação continuada, apesar de ser uma modalidade recente, pois se inicia a partir da década de 1960, pode ser analisada sob diferentes perspectivas. São práticas formativas, significativas para o desenvolvimento profissional e social dos professores, são cursos e modalidades oferecidos na profissionalização docente.

Pensar em um processo contínuo de formação de professores é pensar na condução de processos que buscam autonomia do professorado no seu desenvolvimento profissional e uma atuação prática que seja preponderante para se alcançar resultados significativos nos processos de ensinar e aprender.

A formação continuada implica na formação docente, significa ação e efeito de

formar-se, ato de tomar forma, desenvolver-se, processo este que se faz continuamente, após sua formação inicial, através de cursos promovidos por instituições de ensino, ou secretarias de educação, ou por meio de diversas modalidades, sejam: congressos, seminários, oficinas, presencial ou a distância.

A formação continuada tem como objetivo levar o docente a apropriar-se de novos conhecimentos, aperfeiçoando-se, reavaliando-se e reconstruindo saberes, objetivando seu crescimento profissional, pessoal e social, proporcionando mudanças nos seus processos didáticos.

2.19. Concepção de Clima Escolar

O clima escolar necessita ser harmonioso e propício para o estudante manter a atenção e o interesse, por essa razão além da disciplina que se torna indispensável no processo de ensino e aprendizagem a diversificação das estratégias em sala de aula.

Aulas práticas e extracurriculares são necessárias para estimularmos o interesse dos estudantes.

Entre as aulas, o sinal não é acionado para não despertar os estudantes que estão concentrados.

Em alguns dias pontuais e organizados é importante colocar músicas durante o intervalo para tornar o ambiente mais agradável, músicas que propiciem conhecimento por meio da letra e melodia a partir de um repertório selecionado pelos docentes juntamente com os grêmios ou líderes de turma.

Entre outras ações para favorecer um clima favorável ao longo do período letivo os professores poderão propor ações que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem.

2.20. Concepção de Educação Profissional

O mundo do trabalho compreende toda ação humana que transforma o meio, dessa forma o conceito de trabalho se define por toda transformação realizada pelo homem seja essa ação com vínculo empregatício/remunerada ou não. Já o conceito de mercado aglutina toda ação que está ligada a uma renda ou vínculo de empregatício.

Para atender a demanda do mercado de trabalho, é necessária uma formação que garanta uma qualificação ao profissional, dessa forma a Educação Profissional no Ensino Médio enquanto modalidade de ensino precisa atender as necessidades da comunidade local.

A educação profissional conhecida, hoje, iniciou sua consolidação em meados do final do século XVIII, a partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, que marcou a transição para novos processos de manufatura, passando da produção

artesanal para a produção por máquinas.

A Educação Profissional enquanto modalidade de Ensino precisa organizar sua oferta por meio de uma configuração que viabilize uma formação integral do estudante, levando-o a compreender que a sua atuação como profissional envolve todos os segmentos.

A Educação profissional busca integrar escola e trabalho levando-se em conta técnicas de produção e critérios de produtividade e requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo. Nessa instituição de Ensino, após um levantamento junto à comunidade local, o curso de agronegócio foi escolhido para atender essa demanda de profissionais, tendo em vista a localização geográfica do município e as atividades econômicas locais que é a agricultura, pecuária e agroindustrial.

O curso de Agronegócio oferece uma formação em planejamento e gestão nos setores agrícola, pecuário e agroindustrial. A formação trata sobre as organizações das cadeias produtivas, além de sua relação com a sociedade, economia e meio ambiente.

2.21. Concepção de Letramento

Segundo Magda Soares (1998), letramento é uma palavra que corresponde a diferentes conceitos, dependendo da perspectiva que se adote: antropológica, linguística, psicológica, pedagógica. É sob esta última perspectiva que a palavra e o conceito são aqui considerados, pois no campo do ensino inicial da língua escrita, que letramento — a palavra e o conceito — foram introduzidos no Brasil. Posteriormente, o conceito de letramento se estendeu para o campo do ensino da língua e da literatura, e mesmo de outras áreas do conhecimento, mas, aqui, letramento é considerado apenas em sua relação com a alfabetização.

O letramento passou a ser definido nos anos 80, por Magda Soares (1998), como uma ação de ensinar e aprender às práticas sociais de leitura e escrita, um estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Ex. ter se apropriado da leitura e escrita é diferente de ter aprendido a ler e a escrever. Vygotsky (1984), coloca que o letramento representa o coroamento de um processo de alfabetização, pois passa a ser a causa da elaboração de formas mais sofisticadas do comportamento humano que são chamados — processos mentais superiores — tais como: raciocínio abstrato, memória ativa, resolução de problemas, etc.

A alfabetização e letramento são processos interligados, mas é relevante que o letramento perpetue em culturas que não são alfabetizadas. O letramento abrange a capacidade de o sujeito colocar-se como autor e dominar a relação com a oralidade, e não só com o domínio específico da escrita.

Portanto, o letramento não se dá com o início da alfabetização; pois é

importante reafirmar que a simples exposição dos alunos à escrita na sala de aula não é suficiente para que eles se alfabetizem. A aprendizagem da escrita está relacionada a reflexão que os alunos podem fazer sobre ela — suas características, seus modos de funcionamento e suas regras de geração.

2.22. Concepção de Alfabetização

Para Magda Soares (1998), alfabetização é compreendida como, restritamente, a aprendizagem do sistema alfabético-ortográfico e das convenções para seu uso: a aprendizagem do ler e do escrever. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. Alfabetizar letrando, é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, assim educando deve ser alfabetizado e letrado.

A alfabetização com a proposta do ensino de nove anos deve ocorrer concomitante com os dois primeiros anos, pois se deve levar em conta a faixa etária da criança e oferecer condições para que as mesmas se desenvolvam neste período, considerando a experiência prévia das crianças com o mundo

da escrita em seus espaços familiares, sociais e escolares, pois a alfabetização é um processo de aquisição contínua e nunca acabada. É no decorrer da aprendizagem que a criança vai adquirindo aquisições individuais e habilidades como objetos específicos e indispensáveis de apropriação do sistema de escrita, possibilitando assim a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia e compreensão com o domínio do chamado — código escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras, usadas assim para representá-las, a escrita a leitura.

A alfabetização está intimamente ligada à instrução formal e às práticas escolares, quando as crianças são alfabetizadas, elas usam a leitura e a escrita para a execução das práticas que constituem sua cultura de maneira criativa, mecânica e funcional e uma memória visual e externa cognitiva com uma metodologia ampla de informação, comunicação e finanças. Consumando assim a alfabetização na escola e colocadas efetivamente em uso nas práticas escolares e no cotidiano.

Outro ponto importante são os conteúdos considerados essenciais como natureza do objeto do conhecimento envolvendo essa aprendizagem, dentro de um domínio de micro dimensão (do som/grafema, até o nível mais complexo), o qual a criança aprende a usar e decodificar símbolos gráficos que representam os sons da fala, saindo de um ponto — xll e chegando a um ponto — yll.

Assim, nesta proposta, a criança dará um tempo significativo de dois anos para concluir o início e domínio da alfabetização, e o educador deve planejar situações didáticas específicas, destinadas a essa finalidade, não bastando assim, inundá-los de letras escritas, o qual precisa estar em sintonia com o que é próprio da idade,

considerando a experiência prévia das crianças com o mundo da escrita já trazido por ela.

Magda Soares (1998), diz que a alfabetização deve se desenvolver em um contexto de letramento como início da aprendizagem da escrita, como desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes de caráter prático em relação a esse aprendizado; entende-se que a alfabetização e letramento, devem ter tratamento metodológico diferente e com isso alcançar o sucesso no ensino aprendizagem da língua escrita, falada e contextualizada nas nossas escolas.

2.23. Concepção de Conhecimento

Conhecimento significa uma forma de entendimento da realidade, ou seja, uma forma de compreensão de alguma coisa, tanto no seu modo de ser, quanto no seu modo de operar com ela. O conhecimento não é apenas uma forma de obter e reter informações. É muito mais que isso. É uma forma de entender a realidade. Como ela é e no seu funcionamento a partir de múltiplos elementos que a explicam [...] o conhecimento é, portanto, um instrumento de vivência e de sobrevivência. (LUCKESI, 1990, p. 86).

O conhecimento sempre foi algo buscado pelo homem, para que pudesse explorar o meio em busca da sua sobrevivência. Desde a pré-história até os dias atuais, o conhecimento sempre foi almejado, pois é com ele e a partir dele é que homem pode ao longo da história satisfazer suas necessidades, desejos e ambições.

Com o passar do tempo, o homem passou a construir e organizar diversos tipos de conhecimentos sobre a natureza, os astros, as estrelas; sobre suas atividades diárias, seus hábitos e costumes. Com o advento da Revolução Industrial e constantes pesquisas, estes conhecimentos passaram a se tornar mais elaborados, com a denominação de saberes — científicos, e os demais saberes que não passaram por estas rigorosas pesquisas foram denominadas de conhecimentos, — saberes populares.

Hoje, porém, na escola, esta distinção não possui uma conotação tão significativa como antes, pois existe a necessidade de distingui-los, contudo não existe a necessidade de distanciá-los, uma vez que no processo de ensino e aprendizagem, o professor precisa sempre considerar o conhecimento de mundo que o aluno traz, sua cultura, seus hábitos para a partir deste momento, inseri-los no universo científico.

Acerca da concepção de Conhecimento existem muitas distorções, ou seja, interpretações equivocadas quanto a forma como o conhecimento é construído e concebido.

Outro mito relacionado à concepção de conhecimento refere-se à ideia de que ele é concebido como algo que pode ser transmitido, ou

passado, de uma pessoa (mais sábia) para outra. Ou seja, o conhecimento é visto como um bem passível de ser acumulado, comparável a uma substância que enche uma espécie de reservatório existente na mente de cada ser humano, doado por alguém ou adquirido individualmente, e também socialmente. (Brasil. MEC, 2002-Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos- Fase II do Ensino Fundamental).

Pensar na ideia do conhecimento de maneira linear e estanque limita a condição deste fenômeno que é aprendizagem, que é também a fronteira entre a curiosidade, o desconhecido e o improvável para o homem.

O conhecimento, portanto, é resultado de um complexo e intrincando processo de construção, modificação e reorganização, utilizadas pelos alunos para interpretar os novos conteúdos. O aluno pode aprender em determinado momento da escolaridade depende das possibilidades delineadas pelas formas de pensamento que dispõe dos conhecimentos que já construiu anteriormente, das informações e do ensino que recebe. (Brasil, Ministério da Educação. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental-2002).

2.24. Concepção de Cultura

A todo instante é possível observar que o termo cultura é pronunciado por alguém a nossa volta, este termo é bem comum, principalmente no Brasil, um país tão extenso territorialmente e povoado por diversas etnias. Como a maioria já deve ter se familiarizado com a história deste país, muitos já devem ter a informação de que inicialmente apenas os povos indígenas habitavam estepais, que naquela época se tornou colônia de Portugal e dali em diante adota como território de diferentes nações do mundo todo. Mas, o que é mesmo Cultura?

Hoje, a miscigenação é uma realidade, e a diversidade cultural é um fato, isto contribui para que o Brasil fosse visto no cenário internacional como uma nação que mais lança modelos, e o diferencial é que muitas delas se tornam mundialmente reconhecidas. Além da beleza feminina, o país é reconhecido pelos artistas, cantores e muitos outros profissionais que se destacam no exterior. É importante destacar que o Brasil além de sua extensão territorial, possui também uma diversidade de terras produtivas, e uma diversidade de biomas, o que o torna, particularmente, um dos países mais rico do mundo.

Contudo, apesar desta vasta lista de adjetivos, o Brasil ainda é no ranking mundial, um dos primeiros na lista dos países que mais possui desigualdade social, uma estatística lamentável, se tratando dos recursos disponíveis. Mas, retomemos a questão inicial, o que é mesmo Cultura?

A palavra cultura é de origem latina. Deriva do verbo “colere” (cultivar ou instruir) e do substantivo “cultus” (cultivo, instrução). Etimologicamente tem muito a ver com o ambiente agrário, com o

costume de trabalhar a terra para que ela possa produzir frutos. Ainda hoje se costuma usar a palavra cultura para designar o desenvolvimento da pessoa humana por meio da educação e da instrução. [...] Cultura é um termo vasto e complexo, englobando vários aspectos da vida dos grupos humanos. Não existe ainda um consenso entre antropólogos acerca do que seja a cultura. Afirma-se que existem mais de 160 definições de cultura. (MARCONI; PRESOTTO, p.21- 22).

Nestes termos, o conceito de Cultura vai se delineando, como uma teia de atividades humana, símbolos e significados, que necessitam ser interpretados a partir do contexto no qual está inserido. Assim os conceitos, são compreendidos e analisados, porém nem sempre aceitáveis. E é neste contexto, no qual a escola está inserida, num universo de diferentes culturas, que precisam ser consideradas pelos professores, e isto se evidencia em sala de aula, onde é possível encontrar reflexos destas manifestações.

A necessidade de definir o conceito de Cultura, surge justamente da necessidade em se desmistificar alguns conceitos pré-estabelecidos nas relações humanas, o que pode gerar conflitos e desconforto em determinadas situações. E o preconceito velado e explícito é a pior forma de fazer da educação um instrumento de segregação e exclusão social.

2.25. Concepção de Diversidade

A escola que se insere na perspectiva da diversidade procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista. (GADOTTI, 1992, p. 21).

De acordo com o Minidicionário Aurélio (2004), diversidade significam — 1. Qualidade ou condição do que é diverso, diferença, dessemelhança. 2. Divergência, contradição (entre ideias, etc.). 3. Multiplicidade de coisas diversas: existência de seres e entidades não idênticos, ou dessemelhantes, oposição.

No falar sobre diversidade em educação, remete-se à ideia de dar oportunidades a todos, de acesso e permanência na escola, com as mesmas igualdades de condições, respeitando as diferenças. Ao se abordar a questão das diferenças ou diversidades, não se remete somente às minorias ou aos portadores de necessidades especiais. É bem mais amplo, todo ser humano é único, portanto, diferentes uns dos outros. Assim, trata-se de denominar como diversidade as diferentes condições étnicas e culturais, as desigualdades socioeconômicas e as relações discriminatórias e excludentes presentes nas escolas que compõem os diferentes grupos sociais.

Observa-se, que é grande o acesso da população à escola pública, no entanto, o desafio é garantir a permanência e o sucesso escolar para todos por meio da

aprendizagem.

Considerando que a escola pública trabalha com a diversidade e que é necessário respeitar as diferenças existentes em sala de aula e em todo o ambiente escolar, é preciso que se diversifique a prática pedagógica, buscando atender as características e as necessidades de cada aluno, criando contextos educacionais que permitam atender as especificidades de todos.

Nesta instituição de ensino, além do trabalho exigido por lei sobre a cultura afro e indígena, culminando sempre com uma grande apresentação de palco no dia 20 de novembro, também se trabalha a questão da diversidade sexual, orientação e respeito, quesitos necessários para os dias atuais. De um modo geral, mulheres, negros, indígenas, entre outros são representados no espaço escolar, seja no currículo escolar, nos livros didáticos e também no posicionamento do professor em sala de aula. Entende-se que é preciso defender uma educação questionadora sobre os conceitos essencialistas e tratá-los como categorias socialmente constituídas no decorrer dos discursos históricos.

2.26. Concepção de Trabalho

É bem comum se ouvir a célebre frase, o trabalho dignifica o homem, esta frase que na verdade foi extraída das produções de Max Weber, tinha a seguinte transcrição — O trabalho enobrece o homem (Max Weber), o que acabou trazendo um novo significado a esta concepção no mundo moderno.

Na idade primitiva, o homem já trabalhava em prol da sua sobrevivência: caçava, coletava, pescava; enfim, executava estas atividades sem fins lucrativos. Após se organizar em grupos, e viver em comunidades; na idade medieval, por exemplo, o conceito de trabalho estava relacionado às classes mais inferiores, pois apenas o ócio era tratado como algo necessário, para pensar, criar, e por que não dominar os homens das demais classes. O trabalho era braçal, escravo e executado apenas por homens com as mínimas condições econômicas.

Em termos cronológicos, essa ambivalência do termo ganha forma a partir do século XVI, se considerarmos o Renascimento e a transformação do sentido da palavra trabalho como a mais elevada atividade humana e o nascimento das fábricas; ou a partir do século XVIII, se considerarmos o industrialismo e a Revolução Industrial nos seus primórdios na Inglaterra (De Decca, op. cit.; Iglesias, 1982).

Atualmente, a palavra trabalho está associada a emprego, o que necessariamente não se enquadra à ideia mais expressiva desta concepção, pois o trabalho é uma inerente condição humana, mesmo sem um vínculo empregatício, o homem necessita exercer alguma atividade. Este exemplo esteve muito tempo associado a questão de gênero, onde para muitos o trabalho doméstico não era reconhecido, pois era realizado em casa pelas mulheres.

No entanto, hoje, o fato da ideia de trabalho estar associada a emprego, está intimamente ligada a organização capitalista do trabalho. Há muitas possibilidades de trabalho sim, contudo, se esta atividade não tiver um caráter de emprego, ou seja, se não for remunerada, não terá valor, pois neste sistema capitalista, o trabalhador não possui o modo de produção, — a máquinah, por exemplo, desta forma, ele necessita vender a sua força de trabalho para sobreviver.

No Brasil, diante do atual contexto político, a taxa de desemprego aumentou, deixando o país num patamar muito alto de desigualdade social e econômica no cenário nacional. Alguns especialistas afirmam que a falta de qualificação seria um dos motivos que elevam a taxa de desemprego no país. Contudo, na prática também é possível acompanhar inúmeros jovens que recebem a devida qualificação e nem sempre estão sendo absorvidos pelo mercado, pois a escola enquanto instituição de ensino pode oferecer condições de empregabilidade, mas nem sempre pode garantir o emprego.

O Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, destinado ao capítulo sobre a educação, já prevê a qualificação do trabalho como direitos de todos, conforme a redação a seguir.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A ideia de educação, nesta forma da lei, traduz de maneira objetiva os rumos que a educação escolar deve ser tratada e planejada, pois para além de uma formação humana, a educação precisa dar conta da formação cidadã que está intimamente ligada com a preparação para o trabalho. Esta preparação para o mundo do trabalho considera o caráter formativo do mesmo. O campo específico desta discussão teórica se concentra no materialismo histórico, que considera o trabalho para além de um meio de sobrevivência, de aquisição de bens materiais, mas também como uma forma de produção e aquisição cultural, de formas de sociabilidade, de criação simbólica entre outras.

Por meio do trabalho, o ser humano entra em contato com a natureza e a transforma, este processo potencializa a criação, a imaginação, permitindo os avanços tecnológicos, entre os quais foi possível observar ao longo de décadas na história da humanidade. As grandes invenções: a máquina a vapor, a imprensa, a roda, determinaram períodos históricos.

A partir do trabalho, o homem pode transformar a própria história, pode aumentar a expectativa de vida, criando recursos no campo da medicina (medicamentos, tratamentos, etc.). Estas inovações repercutiram em todos os demais campos, na agricultura, na indústria, no comércio, entre outros. O trabalho nesta perspectiva educa, forma e transforma a vida.

Numa visão antológica o trabalho transformou o homem de um ser primitivo a um ser social, desenvolvendo as capacidades cognitivas superiores, o que o diferenciou e o diferencia dos demais animais. Neste contexto, é possível considerar a relevância do trabalho como princípio educativo.

2.27. Concepção de Gestão Escolar

Segundo Silva (2005), gestão da escola pública corresponde a uma maneira de organizar o funcionamento da mesma, quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos, e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos; num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar.

Para Gracindo (2004), gestão democrática da educação pode ser entendida como — meio, sob o qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação, de modo a efetivar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações.

Desta forma, a escola é concebida como uma instituição social dotada de responsabilidades e particularidades, um espaço privilegiado de produção e transmissão do saber sistematizado. Uma organização social onde as práticas e ações que se organizam devem ser eminentemente educativas, de forma a atingir os objetivos da instituição, ou seja, formar sujeitos participativos, críticos e criativos.

Prevista na legislação brasileira, a gestão democrática tornou-se uma alternativa viável de trabalho coletivo no interior da escola pública, mediante uma nova cultura de organização e gestão educacional voltada para a transformação social.

Segundo Paro:

No atual contexto da sociedade capitalista em que vivemos, a transformação social precisa ser entendida num sentido que extrapole o âmbito das meras “reformas”, de iniciativa da classe que detém o poder, e que visam tão somente a acomodar a seus interesses os antagonismos emergentes na sociedade. Em seu sentido radical, a transformação social deve estar comprometida com a própria superação da maneira como se encontra a sociedade organizada (2008, p. 82).

Nesta perspectiva, uma transformação só será possível à medida que os interessados nas mudanças e/ou transformações se posicionem criticamente por meio do conhecimento das políticas educacionais de forma a favorecer os interesses comuns e o fortalecimento da instituição escolar.

Para Libâneo (2004 p. 137), — [...] a educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola.

Assim, para que a educação escolar corresponda a essa perspectiva, é necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão. Essa superação passa, necessariamente, pela organização do espaço escolar, pelo trabalho diário realizado por cada um dos sujeitos da comunidade escolar, considerando-se os aspectos: tempo, espaço, formação, legislação, administração, políticas educacionais, recursos financeiros e humanos.

Isso implica na efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Neste sentido, a participação constitui uma das principais ações a serem implementadas pelos diferentes sujeitos que atuam no cotidiano escolar, pois os processos de participação constituem, eles próprios, processos de aprendizagem e de mudanças culturais a serem construídos cotidianamente.

É importante lembrar também que, nenhuma prática de gestão democrática e participativa se sustentará, por muito tempo, sem os pressupostos e os insumos de uma teoria significativa e bem estruturada que deve primar pela perspectiva da ‘educação libertadora’, que valoriza o diálogo, a participação, a conquista da autonomia e da democracia, o compromisso público, ético e estético com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, com a concepção de ser histórico, incompleto, inacabado, capaz de lutar pela transformação social, por uma sociedade mais justa e sustentável para todos (FREIRE, 1997). Para Libâneo (2005, p. 328):

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável à maior aproximação entre professores, alunos e pais.

A participação exige uma tomada de consciência sobre os valores prescritos no processo educacional, bem como um posicionamento crítico em relação a eles. Para tanto, é imprescindível uma prática cotidiana baseada nos princípios da reflexão, da compreensão e da transformação.

Considerando a realidade vivenciada pela sociedade, este caminho não é fácil e em alguns casos é necessário o rompimento de uma cultura muitas vezes autoritária e centralizadora existente na comunidade escolar. Neste caso, é preciso que se estabeleça um processo contínuo de reflexão, diálogo, compromisso, transparência nas ações e ética por parte dos sujeitos envolvidos, para a construção de uma educação escolar transformadora e com qualidade social almejada e documentada no Projeto Político Pedagógico deste estabelecimento de ensino.

3. ELEMENTOS OPERACIONAIS

3.1. Objetivos da Instituição de Ensino

A Equipe de Profissionais atuantes no Colégio Estadual Antônio LacerdaBraga EFM tem como objetivo oferecer a todos os estudantes um ensino de boa qualidade, preparando, crianças, adolescentes e jovens para o pleno exercício da cidadania e a continuidade dos estudos no ensino técnico ou no Ensino Superior.

Oferecer ao estudante a possibilidade de valorizar sua identidade cultural instigando-os a transformar sua realidade, envolvendo-os no processo de construção de uma sociedade democrática.

Elaborar com toda a comunidade escolar propostas e alternativas que priorizem o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

Promover o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais reconhecendo as diferenças, procurando diminuir as dificuldades para sua aprendizagem.

Oportunizar ao estudante, de se ver, de se sentir e agir como sujeito e não como objeto de sua educação e tendo um compromisso com sua realidade e nela intervir cada vez mais com ações efetivas.

3.1.2 Plano de ação

O Plano de ação do Colégio Antônio Lacerda Braga encontra-se em anexo.

3.2 Encaminhamentos e Ações Didático-pedagógicas Permanentes

3.2.1 Organização de aulas não presenciais

As Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNPs) correspondem a processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos para além dos tempos e espaços da sala de aula, mediados por tecnologias digitais de informação e comunicação, desenvolvidas numa relação dialógica entre docentes e estudantes, considerando o distanciamento social em função da Covid-19.

Atividades Pedagógicas não Presenciais são orientadas pelos seguintes princípios:

- Manutenção do vínculo com os estudantes e mitigação dos prejuízos aos processos de aprendizagem decorrentes da pandemia, garantido condições de acesso a todos os estudantes que manifestarem interesse em delas participar.
- Qualidade do processo de ensino e aprendizagem e observância aos preceitos do Projeto Pedagógico Institucional e da Missão do IFRS.
- Preservação da integridade e da saúde da comunidade do IFRS, em aspectos físicos e socioemocionais.
- Caráter optativo aos estudantes, sem prejuízo à continuidade dos componentes em que se encontram matriculados, de forma presencial.

- Desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas, de acordo com as necessidades educacionais dos estudantes.
- Autonomia e flexibilidade dos campi e de suas comunidades para a definição das estratégias pedagógicas a serem utilizadas.
- Excepcionalidade e temporalidade limitada ao contexto da pandemia para as atividades pedagógicas não presenciais constantes neste regulamento.

Para fins de planejamento e execução, as Atividades Pedagógicas não Presenciais deverão possuir equivalência aos conteúdos programáticos dos componentes curriculares, conforme projetos pedagógicos dos cursos, tanto em termos de conteúdo, quanto de carga horária.

Em outras palavras, as APNPs representam uma oferta especial de componentes curriculares, que possam ser aproveitados e integralizados pelos estudantes. Dessa forma, Atividades Pedagógicas não Presenciais poderão ser consideradas como efetivo trabalho escolar, e a carga horária desenvolvida poderá ser utilizada para a substituição de carga horária presencial, conforme a legislação vigente.

3.2.2 Organização do atendimento educacional especializado (AEE)

O Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga — Ensino Fundamental e Médio oferta o atendimento à estudantes com deficiência, priorizando ações educacionais, ajustes necessários e adequados, oportunizando o acesso, a permanência e o sucesso destes no espaço escolar.

No Art. 2º da Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, institui que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Diante disso, a profissionais da instituição busca eliminar barreiras e utilizar práticas pedagógicas voltadas à diferenciação curricular, conforme específica as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos do Estado do Paraná, 2006:

Quando se fala de adaptações curriculares está se falando sobretudo e, em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação docente e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno [...] fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que é, ao que o aluno ou aluna deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos saiam beneficiados (MEC, 1992 apud MANJÓN, 1995, p. 82).

Assim, a referida instituição atende a diferentes grupos de estudantes,

desde aqueles que apresentam: A) Deficiência e que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; B) Àqueles com transtornos globais do desenvolvimento que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, incluindo-se nessa definição estudantes com autismo clássico;

C) Os transtornos funcionais específicos que são aqueles que apresentam transtorno de aprendizagem, como disgrafia, disortografia, dislexia, discalculia ou transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, entre outros; D) Altas habilidades/superdotação que são os que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com uma ou mais áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Dentre esses, destacamos os estudantes surdos, que dentro do enfrentamento das barreiras de comunicação, são amparados através de uma educação bilíngue, proposta que utiliza duas línguas: 1) a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para suprir as lacunas que a oralidade não preenche em seu processo de desenvolvimento da linguagem e conhecimento de mundo; 2) e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita. Salientamos que a LIBRAS é a primeira língua dos surdos e a segunda é a Língua Portuguesa, ambas fazem parte da interação sociocultural e científica da comunidade surda brasileira.

Ademais, o estabelecimento já nomeado, visa uma educação equitativa e inclusiva, ofertando serviços de apoios especializados, adiante dispostos, e profissionais especializados. Ressaltamos algumas fragilidades existentes na formação continuada dos professores do ensino comum e equipe pedagógica para atuar no atendimento ao público-alvo da Educação Especial.

Sabemos que todas as ações educacionais, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação devem ser efetivadas com acessibilidade plena, com a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, urbanísticas, arquitetônicas, tecnológicas, linguísticas, comunicacionais, informacionais e nos transportes, as quais possam restringir ou impedir o pleno acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes. Assim, essa instituição visa ofertar apoios e serviços especializados pedagógicos diferenciados, garantindo, dessa forma, que haja inclusão educacional

responsável, assegurando o direito à igualdade com equidade de oportunidades e resguardando as singularidades das pessoas com deficiências.

Segundo Deliberação nº 02/2016, que dispõe sobre as normas para a modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, estabelece:

Art. 13. Para o Atendimento Educacional Especializado a mantenedora deverá providenciar, de acordo com a demanda: I –

acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, nos sistemas de comunicação e informação, nos transportes e nos demais serviços, conforme normas técnicas vigentes; II – professores e equipe técnico- pedagógica habilitados e especializados; III – intérprete ou tradutor, conforme as necessidades especiais de seus estudantes; IV – profissionais de apoio escolar para as atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante; V – adequação de número de educandos por turma, com critérios definidos pela mantenedora e expresso em seu Projeto Político-Pedagógico; VI – flexibilização e adaptação curricular, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino; VII – oferta de educação bilíngue, aos estudantes surdos em Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, e na modalidade escrita de Língua Portuguesa, como segunda língua; VIII – acessibilidade em Braille, Sorobã e demais tecnologias assistivas aos educandos cegos, quando houver necessidade; IX – atendimento pedagógico domiciliar; X – atendimento pedagógico hospitalar; XI – professores Itinerantes (PARANÁ, 2016).

Adiante, discorreremos os serviços e apoios ofertados em nosso colégio, visando atender a área específica de cada estudante com deficiência: => Sala de Recursos Multifuncionais: espaço organizado com material didático, profissionais da educação especializados e de apoio aos estudantes e professores, recursos pedagógicos, tecnológicos, de acessibilidade, objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado. Visa à complementação curricular e pedagógica da área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos, surdez (professor ouvinte bilíngue, professor surdo bilíngue) e deficiência visual (aprendizagem da leitura e da escrita no sistema Braille, Sorobã, atividades da vida autônoma e social, orientação e mobilidade), e altas habilidades/superdotação. => Tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa- TILS: é o profissional bilíngue que oferece suporte pedagógico à escolarização de estudantes surdos matriculados na Educação Básica, da rede regular de ensino, por meio da mediação linguística entre aluno (s) surdo (s) e demais membros da comunidade escolar, de modo a assegurar o desenvolvimento da proposta de educação bilíngue (Libras/Língua Portuguesa). => Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista: A sigla PAEE significa Professor de Atendimento Educacional Especializado. Profissional com habilitação comprovada para atuar nas instituições de ensino da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, para atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, com comprovada necessidade relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização. Atende cada estudante em suas

características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem, acompanhando a evolução de suas potencialidades, com vistas ao progresso global (cognitivo, emocional e social) do mesmo.

Atualmente, temos três (3) estudantes na área de surdez sendo que são atendidos por três (3) Tradutores e Intérpretes de Libras, cada um supridocom 21 horas/aula semanais, sendo dois (2) para o ensino Fundamental e um (1) para o Ensino Médio; Um (1) Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantescom Transtorno do Espectro Autista. E em contraturno, funciona três (3) Salas de Recursos Multifuncionais: Tipo I, Surdez, e Altas habilidades/Superdotação.

3.2.3 Gestão Escolar

Os mecanismos de gestão se constituem em meios que a direção da instituição de Ensino se utiliza para garantir um canal de comunicação direto comos integrantes da Comunidade Escolar: estudantes, professores, funcionários, pais e responsáveis. É a partir do contato direto com cada indivíduo que a direção terá condições de garantir a gestão democrática na Escola, avaliando seu trabalho e o trabalho de cada indivíduo, com vistas ao sucesso do processo de Ensino e aprendizagem.

Os mecanismos de gestão, podem ser organizados a partir da participação dos integrantes das instâncias colegiadas: Conselho escolar, APMF, Grêmio Estudantil Conselho de Classe entre momentos que haja possibilidade de mobilizar a comunidade escolar para garantir a participação de cada um.

As reuniões de pais, organizadas no início do ano e trimestralmente, também se tornam momentos importantes para a articulação destes mecanismos. A Hora Atividade, os Conselhos de Classe, as Reuniões Pedagógicas, bem como outros momentos previstos no Calendário Escolar se constituem espaços de discussão e avaliação do processo democrático.

As instâncias colegiadas são parceiras na gestão escolar.

3.2.4 Instâncias Colegiadas

A) APMF

A APMF, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres, Alunos e Funcionários da instituição de Ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, ou seja não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo determinado e tem como metas centrais, entre tantas atribuições, algumas são de extrema importância: acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar da instituição de Ensino, para deferimento ou não observará as disposições legais e regulamentares

vigentes, inclusive Resoluções emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

A utilização dos recursos aprovados pela APMF deve impactar diretamente na relação ensino-aprendizagem. Além disso, após a APMF proporcionar os recursos para determinadas ações da escola, esta deve estar atenta se eles realmente serão utilizados com vistas à melhoria do processo pedagógico.

B) CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação.

Dentro de suas funções faz um acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhorias, garantindo o cumprimento das normas do estabelecidas no regimento escolar bem como, a qualidade social da instituição escolar devendo ainda fazer o acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações e deliberar sobre assuntos que envolvam a conservação e melhoria do prédio escolar e do terreno pertencente a comunidade escolar.

O Conselho Escolar é concebido, enquanto um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar, numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção da instituição de Ensino. O Conselho Escolar abrange toda a comunidade escolar e tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida.

Deve ainda o Conselho Escolar criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração do Projeto Político- Pedagógico bem como do Regimento Escolar, incluindo suas formas de funcionamento aprovados pela comunidade escolar. Garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem bem como deliberar sobre casos de indisciplina e ato infracional cometidos dentro do espaço escolar pelo estudante ou funcionários, professores e direção.

C) GRÊMIO ESTUDANTIL

Como um órgão de representação dos estudantes dentro da Unidade Escolar, o Grêmio Estudantil possibilita a exposição de ideias, reivindicações e anseios de maneira organizada e democrática. Sua atuação no colégio deve ser incentivada, visto que é um veículo de formação para a cidadania e espaço de desenvolvimento social.

O Grêmio é uma excelente oportunidade de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

Um dos principais objetivos do Grêmio Estudantil é mobilizar os estudantes a

participarem de atividades culturais, esportivas e científicas, organizando apresentações danças, dublagem, campeonatos, palestras, projetos e discussões, organizando espaços que promovam a cidadania e o protagonismo contribuindo com a disciplina e com a aprendizagem juntamente com professores, equipe pedagógica e direção.

Outra atividade ou projeto que o grêmio poderá desempenhar é a conservação do espaço escolar, promovendo campanhas de conscientização, quanto o lixo jogado no chão, a coleta a seletiva nas residências, e campanhas sobre os desafios socioeducacionais bem como a campanhas de vacinação e em tempo de pandemia, a importância de cumprir protocolos de Biossegurança.

Ele tem o papel de integrar os estudantes com toda a com a comunidade escolar.

3.2.5 Organização do Conselho de Classe

O Conselho de Classe é organizado em três momentos, pois a avaliação é realizada por meio de um acompanhamento pedagógico, ou seja, da nota. No Conselho de avalia o perfil pedagógico de cada estudante, o nível de comprometimento familiar, e as intervenções realizadas pelos docentes inicialmente temos o Pré-conselho, o conselho propriamente dito e o pós- conselho, conforme descrito a seguir e o colegiado que é uma ação pontual.

A) PRÉ-CONSELHO

Deverá ser realizado sempre duas semanas ou três antes da data de Reunião de Conselho, nessa instituição de ensino o Pré-Conselho vem sendo realizado on-line, a partir da utilização de uma planilha organizada no Google Drive, onde os professores registram observações sobre o desempenho, rendimento e o comportamento dos estudantes, o que torna este espaço virtual uma ferramenta que possibilita aperfeiçoar o trabalho pedagógico interdisciplinar durante a Hora Atividade do professor. Além das considerações dos estudantes a Equipe Pedagógica acompanha a turma ao longo do trimestre, observando o desempenho dos estudantes e dos professores, readequando sempre as estratégias de ensino.

B) PÓS-CONSELHO

O Pós Conselho se constitui num conjunto de procedimentos que são implementados a partir das discussões realizadas no Conselho de Classe. Sendo eles: convocação dos pais/responsáveis, devolutiva para turma, convocação dos estudantes pela equipe pedagógica para diálogo individual e outros.

O Conselho de Classe também é discutido com professores que não puderam comparecer, sobre decisões tomadas pelo coletivo, e novas medidas são incluídas caso haja necessidade.

C) COLEGIADO

O Colegiado é uma das formas de Conselho de Classe e ocorre sempre que

necessário. Fazem parte do Colegiado: os professores, estudantes, pais e outros membros da comunidade escolar; tendo como finalidades discutir o processo de ensino aprendizagem nas disciplinas onde os estudantes apresentam mais dificuldades e/ ou quando há problemas de indisciplina que estão interferindo na aprendizagem.

Ele poderá ser convocado pela direção e equipe pedagógica a pedido dos educadores ou dos educandos.

Após todos os participantes terem direito a palavra, os presentes que estão interferindo na aprendizagem assumem compromissos de rever sua postura e fazer uma retomada dos conteúdos ou quando o problema é indisciplina assumem o compromisso de manter uma relação harmoniosa em sala de aula.

3.2.6 Organização da avaliação, recuperação de estudos e intensificação da aprendizagem conhecida como “Se liga: é tempo de aprender”.

A avaliação se constitui em um ato de investigar e analisar para intervir. A avaliação como parte do processo de ensino e aprendizagem precisa ser definida de maneira a contribuir, assim consideramos que diagnóstica, contínua e formativa são as que mais se enquadram nesta perspectiva de formação. Em linhas gerais, este conceito e forma de avaliação se constituem num constante avaliar, acompanhar, considerar os avanços do estudante, intervir, repensando o encaminhamento com vistas à aprendizagem, entre outras palavras criar situações para problematizar o conteúdo e instigar os estudantes. As intervenções acima, são previstas no Plano de Trabalho Docente do Professor, no Plano de Ação anexado a este documento, bem como discutidas nas reuniões pedagógicas, Semana Pedagógica, na reunião de pais, colegiados e em convocações de pais para casos específicos.

Para realizar essa tarefa, o professor poderá construir os mais variados instrumentos, com a condição de que eles sejam bem elaborados e adequados às suas finalidades. Produzir bons e adequados instrumentos para coletar dados na avaliação da aprendizagem dos nossos educandos, requer objetividade e planejamento, isto implica em escolher os instrumentos adequados que ofereçam desafios, situações-problema a serem resolvidas.

Além destas características, é importante que sejam contextualizadas, coerentes com as expectativas de ensino e aprendizagem; possibilitem a identificação de conhecimentos do estudante e as estratégias por ele empregadas; possibilitem que o estudante reflita, elabore hipóteses, expresse seu pensamento; permitam que aprenda com as tentativas; exponham o que se pretende e que possam revelar o que se pretende avaliar.

Desta forma, os instrumentos de avaliação se constituirão em uma ferramenta de aprendizagem, pois irá auxiliar o professor a avaliar o processo não

só de aprendizagem como também o de ensino.

A proposta de recuperação de estudos deverá indicar as áreas de estudo e os conteúdos da disciplina em que o aproveitamento do aluno foi considerado insuficiente.

A avaliação não deve ser entendida como forma de julgar o sucesso ou o fracasso do aluno. Ela é o meio pelo qual se torna possível verificar se o processo de ensino aprendizagem está sendo satisfatório ou se necessita sofrer alterações, a fim de alcançar os objetivos pré-estabelecidos.

Ao observar durante o processo de avaliação, as dificuldades apresentadas, serão realizadas atividades no sentido de retomar os conteúdos não assimilados.

A avaliação é um elemento significativo no processo ensino-aprendizagem, envolvendo a prática pedagógica do professor, o desempenho do estudante e os princípios que norteiam o trabalho escolar. A recuperação de estudos precisa ser concebida por um conjunto de ações que possibilitem identificar os avanços e dificuldades apresentados pelos estudantes, levando-os a buscarem caminhos para solucioná-las. É um elemento que visa o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pelos quais estudantes com aproveitamento insuficiente, recebam condições que lhes possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

A recuperação de estudos deverá constituir na retomada de conteúdos nos quais estão inseridos conhecimentos importantes para aquisição de outros com eles relacionados.

A recuperação de estudos será durante o período letivo, concomitantemente às atividades regulares do estudante, à medida que forem constatadas dificuldades na aprendizagem.

Após a recuperação de estudos, a avaliação em que os estudantes demonstraram a aquisição dos conteúdos deverá conservar o maior resultado e não ser somada e dividida.

Terão direito a recuperação todos os educandos que não atingiram a nota máxima da avaliação, referente aos conteúdos que foram avaliados.

Após todas essas intervenções trimestrais serão oportunizados uma recuperação de estudos e reavaliação final, compreendendo as últimas semanas do período letivo. Atualmente essa Ação denomina-se “Se Liga é Tempo de Aprender Mais”! Que se constitui em semanas de intensificação de atividades e avaliações diferenciadas que visam a retomada, a recuperação de dificuldade

assinaladas durante o período letivo.

3.2.7 Adaptação de Estudos

A adaptação de estudos se constitui em uma atividade didático- pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o estudante possa seguir o novo currículo. Nesta instituição de ensino as adaptações são organizadas por meio da análise do histórico escolar recebido no ato da matrícula e analisado conforme a Matriz Curricular em vigor e a partir de um Plano Especial de Estudos organizado pelos docentes que ministram aulas nos componentes curriculares não cursado pelo estudante.

A adaptação de estudos far-se-á pela Base Nacional Comum. Na conclusão do curso, o estudante deverá ter cursado, pelo menos, uma LEM.

A efetivação do processo de adaptação será de responsabilidade da equipe pedagógica e docente, ao final do processo de adaptação, será elaborada ata de resultados, os quais serão registrados no Histórico Escolar do estudante e no Relatório Final.

3.2.8 Classificação e Reclassificação

Para classificação, este estabelecimento de ensino utilizará o previsto na legislação vigente, conforme regulamento no Regimento Escolar. A classificação e reclassificação têm como finalidade posicionar o estudante em ano/ série compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais ou informais.

Reclassificação é o processo pelo qual a escola avalia o grau de experiência do estudante matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatíveis com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu histórico escolar.

O Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga realizará a classificação e a reclassificação conforme previsto no Regimento Escolar.

3.2.9 Regime de Progressão Parcial/dependência

Este Estabelecimento de ensino não oferta matrícula com Progressão Parcial a seus estudantes do curso Ensino Fundamental — séries finais. No Ensino Médio, este colégio não mais ofertará o regime de Progressão Parcial a partir do ano de 2017. As matrículas recebidas com essa condição serão realizadas por meio de adaptações curriculares, conforme o componente curricular não realizado.

3.2.10 Aproveitamento de Estudos

O estudante poderá requerer aproveitamento de estudos realizados com êxito equivalente às disciplinas ofertadas nesta instituição de ensino, amparado pela legislação vigente, conforme regulamento no Regimento Escolar. O secretário

irá transcrever no histórico escolar a carga horária efetivamente cumprida e concluída com aproveitamento na escola de origem, para fins de cálculo da carga horária total do curso.

3.2.11 Revalidação e Equivalência de Estudos realizados no Exterior

Revalidação e Equivalência de estudos são procedimentos administrativos para conferir validade nacional a estudos realizados em outros países.

Os procedimentos de revalidação serão realizados em instituições de ensino públicas credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR).

A revalidação de estudos do Ensino Fundamental, Médio e Profissional constantes de documentos escolares emitidos por instituições de ensino estrangeiras, será realizada por instituições de ensino públicas, credenciadas e reconhecidas pelo Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com acompanhamento do respectivo Núcleo Regional de Educação.

Para realizar a revalidação e equivalência o colégio segue as orientações do Regimento Escolar.

3.2.12 Articulação entre as Etapas de Ensino

A transição do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental, é um momento crucial mesmo se tratando do mesmo nível de ensino, pois requer uma reorganização pedagógica para atender as demandas dessa nova fase de estudos. Uma das mudanças que geralmente ocorrem é o aumento dos componentes curriculares e de professores.

Quanto às questões de encaminhamento metodológico há diferenças também, uma vez que atualmente nessa nova etapa do ensino fundamental, anos finais, foram implementadas a utilização de plataformas para avaliar a aprendizagem exigindo habilidades tecnológicas.

Para que os estudantes superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável estudos entre as mudanças introduzidas e a continuidade das aprendizagens, considerando medidas para assegurar a eles um percurso contínuo de aprendizagem entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior interação entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB Nº 11/2010:

— Os alunos ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos

finalisII (BRASIL, 2010).

Com o objetivo de atender essa demanda específica, algumas ações que o coletivo do Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga EFMP realiza logo no início do ano letivo, para esse processo de transição:

- Reunião com os pais ou responsáveis e os novos estudantes para conversar sobre as normas e funcionamento do colégio e conhecer as expectativas dos familiares em relação a instituição de ensino;
- Apresentação dos professores e seus respectivos componentes curriculares;
- Proporcionar um ambiente escolar favorável aos novos estudantes com apresentando os espaços escolares e funcionários;
- Promover uma integração entre os estudantes e professores;
- Fixar uma agenda de provas (impressa) na sala de aula para melhor organização dos estudantes;
- Organizar grupo de WhatsApp para estabelecer um vínculo entre família e escola, criando um canal de comunicação;
- Acompanhamento semanal da frequência e realização das atividades tanto online como impressa, ou caderno informando as famílias sobre dificuldade apresentadas.

Portanto, realizar as necessárias adaptações e articulações no 6º ano, para apoiar os estudantes nesse processo de transição, pode evitar ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes melhores condições de sucesso.

3.2.13 Transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio

A mudança do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é considerada por educadores e especialistas no assunto como a mais marcante e profunda das transições escolares pelas quais um estudante passa ao longo de sua vida escolar.

O aumento da carga horária e do número de componentes e professores, além do início de uma certa apreensão acerca do vestibular e das escolhas profissionais futuras, somadas às inquietudes e descobertas profundas típicas da adolescência, podem gerar sentimentos bastante intensos, como ansiedade. Existe também um outro aspecto a se considerar, que é o início da transição da adolescência para a vida adulta.

A adolescência não é, nem de longe, uma fase tranquila. Afinal, é nesse momento em que se vivencia mudanças bastante intensas. É na adolescência geralmente que busca a formação de identidade, da personalidade e a sua maneira de relacionar-se com o mundo e com os demais, se auto afirmando como sujeito. Questões como autonomia, responsabilidade pelas próprias escolhas e pela própria vida, disciplina e alcance de metas pessoais começam a surgir.

Com tantas novas demandas a serem administradas e compreendidas, muitos adolescentes, em meio a esse turbilhão de sensações e sentimentos, podem sentir-se confuso, priorizando outros aspectos da vida que não a escola, especialmente se os

jovens não contarem com uma boa rede de apoio na escola e na família.

Além da escola apoiar, e orientar os estudantes durante a transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. A família, especialmente os pais, têm um papel extremamente importante nessa fase.

Dentro do contexto escolar, é importante que os professores, pedagogos e direção estejam sempre em contato com esses estudantes, acompanhando-os em relação a novas mudanças, realizando as mudanças necessárias. Fazendo-os perceber que todos estão realmente interessados e disponíveis para dialogar e apoiar.

É importante rodas de conversas sobre o vestibular e as escolhas profissionais, dialogando sobre as expectativas em relação a estes temas.

Dessa maneira, a escola estará contribuindo de forma efetiva para que a transição escolar do Ensino Fundamental para Ensino Médio ocorra naturalmente para os adolescentes. Com apoio da escola, comunidade escolar e família, eles se tornarão adultos muito mais confiantes.

Ações da transição do Ensino Fundamental e Médio:

- Proporcionar um ambiente escolar favorável aos novos estudantes apresentando os espaços escolares e funcionários;
- Reunião extraordinária no início do ano letivo para apresentar aos responsáveis e os novos estudantes as
- normas e funcionamento do colégio e conhecer as expectativas dos familiares em relação a instituição de ensino;
- Apresentação dos professores e seus respectivos componentes curriculares;
- Promover uma integração entre os estudantes e professores por meio de atividades diferenciadas;
- Fixar uma agenda de provas (impressa) na sala de aula para melhor organização dos estudantes;
- Organizar grupo de WhatsApp com o celular da instituição para estabelecer um vínculo entre família e escola, criando um canal virtual de comunicação;
- Acompanhamento semanal da frequência e realização das atividades tanto online como impressa, ou caderno informando as famílias sobre dificuldade apresentadas;
- Organizar o horário de aula evitando a fragmentação ou acúmulo de aulas do mesmo componente curricular;
- Evitar o agendamento de mais de uma avaliação por dia, utilizar a agenda de provas para se orientar.

3.2.14 Superação a Evasão e Abandono Escolar

A evasão escolar é um dos fatores graves que tem preocupado professores e gestores, os quais têm encontrado dificuldades para lidar com o problema, devido às causas serem diversas. Várias são as circunstâncias que suscitam a evasão escolar

e dentre elas cabe citar as razões psicológicas que estão relacionadas a fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos.

Também temos as razões socioculturais relativas ao contexto social do aluno e as características de suas famílias. Temos ainda as razões institucionais que estão vinculadas à escola como se pode citar: métodos de ensino inapropriados, currículos e as políticas públicas para a educação.

Aliado a esses fatores encontram-se também aqueles ligados a questões socioeconômicas. Cada escola tem suas particularidades em relação a evasão, mas o que podemos analisar em nossa escola é o grande desinteresse pelos estudos e a pouca participação de muitos pais na vida dos seus filhos. Mesmo comunicando os pais nem sempre o aluno retorna e frequenta as aulas com assiduidade, sendo necessário acionar a Rede de Proteção, pois os mesmos não conseguem reverter esse quadro de abandono intelectual sem ajuda.

3.2.15 Articulação e engajamento com as famílias e comunidade

A pandemia modificou substancialmente a forma como escola interagiu com as famílias e comunidade, como exemplo podemos citar a utilização de ferramentas tecnológicas como aplicativos de mensagens, rede social contribuíram para a otimização do trabalho pedagógico.

Dessa forma é possível afirmar que a articulação para além dos momentos presenciais se expandiram complementando a comunicação em tempo real. Após o retorno presencial, as reuniões de pais contaram com a presença física contribuiu para estreitar os vínculos.

Outras formas de participação ocorreram por meio da composição de líderes de sala, de professores tutores e por meio das instâncias colegiadas.

3.2.16 Acompanhamento do Estágio obrigatório e não obrigatório

O estágio é considerado como uma prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo pela instituição de ensino, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos previstos no Projeto Político-Pedagógico e descritos no Plano de Estágio quando o estágio for obrigatório no curso profissionalizante.

Esta instituição de ensino ofertou estágio não obrigatório neste ano letivo aos estudantes do Ensino Médio, que estiveram realizando essa atividade em entidades públicas e empresas locais. Essas empresas solicitavam relatórios sobre o perfil pedagógico de cada estudante e a equipe pedagógica, diretiva e corpo docente orientava os estudantes sobre a importância de conciliar as duas atividades.

3.2.17 Ações de Organização da Escola frente à Formação Continuada em Serviço

O Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga, promoverá e oportunizará a formação continuada aos professores, funcionários, pais, e demais membros do Conselho Escolar, por meio de encontros, reuniões, palestras em vídeo ou ministradas por profissionais das diversas áreas.

Os professores participarão de discussões de textos, didático- pedagógico com temas sobre evasão, repetência, avaliação, recuperação concomitante, inclusão, enfim, material atualizado.

Para a formação continuada a direção respeitará as datas pré-estabelecidas pela mantenedora, as quais farão parte do calendário escolar.

Paralelamente às palestras que serão realizadas com os estudantes os professores, pedagogos e funcionários reunir-se-ão para discutir diversos temas e ou assistir palestras em vídeo ou filmes.

Dentro da proposta de ensino de nove anos, os professores se manterão atualizados por meio de programas televisivos, redes sociais, internet, material didático onde possa trazer o aprendizado do saber sistematizado para o seu cotidiano e sua forma de aplicação.

Em relação a implementação da Base Nacional Comum os professores e equipe diretiva reunirão esforços na perspectiva de implementá-la de maneira efetiva. Oportunizando espaços para consultas a comunidade escolar, estudos sobre o Referencial Curricular e ao CREP (Currículo da Rede Estadual Paranaense, tanto para o Ensino Fundamental como para o Ensino Médio.

Podemos citar outras ações que se configuram como formação continuada em serviço, entre elas: estudo e Planejamento, acompanhamento pedagógico realizado pela tutoria e disseminado aos professores durante a hora atividade, observação em sala de aula e feedback formativo, participação no Grupo de estudos – Formadores, veiculação das webinars no Canal do Professor, entre eles.

3.2.18 Registro de Classe On-line

O RCO é mais uma inovação tecnológica da Rede Estadual de Ensino para algumas escolas do Estado do Paraná.

Com o Registro de Classe on-line, a visualização dos dados tornou-se mais acessíveis e práticos, trazendo impacto direto na organização do tempo pedagógico. Para os professores, o início do uso do RCO trouxe a vantagem e a praticidade de registrar a presença/ausência dos estudantes em tempo real, os conteúdos trabalhados, avaliações, etc. Porém, como principal obstáculo, pode-se destacar a dificuldade de acesso à Internet.

É a tecnologia da informação presente na Rede Estadual de Ensino do Paraná, diminuindo distâncias e rompendo obstáculos por meio de sistemas, que possibilitam consultar os dados em tempo real e acesso transparente às informações da vida

escolar dos estudantes.

Neste Estabelecimento de Ensino, a adesão a este sistema de registro aconteceu no ano de 2015.

3.2.19 Organização de um Clima Escolar

O Grêmio Estudantil, juntamente com o corpo docente e equipe gestora do Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga são responsáveis pelo clima escolar da instituição de ensino, realizando ações para tornar o ambiente da escola agradável, contribuindo com o ensino/aprendizagem.

Durante o intervalo dispõem de diferentes estilos musicais para proporcionar um clima descontraído e divertido para os estudantes.

Realizam ações que permitem observar e comunicar práticas de bullying com o objetivo de orientar os colegas. Filmes e documentários são realizados para sessões de debates.

Foi criado um dia especial valorizando a autoestima, onde os alunos realizam um dia de beleza com ações de manicure, barbearia entre outras.

3.2.20 Avaliação de desempenho dos profissionais da educação

A avaliação dos profissionais da educação tem como objetivo avaliar o desempenho profissional para fins de progressão funcional. Para isso, reúnem-se os docentes, equipe pedagógica e direção para avaliar os seguintes aspectos: pontualidade, participação e produtividade; a assiduidade vem pronto da Secretaria da Educação. A avaliação é presidida pela direção da instituição de Ensino, com a presença dos avaliados e o secretário entre os presentes, que registra em Ata da reunião.

3.2.21 Programas e Projetos - Programa de Atividade Complementar Curricular em Contraturno

Com a necessidade de se ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para os alunos da rede estadual de ensino, a Secretaria de Estado da Educação instituiu o Programa de Atividade Complementar Curricular em Contraturno. O objetivo é o empoderamento educacional dos sujeitos envolvidos por meio do contato com os conhecimentos e os equipamentos sociais e culturais existentes na escola ou no território em que ela está situada.

Esse programa constitui-se de atividades integradas ao Currículo Escolar, que oportunizam a aprendizagem e visam ampliar a formação do estudante. O atendimento do programa é para estudantes que se encontram em situação de defasagem, dificuldade de aprendizagem e de vulnerabilidade social, bem como para as

necessidades socioeducacionais, considerando o contexto social descrito no Projeto Político-Pedagógico da Escola e o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A oferta das Atividades Complementares Curriculares em Contraturno foi regulamentada na Resolução nº. 1.690/2011 e na Instrução nº. 007/2012- Seed/Sued, e deve estar contemplada nos projetos político-pedagógicos, garantindo desta forma a continuidade das atividades. Para tanto, é necessário que a escola estabeleça critérios de avaliação das atividades complementares ofertadas, observando os benefícios para a comunidade escolar.

As Atividades Complementares Curriculares em Contraturno estão organizadas nas áreas do conhecimento, articuladas aos componentes curriculares, nos seguintes Macrocâmpos: Aprofundamento da Aprendizagem, Experimentação e Iniciação Científica, Cultura e Arte, Esporte e Lazer, Tecnologias da Informação, da Comunicação e uso de Mídias, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Promoção da Saúde, Mundo do Trabalho e Geração de Rendas.

Por meio desse programa, cada escola pode propor uma atividade de ampliação de jornada por modalidade de ensino, cujo objetivo é promover a melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas em contraturno, na escola ou no território em que ela está situada, a fim de atender às necessidades socioeducacionais ; ofertar atividades complementares ao currículo escolar vinculadas ao Projeto Político Pedagógico da Escola, respondendo às demandas educacionais e aos anseios da comunidade; possibilitando maior integração entre estudantes, escola e comunidade, democratizando o acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

A) Atendimento às Modalidades Especiais

Sala de recursos multifuncionais é o espaço organizado com material didático, profissionais da educação especializados e de apoio aos estudantes e professores, recursos pedagógicos, tecnológicos, de acessibilidade, objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

Esta instituição de ensino disponibiliza três salas de recursos multifuncionais nas categorias:

- a) Sala de Recursos Multifuncionais- Tipo I — Atende estudantes diagnosticados com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, Síndrome de Down, transtornos Do Espectro Autista e Transtornos funcionais específicos;
- b) Sala de recursos Multifuncionais- Surdez, visando à aprendizagem em LIBRAS, como primeira língua, e na modalidade escrita de Língua Portuguesa, como segunda língua.
- c) Sala de Recursos — Altas habilidade e Superdotação que objetiva o atendimento àqueles estudantes que tem indicativos de altas habilidade em

diferentes áreas.

B) Programa Mais Aprendizagem

O Programa Mais Aprendizagem tem como principal objetivo o atendimento aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e/ou séries do Ensino Médio que apresentam alguma necessidade de reforço em conteúdos relacionados à leitura, escrita, interpretação ou resolução de problemas, de modo que consigam prosseguir em sua trajetória de aprendizagem, acompanhando os conteúdos ministrados em sala de aula.

Nessa instituição de ensino o programa está organizado em dois níveis; nível I destinado aos estudantes com mais dificuldade, que não conseguem trabalhar o raciocínio lógico e apresentam problemas de alfabetização, por exemplo. O nível II, por sua vez, seria intermediário entre o primeiro e o III, que atende o estudante que precisa de um auxílio pontual para que possa seguir sua trajetória escolar sem maiores percalços.

C) CELEM – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas

O Centro de Línguas Estrangeiras Modernas é uma oferta extracurricular e gratuita de ensino de Línguas Estrangeiras nas escolas da Rede Pública do Estado do Paraná, criado no ano de 1986 pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), integra o Departamento de Educação Básica (DEB) e tem por objetivo ofertar o ensino gratuito de idiomas aos alunos da Rede Estadual de Educação Básica matriculados no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O funcionamento do CELEM foi regulamentado pela Resolução Nº 3.904/2008-SEED, o qual considera de fundamental importância para o desenvolvimento do ser humano quanto a compreensão de valores sociais e a aquisição de conhecimento sobre outras culturas.

Este Colégio oferta 02 (duas) salas de CELEM-Espanhol (Sendo um primeiro ano e um segundo ano).

D) AETE

A atividade: — Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo tem por objetivo desenvolver e identificar talentos esportivos, formando equipes competitivas para participarem dos Jogos Escolares do Paraná e Eventos similares organizados pela SEED/PR.

O Basquete é ofertado em contraturno em dois dias semanais, perfazendo o total de 4 horas/aula por semana. A equipe é formada por estudantes do Ensino Fundamental.

E) EDUTECH

Programa desenvolvido em contraturno escolar, com a finalidade de apresentar e/ou aprimorar o conhecimento dos estudantes em Programação. O Programa Edutech tem como público-alvo os estudantes da rede estadual de ensino

matriculados no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio.

3.2.22 HORA-ATIVIDADE

A hora-atividade é o tempo reservado ao professor em exercício de docência, para estudos, avaliação, planejamento, correção de atividades discentes, estudos e reflexões a respeito de atividades que envolvam a elaboração e implementação de projetos e ações que visem à melhoria da qualidade de ensino, atendimento aos estudantes, pais e comunidade escolar.

Ela garantirá ao professor a realização de atividades pedagógicas individuais inerentes ao exercício da docência. Está organizada de acordo com a carga horária do professor no estabelecimento.

A hora-atividade de cada professor está organizada conforme horário do professor neste estabelecimento de ensino e nos demais em que ele atua. A equipe pedagógica procura organizar a hora-atividade dos professores conforme os horários de aula no colégio, procurando respeitar o dia proposto pela SEED para cada disciplina.

3.3 CALENDÁRIO

Calendário escolar é o sistema de divisão do tempo que considera o ano letivo e estabelece os períodos de aula, de recesso e outras identificações julgadas convenientes, tendo em vista o interesse do processo educacional e o disposto no projeto pedagógico.

Segundo Veiga (2002), o calendário escolar é de extrema importância, pois ele é um elemento constitutivo da organização do currículo escolar. É ele

que mostra a quantidade de horas que os professores de cada matéria terão para usar em sala de aula, as avaliações, cursos, os feriados, as férias, período em que o ano se divide, jogos, atividades pedagógicas como: trabalho coletivo na escola, conselho de classe entre outras.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), de 1996, o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Janeiro							Fevereiro							Março						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4				1	2	3	4
8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	5	6	7	8	9	10	11
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	12	13	14	15	16	17	18
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	19	20	21	22	23	24	25
29	30	31					26	27	28					26	27	28	29	30	31	
							14 dias letivos							23 dias letivos						
Abril							Maio							Junho						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
						1				1	2	3	4					1	2	3
2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10
9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17
16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24
23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	
30																				
18 dias letivos							21 dias letivos							20 dias letivos						
Julho							Agosto							Setembro						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
						1				1	2	3	4						1	2
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30
30	31																			
4 dias letivos(1ª Sem.) 6 dias letivos(2ª Sem.)							22 dias letivos							19 dias letivos						
Outubro							Novembro							Dezembro						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4						1	2
8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23
29	30	31					26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30
														31						
20 dias letivos							19 dias letivos													
1.º Jan. - Ano Novo		09 Abr. - Páscoa		08 Jun. - Corpus Christi		12 Out. - N. Sra. Aparecida		25 Dez. - Natal												
02 Fev. - Padroeira		21 Abr. - Tiradentes		7 Ago. - Feriado Municipal		2 Nov. - Finados														
07 Abr. - Paixão		1 Mai. - Dia do Trabalho		7 Set. - Independência		15 Nov. - Proclamação da República														
Legenda							Avaliação Trimestral													
Continuidade das férias ano letivo 2023							1.º T. - 05/02 a 03/05 - 56 d.l.													
Início e término das aulas							2.º T. - 04/05 a 25/08 - 69 d.l.													
Início e término da trimesstre							3.º T. - 29/08 a 20/12 - 75 d.l.													
Estudo e Planejamento							Total = 200 dias letivos													
Plano de Abandono																				
Conselho de Classe (Contra Turno)																				
1.º semestre – 100 dias letivos							2.º semestre – 100 dias letivos													

Assinatura Avançada realizada por: **Elizabete Murante (XXX.930.099-XX)** em 03/02/2023 10:55 Local: GRE087000010. Inserido ao protocolo 19.851.786-0 por: **Marcio Mota dos Santos** em: 03/02/2023 10:53. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/splweb/validarDocumento> com o código: 1833a7904f9400361a036ace18c0fe9e.

3.4 Proposta Pedagógica Curricular

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 diz que a proposta pedagógica é um documento de referência. Por meio dela, a comunidade escolar exerce sua autonomia financeira, administrativa e pedagógica. Também chamada de projeto pedagógico, projeto político-pedagógico ou projeto educativo, a proposta pedagógica pode ser comparada ao que o educador espanhol Manuel Álvarez chama de "uma pequena Constituição". Nem por isso ela deve ser encarada como um conjunto de normas rígidas.

Elaborar esse documento é uma oportunidade para a escola escolher o currículo e organizar o espaço e o tempo de acordo com as necessidades de ensino. Além da LDB, a proposta pedagógica deve considerar as orientações contidas nas diretrizes curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional da Educação.

Para Álvarez (2004), o ideal é que o documento seja o resultado de reflexão coletiva. E como chegar ao consenso? Proporcionando espaços para que cada uma das partes exponha seus objetivos e interesses com base nos princípios educativos com os quais todos concordam. Esse esforço conjunto harmoniza as diferenças entre os grupos que compõem a escola.

Manter a proposta pedagógica atualizada é a recomendação feita pela educadora Madalena Freire (1997). Diz a educadora que tanto a proposta como o planejamento são processuais e devem correr em paralelo com a construção do conhecimento. Isso impede que os dois documentos se transformem em instrumentos engavetados, só revistos no fim do ano. Essa burocratização leva muitos professores a considerar ambos como desnecessários e inviáveis. O planejamento serve como roteiro para os professores, permitindo aplicar no dia-a-dia a linha de pensamento e a ação da proposta pedagógica.

Faz parte da estrutura das propostas curriculares os seguintes elementos: apresentação da disciplina, justificativa, objetivo, encaminhamento metodológico, conteúdo e avaliação.

As Propostas pedagógicas curriculares deste colégio constituem anexo a este documento, contudo, em encadernação separada, o que oferece o manuseio e leitura.

As Propostas Pedagógicas das Atividades em contraturno, complementar e AETE são elaboradas conforme orientações da mantenedora e obedece basicamente à mesma estrutura da Proposta Pedagógica do Ensino Regular, entre outros elementos, contém: conteúdo, justificativa, objetivo, encaminhamento metodológico, critério de participação e resultados esperados (para o aluno, para a escola, e para a comunidade escolar). Estas Propostas são organizadas por meio da parceria entre equipe pedagógica e docente, em conformidade com as reais necessidades da

comunidade escolar no que se refere à atividade escolhida, bem como da modalidade específica de cada atividade esportiva, com a possibilidade de serem adequadas ou reformuladas, conforme necessidade de cada ano letivo. As propostas de cada atividade podem ser encontradas em anexo a este documento.

3.5 Organização Curricular

A Matriz Curricular está organizada em disciplinas da Base Nacional Comum e Diversificada, conforme matriz em anexo.

O Ensino Fundamental está contemplado com a disciplina de Língua Estrangeira Moderna - Inglês na parte diversificada.

No Ensino Médio diurno fazem parte da Matriz Curricular além das disciplinas da Base Nacional Comum as disciplinas de Filosofia, Sociologia e Língua Estrangeira Moderna (médio – Espanhol) na parte diversificada e educação Financeira.

O Ensino Fundamental é organizado por ano e o Ensino Médio é organizado por série.

Os conteúdos relativos aos estudos do Paraná estão contemplados nas disciplinas de História e Geografia. Na disciplina de Geografia o objetivo é conhecer a realidade paranaense, sua formação, seus aspectos econômicos, sociais e geográficos. Observar a sociedade paranaense e as relações entre as diversas etnias que formam a população do estado.

Na disciplina de História os conteúdos serão trabalhados paralelamente à disciplina de Geografia e de acordo com a legislação vigente. A Educação Afro-Brasileira, Africana e Indígena serão trabalhadas de acordo com a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, contempladas em todas as disciplinas.

3.6 MATRIZ CURRICULAR

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular pela Resolução n.º 02/2017 – CNE/CP, cada estado precisou rever os seus currículos e realizar adaptações e orientações cabíveis às diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

Desta forma, as instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná passaram por adequações de suas **Matrizes Curriculares**, com a finalidade de assegurar aos estudantes uma formação comum a todos os brasileiros, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação.

A partir do ano letivo de 2023 as **Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental** para o Sistema Estadual de Ensino do Paraná, sofreram alterações e foram implantadas, simultaneamente, conforme a Instrução Normativa Conjunta n.º 008/2022 - DEDUC/DPGE/SEED.

Já as **Matrizes Curriculares do Ensino Médio**, devido à implantação gradativa do Novo Ensino Médio, a partir de 2022, encontram-se em vigência duas Matrizes Curriculares. Uma implantada em 2021 pela Instrução Normativa Conjunta nº. 011/2020 - DEDUC/DPGE/SEED e que está com cessação gradativa, e outra com implantação gradativa conforme a Instrução Normativa Conjunta nº. 009/2022 - DEDUC/DPGE/SEED, pois o Estado do Paraná, iniciou a partir do ano letivo de 2022, a implementação do Novo Ensino Médio – 2022, 2023 e 2024, respectivamente.

No Ensino Médio Profissional – Técnico em Agronegócio, a matriz curricular foi implementada em 2022 de forma gradativa por meio da Instrução 006/2022 que se encontra vigorando.

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

NRE: 13 – GOIOERÊ		MUNICÍPIO: 0870 – GOIOERÊ			
ESTABELECIMENTO: 00010 –COLÉGIO EST. ANTONIO LACERDA BRAGA –EFMP					
ENDEREÇO: DR.ROSALVO G. DE MELLO LEITÃO, 1135 – JARDIM CURITIBA					
FONE: (44) 3522-1584					
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ					
CURSO: 4039 – ENSINO FUNDAMENTAL 6º / 9º ANO					
TURNO: MANHÃ			MÓDULO: 40 SEMANAS		
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2023			FORMA: SIMULTÂNEA		
BASE NACIONAL COMUM	DISCIPLINAS	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
	ARTE	02	02	02	02
	CIÊNCIAS	03	03	03	03
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	02	02	02
	*ENSINO RELIGIOSO	01	01	-	-
	GEOGRAFIA	02	03	03	03
	HISTÓRIA	03	02	03	03
	LÍNGUA INGLESA	02	02	02	02
	LÍNGUA PORTUGUESA	03	03	03	03
	MATEMÁTICA	05	05	05	05
PD	PENSAMENTO COMPUTACIONAL	-	-	02	02
	REDAÇÃO E LEITURA	02	02	02	02
TOTAL GERAL		25	25	27	27
Observações: Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96 * Ensino Religioso – Disciplina de matrícula facultativa					

ENSINO MÉDIO

MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO	
NRE: 13 - GOIOERÊ	MUNICÍPIO: 0870 - GOIOERÊ
ESTABELECIMENTO: 00010 - ANTONIO LACERDA BRAGA, C E – ENS. FUND. MÉDIO E PROFISSIONAL	
ENDEREÇO: RUA DR. ROSALVO GALVÃO DE MELLO LEITÃO, 1.135–JARDIM CURITIBA FONE: (44)3522-1584	
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	

CURSO: 0009 – ENSINO MÉDIO	TURNO: MANHÃ
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2021	MODULO: 40 SEMANAS
IMPLANTAÇÃO: SIMULTÂNEA	

	DISCIPLINAS	SÉRIES		
		1ª	2ª	3ª
BASE NACIONAL COMUM	ARTE	01	01	01
	BIOLOGIA	02	02	02
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	02	02
	FILOSOFIA	01	01	01
	FÍSICA	02	02	02
	GEOGRAFIA	02	02	02
	HISTÓRIA	02	02	02
	LÍNGUA PORTUGUESA	04	04	04
	MATEMÁTICA	03	03	03
	QUÍMICA	02	02	02
	SOCIOLOGIA	01	01	01
	SUB-TOTAL	22	22	22
PARTE DIVERSIFICADA	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	01	01	01
	L.E.M.-ESPANHOL	02	02	02
	*L.E.M.- INGLÊS	04	04	04
	SUB-TOTAL	07	07	07
TOTAL GERAL		29	29	29
Observações:				
Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96				
*Disciplina de matrícula facultativa ofertada no CELEM, ministrada em turno contrário.				

ENSINO PROFISSIONAL

NRE: 13 – GOIOERÊ				MUNICÍPIO: 0870 – GOIOERÊ						
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 00010 COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO LACERDA BRAGA										
ENDEREÇO: Rua: Dr. Rosalvo Galvão de Mello Leitão, 1.135 – Jardim Curitiba; Goioerê – Pr. Cep: 87.360-000										
TELEFONE: (44)3522-1584										
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná										
CURSO: Técnico em Agronegócio			CÓDIGO:			TURNO: MANHÃ		C. H. TOTAL: 3.233 horas		
DIAS LETIVOS ANUAIS: 200			ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2022			FORMA: Gradativo				
CÓDIGO	FORMAÇÃO GERAL BÁSICA - FGB	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE	
		LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	Arte	2		0		0		
			Educação Física	2		0		2		
			Língua Inglesa	2		2		0		
			Língua Portuguesa	3		3		4		
		CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	Filosofia	2		0		0		
			Geografia	2		2		0		
			História	2		2		0		
			Sociologia	0		2		0		
		MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Matemática	3		3		4		
		CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	Física	2		0		2		
			Química	2		2		0		
	Biologia		2		2		0			
	SUBTOTAL DE HORAS-AULAS SEMANAIS - FORMAÇÃO GERAL BÁSICA				24		18		12	
	SUBTOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAIS - FORMAÇÃO GERAL BÁSICA				800		600		400	
PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA - PFO	Projeto de Vida			2		1		1		
	Educação Financeira			1		1		1		
SUBTOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS - PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA				3		2		2		
SUBTOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS - FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA				27		20		14		
CÓDIGO	ITINERÁRIO FORMATIVO OBRIGATÓRIO - TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO	COMPONENTE CURRICULAR			T	P	T	P	T	P
		Administração E Economia Rural			2		2			
		Associativismo E Cooperativismo			2					
		Empreendedorismo					2		2	
		Informática Básica			2					
		Legislação Agrária e Ambiental							2	
		Logística e Gerenciamento de Estoques							2	
		Marketing e Mercado Agrícola							2	
		Produção, Serviços e Turismo Rural							2	
		Gestão em Agricultura					4		4	
		Gestão em Zootecnia					4		4	
	TOTAL DE HORAS-AULAS SEMANAIS - ITINERÁRIO FORMATIVO OBRIGATÓRIO				6		12		18	
	TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAIS - ITINERÁRIO FORMATIVO OBRIGATÓRIO				200		400		600	
TOTAL GERAL DE HORAS-AULA SEMANAIS ^{2,3}				33		32		32		
TOTAL GERAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAL				1.100		1.067		1.067		

1 Matriz Curricular de acordo com a LDB - Lei n.º 9.394/96.

2 No turno diurno, para a 1ª série serão ofertadas 06 aulas presenciais de 50 minutos por dia, de 2ª a 6ª feira, acrescidas de atividades não presenciais equivalentes a 03 aulas semanais de 50 minutos, totalizando 33 aulas semanais, como prevê a Deliberação nº 04/2021 - CEE-PR, a serem orientadas pela DEDUC/SEED na forma de complementação de carga horária. Já para 2ª série, serão ofertadas 06 aulas presenciais de 50 minutos por dia, de 2ª a 6ª feira, acrescidas de atividades não presenciais equivalentes a 02 aulas semanais de 50 minutos, totalizando 32 aulas semanais, como prevê a Deliberação nº 04/2021 - CEE-PR, a serem orientadas pela DEDUC/SEED na forma de complementação de carga horária. E, por último, para 3ª série, serão ofertadas 06 aulas presenciais de 50 minutos por dia, de 2ª a 6ª feira, acrescidas de atividades não presenciais equivalentes a 02 aulas semanais de 50 minutos, totalizando 32 aulas semanais, como prevê a Deliberação nº 04/2021 - CEE-PR, a serem orientadas pela DEDUC/SEED na forma de complementação de carga horária.

3 No turno da noite, para a 1ª série serão ofertadas 05 aulas presenciais de 50 minutos, de 2ª a 6ª feira, acrescidas de atividades não presenciais equivalentes a 08 aulas de 50 minutos, totalizando 33 aulas semanais, conforme prevê a Deliberação n.º 04/2021 - CEE-PR, a serem orientadas pela DEDUC/SEED na forma de complementação de carga horária. Já para 2ª série, serão ofertadas 05 aulas presenciais de 50 minutos, de 2ª a 6ª feira, acrescidas de atividades não presenciais equivalentes a 07 aulas de 50 minutos, totalizando 32 aulas semanais, conforme prevê a Deliberação n.º 04/2021 - CEE-PR, a serem orientadas pela DEDUC/SEED na forma de complementação de carga horária. E, por último, para 3ª série serão ofertadas 05 aulas presenciais de 50 minutos por dia, de 2ª a 6ª feira, acrescidas de atividades não presenciais equivalentes a 07 aulas semanais de 50 minutos, totalizando 30 aulas semanais, como prevê a Deliberação nº 04/2021 - CEE-PR.

3.7 Direção

A direção escolar é composta pelo diretor (a), escolhido (a) democraticamente entre os componentes da comunidade escolar, conforme legislação em vigor.

À Direção cabe a gestão dos serviços escolares, no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais da instituição de ensino definidos no Projeto Político Pedagógico, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida.

A direção exerce a função de liderança na escola, com base no modelo participativo, e deverá ser capaz de dividir o poder de decisão dos assuntos escolares com toda a equipe, criando e estimulando a participação de todos, o que requer que um profissional possua: boa comunicação, ética, empreendedorismo, capacidade de reunir, analisar e socializar informações, acessibilidade, capacidade de construção de cadeias de relacionamentos, motivação, compromisso, agilidade, capacidade de administração de conflitos e capacidade de desenvolvimento de trabalho coletivo.

A direção deve agir democraticamente enfatizando liberdade de expressão junto à comunidade escolar. Buscar formas e caminhos práticos no planejamento, nas decisões e nas execuções das ações escolares, incluindo no processo administrativo, os funcionários, os professores, pais, estudantes, líderes comunitários, instituições públicas e empresas do município.

3.8 Equipe Pedagógica

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

Pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. É aquele que tem conhecimento das formas, dos procedimentos, dos métodos por meio dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. A palavra pedagogia traz sempre ressonâncias metodológicas, isto é, de caminho por meio do qual se chega a determinado lugar.

É o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de ensino e aprendizagem, tendo em vista o objetivo de formação histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações.

A atuação do pedagogo escolar é imprescindível auxílio aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula.

3.9 Intervenções Pedagógicas

A equipe pedagógica faz acompanhamento dos estudantes juntamente com os professores, diariamente, no que se refere à disciplina e aprendizagem;

Auxilia os professores com material de apoio, textos, vídeos e outras materiais que possam auxiliar o ensino-aprendizagem;

Diálogo constante com estudantes com dificuldades de aprendizagem e/ou estudante com dificuldades de manter-se disciplinadamente no âmbito escolar;

Outras ações e intervenções da equipe pedagógica estão definidas nas linhas de ações da escola e nas competências do professor pedagogo.

3.10 Docentes

O Corpo Docente será composto por profissionais qualificados, admitidos para atuarem na rede pública estadual de ensino, segundo critérios estabelecidos pela entidade mantenedora, que ministram aulas em cada componente curricular conforme a matriz curricular vigente.

O docente precisa ter uma visão integral do currículo e dos princípios de sua organização; ter postura interdisciplinar e contextualizada; planejamento de estratégias pedagógicas; buscar o aprimoramento profissional constante, seja por meio de oportunidades oferecidas pela mantenedora, pelo estabelecimento de ensino ou por iniciativa própria caso tenha condições e disponibilidade e interesse; espírito de coletividade; compromissos com as ações desenvolvidas regularmente e extra curriculares pelo estabelecimento de ensino; disponibilidade de horário de acordo com sua carga horária docente; disposição para o trabalho coletivo.

3.11 Secretaria e Apoio Administrativo

A secretaria é o setor que tem a responsabilidade, todo registro de escrituração escolar e correspondência do estabelecimento de ensino.

O cargo de Secretário (a) será exercido por um profissional devidamente qualificado para o exercício desta função. O Secretário será auxiliado por funcionários do quadro de apoio administrativo e indicado pela direção.

O serviço da secretaria e demais serviços ligados à educação escolar é coordenado e supervisionado pela Direção, ficando a ela subordinado.

3.12 Agente Educacional I

O Agente Educacional I tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação escolar, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela Direção do estabelecimento de ensino.

3.13 Ações Propostas para a APMF

- Reunir-se com equipe pedagógica e equipe administrativa com as turmas de estudantes no início do ano letivo;
- Participar das reuniões de pais sempre que convocada;
- Decidir junto com a Direção e equipe administrativa toda a aplicação das verbas destinadas a instituição, aplicar os recursos e realizar a prestação de contas;
- Participar de maneira direta opinando e discutindo medidas a serem tomadas sejam elas de caráter cultural, filantrópica e cívica;
- As competências da APMF estão contempladas em Estatuto próprio.

3.14 Ações Propostas pelo Conselho Escolar

Entre tantas ações e atribuições, o Conselho Escolar se faz presente e participa nas ações do Colégio ajudando a equipe pedagógica, equipe administrativa e professores:

- No combate à evasão;
- Participa dos colegiados onde estão presentes os estudantes, professores e comunidade escolar;
- Participa das reuniões de pais sempre que convocados;
- Participa de maneira direta nas tomadas de decisões sejam culturais, filantrópicas, cívicas e comemorativas.
- Demais ações estão contempladas em regimento próprio em documento específico anexo.

3.15 Ações Propostas pelo Grêmio Estudantil

- O Grêmio Estudantil é quem elege e destitui o representante de turma;
- Auxilia a equipe administrativa nos eventos do Colégio, zelando pela ordem e limpeza no espaço físico, no tocante a organização. Ex: não permitindo que os estudantes deixem materiais, ou restos de materiais espalhados nos locais não permitidos;
- Participa de forma direta junto com professores, direção e equipe pedagógica na elaboração de atividades culturais, esportivas e ou filantrópicas organizadas e desenvolvidas pelo colégio;
- Contribui com os professores em sala de aula ajudando-os a organizar as equipes quando atividades são propostas em grupos.

3.16 As ações referentes à flexibilização do currículo

O Art. 11 da Del. 02/03 CEE — traz a seguinte redação. — Para assegurar o Atendimento Educacional Especializado, os estabelecimentos de ensino deverão prever e prover: o inciso VI — — flexibilização e adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica da escola.

Em sua maioria, os estudantes matriculados nesta instituição de Ensino que possuem laudo apresentam características de alunos com TFE (Transtornos

Funcionais Específicos). Ver definição Abaixo:

A Instrução 16/2011-Transtornos Funcionais Específicos refere-se à funcionalidade específica (intrínsecas) do sujeito, sem o comprometimento intelectual do mesmo. Diz respeito a um grupo heterogêneo de alterações manifestadas por dificuldades significativas: na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas.

Durante o primeiro trimestre, os pais ou responsáveis são convocados para tomar ciência sobre o atendimento, horário da Sala de Recurso Multifuncional – Tipo I -SRM que funciona em contraturno, os responsáveis tem autonomia para autorizar a participação.

Com ou sem a matrícula na SRM — I, os estudantes que apresentam laudo médico, necessitam de atendimento de acordo com suas necessidades educacionais especiais, desta forma considerando a maioria, sugerimos os seguintes procedimentos:

- Sentá-los na (s) primeiras carteiras;
- Dar atendimento individualizado com orientações constantes quando for necessário, sem constrangê-lo, pois, as informações sobre os laudos são confidenciais.
- Ampliar o tempo para a realização de atividades avaliativas (provas, trabalhos, entre outros);
- Oportunizar Avaliação Oral;
- Autorizar o uso de recursos tecnológicos que permitam otimizar a escrita nos casos de disgrafia;
- Na elaboração dos instrumentos de trabalho, nas questões objetivas, discursivas e exercícios, flexibilizar a quantidade;
- Priorizar nas adaptações curriculares os conteúdos básicos de acordo com cada disciplina;
- Os estudantes matriculados, nesta instituição de Ensino, que possuem o laudo de audiometria, no qual consta a perda auditiva: Vejam a definição de surdez abaixo:

Art. 2º do Decreto Nº 5.626 de Dezembro de 2005: [...] considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais — Libras. **Parágrafo único.** Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Durante o primeiro trimestre os pais ou responsáveis são convocados para receberem informações sobre o atendimento na Sala de Recursos Multifuncional – Surdez - **SRM-S** que funcionam em contraturno, porém, alguns responsáveis não

autorizam a matrícula.

Com ou sem a matrícula na SRM – Surdez, estes estudantes que apresentam audiometria, necessita de atendimento de acordo com suas necessidades educacionais especiais, desta forma considerando a maioria, sugerimos os seguintes procedimentos:

- Sentar na (s) primeiras carteiras;
- Dar atendimento individualizado com orientações constantes, quando for necessário e possível, sem constrangê-los;
- Ampliar o tempo para a realização de atividades avaliativas (provas, trabalhos, entre outros);
- Oportunizar a Avaliação Objetiva (relacione, marque x e/ou complete);
- Autorize o uso de recursos tecnológicos que permitam otimizar a escrita na Língua Portuguesa;
- Na correção dos instrumentos de trabalho, nas questões objetivas, discursivas e exercícios considere a produção do estudante, valorize o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística, pois a escrita é diferente e precisa ser considerada, ou seja, a omissão de artigos, uso inadequado das preposições, apresentar os verbos no infinitivo;
- Priorizar nas adaptações curriculares os conteúdos básicos de acordo com cada disciplina;
- Registrar estas ações no Livro de Registro de Classe Online.
- Registrar as ações no Livro de Registro de Classe, (caso não seja possível no Campo – Conteúdo), registre no campo Observações/Justificativa de acordo com o trimestre.

3.17 Linhas de Ações da Instituição

Para que o trabalho do corpo docente seja otimizado, a Equipe pedagógica, anualmente, realiza no 1º trimestre acompanhamento escolar do educando.

Esta estatística iniciar-se-á por meio de relatório que a equipe pedagógica preencherá ouvindo os depoimentos dos docentes conforme os resultados obtidos são tomados as devidas providências e encaminhamentos

para as atividades no período vespertino conforme as necessidades identificadas.

Durante o ano escolar, são realizadas palestras de incentivo/estímulo, motivação e mercado de trabalho; ministradas por profissionais de diversas áreas.

Estudantes faltosos serão acompanhados por meio de Livro de Registro de Classe online, pelo BI. E ao identificar os casos infrequência a equipe pedagógica e direção tomam as providências para verificar junto à família o que está acontecendo. Casos reincidentes serão cadastrados na Rede de Proteção encaminhados para o Conselho Tutelar.

No marco conceitual foram elencadas as concepções de Infância e adolescência, onde refletimos que o adolescente só aprende quando é instigado e os docentes irão propor experiências que aproximem o conteúdo do seu cotidiano e que sejam significativas, pois assim alcançaremos o sucesso no processo ensino aprendizagem.

No planejamento do docente, é necessário ser incluídas metodologias diferenciadas, como as metodologias ativas que permitem a participação efetiva dos estudantes e atividades que levem em consideração as características da infância e da adolescência, trabalhando com ludicidade e dinamismo, proporcionando diferentes experiências.

3.18 Outras Atividades

Haverá adesão em outras atividades propostas pela mantenedora ou instituições públicas e entidade Civil, como: a OBMEP - Olimpíada da Matemática, Educação Fiscal, Projeto Agrinho, Olimpíada de Língua Portuguesa, Olimpíada de Física, entre outros, desde que o Conselho Escolar julgue pertinente para enriquecimento curricular.

Atividades referentes à educação Afro-brasileira, Africana e Indígena serão desenvolvidas em sala de aula durante o ano letivo e poderão ser compartilhadas em sala de aula ou para o Colégio no Dia da Consciência Negra. O Programa aluno Monitor/Monitoria Protagonista é uma ação de parceria voluntária de estudantes autorizados pelas famílias a realizar em atividades voluntárias em contraturno auxiliando a aprendizagem de outros estudantes que apresentam dificuldades em alguns conteúdos.

3.19 Cultura Afrodescendente

O Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, é uma data que dá valor à luta por um Brasil de igualdade, em todos os sentidos. A sociedade brasileira pode avaliar as conquistas contra o racismo e elencar suas futuras batalhas para livrar o País definitivamente desse mal.

No contexto escolar e nas novas gerações constata-se ser menor discriminação racial, mas ainda há muito a fazer. A Lei 10.639/03-MEC instituiu a obrigatoriedade da História da África e dos africanos, bem como o ensino da Cultura Indígena no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Em 2008 por meio da Lei 11.645/08 amplia e resgata historicamente a contribuição dos negros e dos índios na construção e formação da sociedade brasileira.

O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e indígena a trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.

O coletivo escolar valorizará a oralidade, a corporeidade e a arte introduzindo

apresentações de dança, marcas da cultura da raiz africana, ao lado da escrita e da leitura em seus eventos, e no dia da Consciência Negra.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidade do povo negro. O ensino de Cultura Afro-Brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia a dia, quanto em celebrações como congadas, Moçambique, ensaio, maracatus, roda de samba entre outras.

Inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola, a não ser quando tratar de manifestações culturais próprias, ainda que não exclusivas, de um determinado grupo étnico-racial.

A escola manterá em seu acervo bibliográfico material como revistas, livros e textos para que os alunos possam realizar as atividades propostas pelos professores das diversas disciplinas e em especial para que o professor de história tenha material diversificado para trabalhar os conteúdos propostos.

A direção poderá providenciar material de vídeo para que os conteúdos possam ser trabalhados.

3.20 Proposta Pedagógica Curricular para o Ensino Fundamental – Anos Finais

A vida escolar dos nossos estudantes inicia-se com a Educação Infantil estruturada pelas interações e brincadeiras, e posteriormente elas ingressam no Ensino Fundamental, a qual introduzirá uma nova estrutura em sua vida escolar baseada em Componentes Curriculares, que os acompanharão até o término da Educação Básica.

Constituído de nove anos, o **Ensino Fundamental** é dividido em duas fases: Anos Iniciais (1º ano ao 5º ano) atendida pela rede municipal e os **Anos Finais** (6º ano ao 9º ano) atendida pela rede estadual. É importantíssimo para o desenvolvimento integral do estudante, que o processo de **transição entre as redes de ensino, e, entre as etapas**, permita a continuidade do trabalho pedagógico, pois a criança e/ou adolescente precisa compreender que os conhecimentos adquiridos em etapas anteriores são a base para os novos conhecimentos, ou seja, é uma organização progressiva dos conhecimentos até o término da Educação Básica.

Compreender esse desenvolvimento contínuo do estudante ao longo da Educação Básica, visa garantir uma educação de qualidade, e, que, de fato contribua para a prática social dos sujeitos.

Nesse sentido, as **Propostas Pedagógicas Curriculares** desta instituição de

ensino estão organizadas para que o estudante possa progredir no processo de ensino e aprendizagem, respeitando seu tempo as suas necessidades.

Visando contribuir para esta integralização da Educação Básica, prevista desde a aprovação da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDBEN, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996), foi aprovado em 2017, a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, que teve por finalidade unificar ou estabelecer um conjunto “progressivo de aprendizagens essenciais” durante cada etapa, e, em cada estado da Federação.

E, com vistas a orientar e apoiar no desenvolvimento da Proposta Pedagógica Curricular das instituições de ensino, a Secretaria de Estado da Educação elaborou, a partir da BNCC, o **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações** em 2018 e o **Currículo da Rede Estadual do Paraná (CREP)** em 2021, documentos que devem embasar toda a prática pedagógica na Rede Estadual de ensino no Estado do Paraná.

Nesse processo de implementação de mudanças educacionais significativas para o processo de ensino e aprendizagem no Brasil, o mundo viveu as consequências de uma pandemia que trouxe consigo, sequelas em todos os âmbitos sociais, além de acentuar as desigualdades educacionais a nível mundial, e exigir ações específicas visando minimizar os impactos causados pelo novo coronavírus a partir de 2020.

Foi assim, que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná elaborou um documento denominado **Currículo Priorizado** em 2020, com o objetivo de orientar as ações de retomadas de algumas aprendizagens na Rede Estadual de ensino, disponibilizando aos/às professores/as o planejamento de ações pedagógicas, tendo como foco a priorização de conteúdos essenciais, que assegurasse o desenvolvimento de habilidades essenciais e complementares em cada etapa de ensino por meio de uma retomada de aprendizagem.

O caderno do Currículo Priorizado apresenta subsídios pedagógicos, elencando os conteúdos essenciais para cada etapa da Educação Básica nos diferentes componentes curriculares e/ou disciplinas. Os conteúdos essenciais são os que estruturam a base para a progressão da aprendizagem dos/as estudantes nos anos posteriores. Associado a esses conteúdos, foram elencados os conhecimentos prévios necessários à continuidade do processo da aprendizagem.

Assim, as Propostas Pedagógicas Curriculares dos **Componentes Curriculares da Base Nacional Comum (BNC) do Ensino Fundamental** seguirão todas essas orientações e terão a seguinte estrutura: Componente Curricular; Apresentação; Quadro Organizador do **Currículo Priorizado** (2020); Desafios Socioeducacionais; Metodologia e Estratégias de Ensino; Transição do 5º para o 6º

ano e do 9º para a 1ª Série do Ensino Médio; Avaliação e Referências.

Já a organização dos **Componentes Curriculares da Parte Diversificada (PD) do Ensino Fundamental** seguirão a seguinte estrutura: Componente Curricular; Apresentação; Quadro Organizador conforme **Currículo Priorizado** (2020) e Ementa do Componente Curricular; Desafios Socioeducacionais; Metodologia e Estratégias de Ensino; Transição do 5º para o 6º ano e do 9º para a 1ª Série do Ensino Médio; Avaliação e Referências.

3.21 Proposta Pedagógica Curricular para o Ensino Médio

Com a aprovação da **Base Nacional Comum Curricular** em 2017, cada estado precisou rever os seus currículos e realizar adaptações e orientações cabíveis às diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

Por isso, no Estado do Paraná, optou-se pela implantação gradativa do **Novo Ensino Médio (NEM)** a partir de 2022, o que explica a organização de duas Matrizes Curriculares para essa etapa da Educação Básica: a implantada em 2021 pela Instrução Normativa Conjunta nº. 011/2020 - DEDUC/DPGE/SEED, e, que está com cessação gradativa, e a outra conforme a Instrução Normativa Conjunta nº. 009/2022 - DEDUC/DPGE/SEED, implementando o Novo Ensino Médio respectivamente em 2022, 2023 e 2024.

No Novo Ensino Médio, o estudante cursará dois conjuntos de aprendizagens: a **Formação Geral Básica (FGB)** e os **Itinerários Formativos (IF)**. Na 1ª série terá 800h de Formação Geral Básica (FGB) com um conjunto de componentes curriculares comuns, como História, Geografia e Matemática e 200h de Itinerários Formativos (IF) com os componentes curriculares de Projeto de Vida, Educação Financeira e Pensamento Computacional, que serão comuns a todos os estudantes. A escolha do IF de aprofundamento por Área do Conhecimento ocorre ao final da 1ª série. Após essa escolha, uma parte da carga horária do estudante (400h na 2ª série e 600h horas na 3ª série) será destinada ao aprofundamento das aprendizagens de acordo com o Itinerário Formativo escolhido: **Matemática e Ciências da Natureza** ou **Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**.

Outra mudança tem a ver com o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas às dimensões física, cognitiva, cultural, social e emocional dos estudantes. Nas aulas de Projeto de Vida, que está presente nos três anos do Novo Ensino Médio, o estudante desenvolverá habilidades socioemocionais e descobrirá novos interesses e escolhas profissionais.

Por fim, no Novo Ensino Médio há ampliação da carga horária de 800h para 1.000h anuais, totalizando 3.000h ao longo da etapa do Ensino Médio, sendo 1.800 horas para a Formação Geral Básica e 1.200h para as Unidades Curriculares dos Itinerários Formativos cursados ao longo da 2ª e 3ª séries.

Assim, a Matriz Curricular vigente do **Novo Ensino Médio** na Rede Pública

Estadual de ensino, descreve a carga horária para oferta da **Formação Geral Básica (FGB)**, da **Parte Flexível Obrigatória (PFO)** e dos **Itinerários Formativos (IF)**, e serve de base para a elaboração das Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs), e deve ser considerada tendo em vista as especificidades das ofertas e modalidades de ensino, considerando a integração dos respectivos componentes e unidades curriculares.

Para atender essa nova organização, o Estado do Paraná elaborou o **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná**, homologado pela Resolução n.º 3.416/2021 – GS/SEED; o **Currículo para o Ensino Médio da Rede Estadual do Paraná** em 2022; o **Currículo Priorizado** em 2020; e o **Caderno de Itinerários Formativos – 2023**; com o objetivo de orientar e subsidiar as redes e instituições escolares na elaboração de suas PPCs.

O currículo da **Formação Geral Básica** para o Ensino Médio do Paraná contempla a organização curricular, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades a partir do aprofundamento das aprendizagens desenvolvidas no Ensino Fundamental, objetivando a consolidação de aprendizagens essenciais. Esse documento é organizado por Áreas do Conhecimento, contemplando a integração entre os componentes curriculares. Destaca-se que os componentes curriculares da Formação Geral Básica não perdem a sua epistemologia, mas, de forma integrada e contextualizada, devem buscar o desenvolvimento das competências e habilidades específicas.

Dessa forma, na elaboração da PPC constam os quadros organizadores que, além das competências e habilidades específicas, apresentam objetivos de aprendizagem, objetos de conhecimento e conteúdo.

No que se refere aos componentes de Língua Inglesa e Língua Portuguesa, os objetos de conhecimento, os conteúdos e as práticas de linguagem consideram também:

Língua Inglesa: gêneros discursivos multissemióticos presentes nos campos de atuação, práticas discursivas de leitura, de compreensão e produção oral e escrita.

Língua Portuguesa: gêneros discursivos presentes nos campos de atuação; práticas de linguagem (leitura, oralidade e produção textual), análise linguística/semiótica.

A PPC do currículo da **Formação Geral Básica** deve considerar as metodologias de ensino, como também as estratégias pedagógicas, o processo de construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades de maneira gradativa, para consolidação progressiva da aprendizagem. Para que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados, é fundamental considerar a utilização das metodologias ativas, visto que elas promovem o protagonismo dos estudantes e lhes permitem participar da construção do conhecimento, superando a visão receptiva e expositiva de conteúdo. O desenvolvimento das habilidades e dos objetivos de

aprendizagem precisam considerar a organização didática de maneira contextualizada e interdisciplinar, contemplando a realidade dos estudantes, para que seja possível transpor a estrutura curricular tradicional e dar significado à construção dos saberes por meio da prática pedagógica docente. Destaca-se que as diferentes ofertas e modalidades de ensino têm em seu PPP dimensões conceituais e situacionais que precisam estar presentes no processo de contextualização e no desenvolvimento das habilidades e competências.

Tendo por base estes documentos, as Propostas Pedagógicas Curriculares do Novo Ensino Médio para a **Formação Geral Básica** seguirão a seguinte estrutura: Área do Conhecimento; Apresentação da área e dos Componentes Curriculares que a compõem; Quadro Organizador do Currículo FGB; Campos de Atuação; Desafios Socioeducacionais; Metodologia e Estratégias de Ensino; Transição do 9º ano para a 1ª Série do Ensino Médio; Avaliação e Referências.

O currículo dos **Itinerários Formativos** para o Ensino Médio do Paraná constitui a parte flexível do Currículo do Novo Ensino Médio e é composto por Unidades Curriculares, conjunto de conhecimentos que mobilizam saberes das Áreas do Conhecimento, a partir da contextualização e da interdisciplinaridade.

A proposta dos Itinerários Formativos é consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral, contribuindo para que os estudantes possam construir e realizar seu projeto de vida pautados nos princípios da justiça, da ética e da cidadania. Para tanto, são estruturados através de um percurso, expresso na forma de Eixos Estruturantes, que permitem aos estudantes vivenciarem experiências pedagógicas que os levem a compor uma visão mais integral e integrada sobre o que estão aprendendo.

Os Eixos Estruturantes são complementares entre si, por exemplo: se no **Eixo de Investigação Científica** os estudantes são orientados a investigar a realidade com base nos conhecimentos científicos, no **Eixo Processos Criativos** são elaboradas propostas inovadoras para resolução de problemas. Já no **Eixo Mediação e Intervenção Sociocultural** os estudantes irão desenvolver habilidades para conhecer o contexto de transformação, de empatia com a comunidade, para propor ações de intervenção no **Eixo de Empreendedorismo**, e poderão empregar essas aprendizagens e conhecimentos na vida pessoal e profissional.

No Novo Ensino Médio do Paraná, a Matriz Curricular referente aos **Itinerários Formativos** é composta pela **Parte Flexível Obrigatória** e **Itinerário Formativo**. A Parte Flexível Obrigatória é constituída por um conjunto de Unidades Curriculares comuns que serão cursadas por todos os estudantes matriculados no Novo Ensino Médio. O Itinerário Formativo é composto por um conjunto de Unidades Curriculares que, de maneira articulada, integram duas ou mais Áreas do Conhecimento, sendo este objeto de escolha dos estudantes, de acordo com a normatização vigente na rede pública de educação. Destaca-se que cada oferta e modalidade de ensino possuem Itinerários Formativos⁶ próprios, que seguem a Matriz Curricular vigente, como

também o PPP, garantindo que o trabalho pedagógico e docente atenda às necessidades locais.

Sendo assim, a organização da **Parte Flexível Obrigatória** seguirá a seguinte estrutura: Unidade Curricular; Apresentação; Etapa de Ensino; Carga Horária; Quadro Organizador do Caderno de Itinerários Formativos 2023; Desafios Socioeducacionais; Metodologia e Estratégias de Ensino; Transição do 9º ano para a 1ª Série do Ensino Médio; Avaliação e Referências.

E as Propostas Pedagógicas Curriculares dos **Itinerários Formativos** seguirão a seguinte estrutura: Itinerário Formativo; Apresentação; Trilha de Aprendizagem; Quadro Organizador do Percorso Temático Trimestral; Quadros de Organização Curricular (Eixos Estruturantes, Habilidades da Área, Objetivos de Aprendizagem, Objeto do Conhecimento, Sugestões de Conteúdos); Metodologia e Estratégias de Ensino; Avaliação e Referências.

Quanto à elaboração das Propostas Pedagógicas Curriculares da **3ª série em 2023**, que se encontram em cessação gradativa, os Componentes Curriculares da **Base Nacional Comum (BNC)** deverão se respaldar nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2008), e seguirão a seguinte estrutura: Título do Componente Curricular; Apresentação; Conteúdos; Desafios Socioeducacionais; Metodologia e Estratégias de Ensino; Avaliação e Referências.

E, as Propostas Pedagógicas Curriculares para a **3ª série em 2023** para a **Parte Diversificada (PD)**, seguirão a seguinte estrutura: Título do Componente Curricular; Apresentação; Eixos Temáticos / Conteúdos; Desafios Socioeducacionais; Metodologia e Estratégias de Ensino; Avaliação e Referências.

4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico será analisado, discutido e revisto, permanentemente, no dia a dia escolar, com a colaboração de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, envolvendo também os estudantes, independentemente da idade ou da série que cursam para que possam estar opinando com sugestões para o ano letivo seguinte.

Sabe-se que o Projeto Político Pedagógico jamais estará terminado, nunca estará pronto porque mudanças ocorrem frequentemente e as adequações precisam ser feitas para atender a comunidade escolar.

No processo ensino aprendizagem sempre tem algo novo, para que as mudanças aconteçam e que a aprendizagem se realize, a Equipe Pedagógica, a Equipe administrativa, os Professores, os Funcionários, a APMF, Conselho Escolar e segmentos organizados da sociedade se reunirão sempre que houver necessidade para avaliar o andamento do Projeto Político Pedagógico, buscando corrigir as falhas existentes.

Em uma Gestão Democrática, haverá espaço para que todos os segmentos

interessados na Educação deem sugestões e participem para o cumprimento das propostas deste projeto. Haverá oportunidades para críticas e autocríticas de maneira democrática, excluindo a individualização e trabalhando em processo de cooperação.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ, Manuel [et ali]. **O projeto educativo da escola**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. “**Os desafios do ensino brasileiro: do ensino fundamental ao ensino profissional**”, in Héglio Trindade e Jean-Michel Banqueur (orgs.) **Os desafios da educação na América Latina**, Petrópolis, Vozes, 2002.
- DIAS, A. M., **O processo de envelhecimento humano e a saúde do idoso nas práticas curriculares do curso de fisioterapia da UNIVALI campus de Itajaí: um estudo de caso**. 2007. Dissertação de Mestrado.
- FREIRE, Madalena et alii. **Avaliação e Planejamento: a prática educativa em questão**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**, 1994, Brasília. Anais. MEC, 1994.
- GRACINDO, Regina Vinhaes. **Projeto Político-pedagógico: retrato da escola em movimento**. In: AGUIAR, Márcia A. (org). **Retrato da Escola no Brasil**. Brasília: CNTE, 2004.
- HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2004.
- LDB 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Base da Educação**.
- LUCKESI, CIPRIANO Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MOREIRA, Marco A. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: Editora da UnB, 2006.
- MENEZES, Ebenezzer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete calendário escolar. Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/calendario-escolar/>. Acesso em: 30 de novembro de 2016.
- OLIVEIRA, João Ferreira [et al.]. **Debate: Retratos da escola**. In: A construção coletivo projeto político-pedagógico (PPP) da escola. 2005.
- PARO V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1998.
- PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo – SP: Ática, 1997.
- SANT’ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 7. ed. Vozes. Petrópolis 2001.
- SANTOS, Gislene A. dos. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo/Rio de Janeiro: Pallas; 2002.
- SILVA, E. **O ensino na era da tecnologia**. *Revista Ensino Superior*, n. 82, 2005.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo. Horizonte: Autêntica, 1998.
- _____. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. *Revista Brasileira*.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadorado processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. Campinas: Papirus, 1998.

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/ www.seed.pr.gov.br

BRASIL. **Decreto nº 10.502 de setembro de 2020**. Institui a Política nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 26 out. 2021.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Curitiba, 2006.

_____. **Deliberação nº 02/2016**. Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/cornelio/estrutura/deliberacoes/deliberacao_022016_ceepr.pdf Acesso em: 25 out. 2021.

6 ANEXOS

7 PROJETOS

PROJETO CULTURA AFRO

JUSTIFICATIVA

O projeto sobre a Cultura Afro no Brasil leva em consideração o fato que os educandos possam obter maior experiência de vida, tendo como finalidade e objetivos, o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral.

O trabalho na sala de aula acontecerá de forma diversificada a partir de diferentes perfis sociais, buscando trabalhar com respeito e aceitação das diferenças. Esse projeto propõe superar dificuldades, uma vez que a disciplina de História oferta número reduzido de aulas, agindo assim como oportunidade de oferecer mais conteúdo aos educandos.

A leitura e a escrita acontecerão de forma natural, intimamente ligados à pesquisa, produção, apresentação de trabalhos e dramatizações. Por fim, trata-se de um projeto coletivo em que todos os educandos tenham um papel de participação consciente e que possam agir na sociedade e no mundo em que vivem.

DESENVOLVIMENTO/METODOLOGIA

- Exposição oral: teoria/apresentação do professor sobre todos os conteúdos (uso de slides, filmes, figuras, textos diversos, seminários, etc.);
- Pesquisas feitas pelos alunos sobre conteúdos complementares (uso de livros, revistas, jornais, internet, etc.);
- Leituras, seleção, listagem, revisão do material encontrado;
- Produção de materiais: confecção, redação, digitação;
- Apresentação de trabalhos ao professor (debates, ensaios, etc.);
- Dramatizações envolvendo os alunos participantes, para toda a comunidade escolar.

CONTEÚDOS

- Colonização na América Portuguesa;
- A origem do negro para o Brasil;
- O tráfico negreiro e suas principais rotas;
- Os trabalhadores do açúcar;
- O engenho;
- A igreja e a escravidão;
- A região açucareira;
- O trabalho escravo: mercadoria ou gente;
- A escravidão no Brasil;
- Formas de resistência, movimentos abolicionistas;
- Revoltas e fugas: Quilombo dos Palmares, Malês;
- Leis antiescravistas;
- Fim do tráfico de escravos;
- A Abolição;
- O Legado da Cultura Afro.

OBJETIVOS

- Criar condições para que os alunos desenvolvam suas competências: comunicativa, discursiva, sua capacidade de criar e usar sua imaginação;
- Tornar o aluno conhecedor da Cultura Afro;
- Possibilitar aos alunos, o hábito de ler, escrever, produzir e apresentar;
- Resgatar valores culturais e o senso crítico, a fim de atuar como cidadão participativo na sociedade e no mundo em que vive.

CRONOGRAMA

- Exposição oral: fevereiro, março, abril e maio;
- Produção de materiais: junho, julho, agosto e setembro;
- Análises de materiais: outubro;
- Apresentações ao professor: novembro;
- Apresentações à comunidade escolar: novembro.

AValiação

Os alunos serão avaliados de forma direta e contínua por meio da qualidade das pesquisas, compromissos dos alunos, participações, ações, produções, apresentações orais e apresentações finais para a comunidade escolar.

Para atender alunos do 6º ao 9º ano e Ensino Médio, as avaliações serão realizadas por meio da experimentação, da observação e da exploração de seu ambiente, onde a criança constrói seu conhecimento, modifica situações, reestrutura seus esquemas de pensamento, interpreta e busca soluções para fatos novos o que favorece muito o desenvolvimento da criança.

É na interação cotidiana que a criança desenvolverá valores, senso- crítico, postura de vida, além da aquisição do conhecimento.

PREVENÇÃO ÀS DROGAS METAS E AÇÕES

Durante o ano escolar e sempre que se faz necessário, os professores desenvolvem temas, textos, atividades que demonstrem ao alunado que a escola não é apenas lugar onde há transmissão de conhecimento, mas é um espaço de aprendizagem e respeito para com o outro.

O Colégio procura por meio das instâncias colegiadas trazer a comunidade para a escola, promovendo palestras que mostram o quanto a educação pode contribuir para a redução da criminalidade e da violência em geral.

As instâncias colegiadas estão presentes em todas as atividades realizadas pela escola de acordo com suas competências e todos são convidados a participar dos eventos festivo-comemorativos realizados: alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, pais e comunidade escolar.

CULTURAL INTERDISCIPLINAR

JUSTIFICATIVA

No mundo moderno globalizado e informatizado as escolas precisam estar

sempre atualizadas para atenderem aos anseios dos educandos.

Num mundo onde a solidariedade, a amizade e o espírito de cooperação estão um pouco — fora de moda, a escola é responsável por promover a integração. Cabe à escola desenvolver atividades que promova o conagração entre alunos, professores e comunidade escolar despertando nos educandos a criatividade artística.

As atividades propostas nas diversas atividades dos projetos culturais e interdisciplinares justificam-se pelo fato de que a escola forma cidadãos autônomos, conscientes, dando oportunidade ao educando de ter uma postura crítica diante das informações que recebem diariamente.

Atendendo aos objetivos de promover a inserção da comunidade no espaço escolar para que a mesma se torne parceira. As diversas atividades culturais desenvolvidas pela escola inserem ao educando junto ao mundo social, para que o mesmo aprenda a agir de forma criativa, desembaraçada e com espírito crítico e competitivo.

OBJETIVOS GERAIS

- Desenvolver no aluno a expressão corporal, a comunicação intelectual e demonstrar o talento artístico no mundo da arte.
- Favorecer o trabalho de equipe, desenvolvendo ações coletivas entre estudantes, professores.
- Construir uma relação de cooperação, respeito, diálogo e valorização nas diversas escolhas e possibilidades de interpretação e de criação que ocorrem no convívio escolar e na sociedade.
- Favorecer a compreensão do aluno a relacionar-se criativamente com todas as disciplinas do currículo. Aperfeiçoar a capacidade de discriminação verbal, visual e sinestésica.
- Propiciar o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas, quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas.

JICALB

O Projeto JICALB – Jogos Internos do Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga tem como objetivo promover o esporte educacional, através de jogos que envolvem várias modalidades esportivas, dando oportunidade de participação a um maior número de estudantes despertando o gosto pela prática do esporte com fins educativos e formativos, situando a escola como centro cultural e formativo das comunidades.

Todas as turmas existentes no Colégio poderão participar dos jogos que serão disputados envolvendo o Ensino Fundamental e Médio. Os jogos serão realizados em uma única fase e receberão medalhas: a equipe campeã, vice-campeã, por modalidades e sexo. É de competência do departamento de Educação Física, organizar os jogos, fazer cumprir o regulamento e resolver os casos omissos.

AVALIAÇÕES

As avaliações destes projetos ocorrerão durante a realização dos mesmos, ficando registrado em regulamento em anexo ao regimento do colégio, podendo ser considerado como uma das formas de avaliação atribuindo nota e serão premiados com troféus, medalhas ou outros prêmios.

Documento: **PROJETOPOLITICOPEDAGOGICO2023LacerdaBraga.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Marcio Mota dos Santos (XXX.326.469-XX)** em 30/08/2023 15:24 Local: GRE087000010, **Elizabete Murante (XXX.930.099-XX)** em 30/08/2023 15:26 Local: GRE087000010.

Inserido ao protocolo **20.827.159-8** por: **Marcio Mota dos Santos** em: 30/08/2023 15:24.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
1347698725faaa030dca63d93873ec6d.

Parecer de Legalidade emitido pelo NRE para as Instituições de
Ensino do Sistema Estadual de Ensino

PARECER N.º 025/2023

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do **Projeto Político Pedagógico**

COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO LACERDA BRAGA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL, apresenta o **Projeto Político e Pedagógico** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo Conselho Escolar.

O Núcleo Regional de Educação de Goioerê, emite o presente Parecer que resulta da verificação da Declaração de Legalidade **Nº 01/2023** emitida pelo **Conselho Escolar** da referida Instituição, situada no Município de Goioerê e mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

É o Parecer.

Goioerê, 04 de setembro de 2023

Assinado eletronicamente pela Chefia do NRE de Goioerê

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GOIOERÊ
Site: www.nre.seed.pr.gov.br/goioere
Avenida Dezenove de Agosto, 642 – Fone: (44) 3521 8650

www.nre.seed.pr.gov.br/goioere

Documento: **Parecer025PPPANTONIOLACERDABRAGA.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Danielle de Almeida Mello de Andrade (XXX.635.219-XX)** em 11/10/2023 10:10 Local: SEED/GRE/CH.

Inserido ao protocolo **20.827.159-8** por: **Jose Ricardo Matiusi** em: 11/10/2023 09:18.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
273f757abfea4289ade431104acf6a3c.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 106/2023

O Governo do Estado do Paraná, mantenedor do COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO LACERDA BRAGA - ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações n.º 02/2018, n.º 03/2018 e a n.º 04/2021- CP/CEE/PR, o Parecer Normativo n.º 01/2019, todos do CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade n.º 025/2023-NRE de Goioerê,

HOMOLOGA

Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico da COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO LACERDA BRAGA do município de Goioerê-PR com a oferta de: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO e PROFISSIONAL;

Art. 2º - O Projeto Político-Pedagógico homologado **entra em vigor** a partir do início do ano/período letivo de **2023**, ficando revogado o Ato de Homologação anterior e disposições em contrário.

Goioerê, 27 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente pela Mantenedora da Instituição de Ensino

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GOIOERÊ
Site: www.nre.seed.pr.gov.br/goioere
Avenida Dezenove de Agosto, 642 – Fone: (44) 3521 8650

www.nre.seed.pr.gov.br/goioere

Documento: **HomologacaoPPP106ANTONIOLACERDA.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Danielle de Almeida Mello de Andrade (XXX.635.219-XX)** em 27/10/2023 14:42 Local: SEED/GRE/CH.

Inserido ao protocolo **20.827.159-8** por: **Jose Ricardo Matiussi** em: 27/10/2023 14:04.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
91aaa2258374e74c8cf32bddbb39483.